**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA
FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ASSIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

FÁBIO TADEU VIGHY HANNA

**AS CLASSES SOCIAIS BRASILEIRAS EM CAIO PRADO JÚNIOR:
PAPÉIS POLÍTICO-ECONÔMICOS NA CONSOLIDAÇÃO DA NAÇÃO
(1933-1966)**

**Assis/SP
Março de 2007**

FÁBIO TADEU VIGHY HANNA

**AS CLASSES SOCIAIS BRASILEIRAS EM CAIO PRADO JÚNIOR: PAPÉIS
POLÍTICO-ECONÔMICOS NA CONSOLIDAÇÃO DA NAÇÃO (1933-1966)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras -UNESP/Assis para a obtenção do título de Doutor em História, Área de concentração: História e Sociedade, Linha de Pesquisa: Política: ações e representações.

Orientador: Dr. Claudinei Magno Magre Mendes

Assis
2007

FÁBIO TADEU VIGHY HANNA

As classes sociais brasileiras em Caio Prado Júnior: papéis político-econômicos na consolidação da nação (1933-1966)

Banca Julgadora

Tese para a obtenção do título de Doutor

Profº. Dr. Claudinei Magno Magre Mendes
Presidente e Orientador

Profª. Drª Célia Reis Camargo
1ª Examinadora

Profº. Dr. Milton Carlos Costa
2º Examinador

Profº. Dr. Lupércio Antônio Pereira
3º Examinador

Profº Dr. José Leonardo do Nascimento
4º Examinador

Assis, de abril de 2007.

Dedico este trabalho à minha companheira **Renata**, à minha filha **Luiza** e ao meu filho **Caio** (que não é Prado Júnior, mas Koury Hanna), os meus grandes amores. Também ofereço aos meus pais **Catharina** e **Abdalla**.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de doutoramento é fruto de um percurso intelectual que se iniciou na graduação em História (*Iniciação Científica*) e que se prolongou no *Mestrado*. Trata-se, dessa maneira, de sua finalização.

Por isso, o agradecimento especial vai para o meu orientador, o Prof. Dr. Claudinei Magno Magre Mendes, que está comigo desde o começo do referido percurso. De sua postura de intelectual sério, comprometido com o seu ofício de Historiador e com suas idéias, assimilei que a independência intelectual é tão necessária quanto, por exemplo, o comprometimento do pesquisador com sua pesquisa.

Devemos nos preocupar, então, não em agradar este ou aquele intelectual que, para ser reconhecido por seus pares, abre mão, por exemplo, de suas idéias (historiográficas) e ideais, ou se nosso objeto, conceitos e categorias tornaram-se obsoletas frente à avassaladora hegemonia da *Nova História Cultural*. Devemos, isto sim, mostrou-me Claudinei Mendes, ao permitir minha independência intelectual e política, arcar com nossas opções. Mesmo que representem empecilhos para publicações, acessos a bolsas ou programas de pós-graduação. O campo intelectual no Brasil – como talvez em todos os cantos do mundo - é tão político e personalista quanto o campo político brasileiro.

Outra pessoa fundamental para a minha formação foi a Prof^a. Dr^a. Célia Reis Camargo. Presente também desde a *Iniciação Científica*, a Célia Camargo mostrou-me a riqueza interpretativa de Caio Prado, logo no início da Graduação. Foi fundamental, então, para a escolha do meu objeto. Também foi por meio dela que cheguei ao Claudinei Mendes. O contato com os seus textos sobre Caio Prado levou-me a pleiteá-lo como meu orientador. À Célia Reis Camargo minha profunda gratidão.

Quero ainda manifestar meus agradecimentos à Célia Camargo mais uma vez e ao Prof^o. Dr^o. Milton Carlos Costa pelos preciosos apontamentos e sugestões feitos no *Exame de Qualificação*. Foram horas de aprendizado indispensáveis para que eu pudesse concluir este trabalho que, ao envolver um dos mais prestigiosos intelectuais brasileiros do século XX, sobrecarrega-me na responsabilidade de tratá-lo de maneira equilibrada, isto é, sem, como diz José Carlos Reis (1999), ter preconceito a favor do autor – como comumente verificamos -, nem como um intelectual que teve o seu tempo,

e agora, marxista que era, tornou-se História. Lembrando as palavras do Profº Milton, faz-se necessário, em virtude dos excessos da *história em migalhas*, voltarmos novamente para as análises estruturais, de longa duração, que trabalham conflitos de classe, a nossa situação de dependência em relação ao centro do capitalismo, por exemplo. Essas abordagens resgatam a importância de Caio Prado Júnior, tornando-o atual – tal qual os nossos problemas por ele apontados e ainda não solucionados -, seja enquanto intelectual e teórico da dependência nacional, seja enquanto Historiador que privilegia as estruturas e as permanências dentro das mudanças.

Por último, minha gratidão à minha companheira Renata e aos meus filhos Luiza (e Caio), sempre muito compreensivos com um doutorando.

As [...] ciências sociais são essencialmente 'ciências aplicadas', destinadas, para usar a frase de Marx, a transformar o mundo e não somente interpretá-lo (ou, então, explicar por que ele não precisa ser transformado).

Eric Hobsbawm

HANNA, Fábio Tadeu Vighy. As classes sociais brasileiras em Caio Prado Júnior: papéis político-econômicos na consolidação da nação (1933-1966), Assis, 2007. Tese (Doutorado

em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

RESUMO

O conjunto da obra de Caio Prado (1933/1966) está permeado por sua incessante proposta política de independência econômica do país e de inclusão, em termos políticos, econômicos e culturais, de significativa parcela da população brasileira historicamente deixada à margem da produção, do consumo, da vida política e cultural do país. Assim, para que o seu projeto e programas político-econômicos nacionalistas sejam viabilizados, Caio Prado elege algumas classes sociais como os atores indispensáveis à execução dessas transformações e outras classes como entraves. Não só as classes sociais, no entanto. Cabe também ao Estado nacional um papel importante em nossa modernização. O que este trabalho focaliza, portanto, são os papéis político-econômicos atribuídos por Caio Prado às classes sociais brasileiras na viabilização da consolidação da economia nacional voltada para o mercado interno, pressuposto primordial para a consolidação da independência brasileira frente a dominação imperialista. Para tal empreendimento, faço inicialmente uma análise do conjunto da obra caiopradiana em busca de seu olhar sobre as classes sociais brasileiras. Posteriormente, ofereço o detalhamento de seus programas político-econômicos destinados à superação da economia colonial e consolidação da economia nacional. Por último, trato dos papéis político-econômicos das classes sociais (e do

Estado) enquanto atores (ou empecilhos) do referido projeto e programas político-econômicos nacionalistas.

Palavras-chave: Caio Prado Júnior, classes sociais, economia nacional, nacionalismo, imperialismo, projeto e programas político-econômicos.

HANNA, Fábio Tadeu Vighy. As classes sociais brasileiras em Caio Prado Júnior: papéis político-econômicos na consolidação da nação (1933-1966), Assis, 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

ABSTRACT

The work of Caio Prado Junior (1933-1966) is permeated by his incessant political proposal of economical independence of the country and inclusion, in political, economical and cultural terms, of significative share of Brazilian population historically left aside the country consumption, political and cultural life. Therefore, in order to have his political-economical programs and project feasible, Caio Prado entitles some social classes as key actors for performing this transformations and some others as obstacles. Although, not only the social classes. It is up to the national state an important role in this modernization. This thesis focuses the political-economical roles attributed by Caio Prado to the Brazilian social classes in the availability of consolidation of national economy centered an the internal market, key premise for the consolidation of the independence towards the imperialist domination. For such an enterprise I initially make an analysis of the work of Caio Prado in search of his views on the Brazilian social classes. After that, I offer details of his political-economical programs designed for surmounting the colonial economy and consolidation of the national economy. Finally, I discuss the political-economic roles of the social classes (and the state) while actors (or obstacles) of the aforesaid project and nationalist political-economical programs.

Key-words: Caio Prado Junior, social classes, national economy, nationalism, imperialism, political-economical programs and project.

ABREVIATURAS

ANL – Aliança Nacional Libertadora

ARB – A Revolução Brasileira

EPB – Evolução Política do Brasil

FBC – Formação do Brasil Contemporâneo – colônia

HEB – História Econômica do Brasil

JK – Juscelino Kubitschek

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PRP – Partido Republicano Paulista

RB – Revista Brasiliense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... p.15

I- HISTORIOGRAFIA E ESCRITOS POLÍTICOS DE CAIO PRADO JÚNIOR: AS CLASSES SOCIAIS EMERGINDO EM MOMENTOS CRÍTICOS

- 1.1 A literatura de Caio Prado Júnior: um sobrevôo..... **p.42**
1.2 As classes sociais brasileiras na historiografia de Caio Prado Júnior..... **p.47**
1.3 *Revista Brasiliense*: onde estão as classes sociais?..... **p.107**
1.4 O arquivo pessoal de Caio Prado Júnior no *IEB/USP*: a descoberta de um escrito inédito sobre as classes sociais brasileiras..... **p.116**

II- PROJETO E PROGRAMAS POLÍTICO-ECONÔMICOS: DEFINIÇÕES E METAS PARA SE CONSOLIDAR A NAÇÃO

- 2.1 Nacionalista? Reformista? Socialista? Modernizador?: a (im)possibilidade de adjetivação do projeto e dos programas político-econômicos de Caio Prado Júnior **p.133**
2.2 O que se deve fazer para se consolidar a economia nacional: metas e programas **p.140**

III - A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA: OS PAPÉIS POLÍTICO-ECONÔMICOS DAS CLASSES SOCIAIS BRASILEIRAS (E DO ESTADO)

3.1 Os atores da consolidação da nação: classes sociais e Estado e seus papéis . **p.153**

3.2 Os atores da obstaculização da consolidação da nação: classes sociais e Estado e suas ações **p. 169**

CONCLUSÃO **p.174**

FONTES..... **p.182**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **p.187**

INTRODUÇÃO

Em trabalho anterior¹, Caio Prado Júnior foi, tal qual neste, o centro das minhas atenções, embora Oliveira Vianna também o fosse. Dediquei-me a demonstrar a estreita relação entre suas *Interpretações do Brasil* e seu projeto político-econômico nacionalista destinado à efetivação da nação brasileira. Tal empreendimento² exigiu, dessa forma, uma série de considerações prévias.

Em primeiro lugar, ocupei-me com a análise da crítica historiográfica dedicada a ele, produzida entre a década de 1930 e o final da década de 1990. Verifiquei dois momentos bastante distintos: um primeiro perdurando entre as primeiras análises nos anos de 1930 até meados da década de 1980 e, um segundo instante, a partir do marco final do período anterior aos dias de hoje.

No corte cronológico inicial (1933/1986)³, o que sustenta a unidade interpretativa nas análises é o consenso de que o autor em questão rompeu em definitivo com os historiadores precedentes. Em outras palavras, Caio Prado⁴ ofereceu à historiografia brasileira um sopro de renovação teórico-metodológico. Primeiro porque o materialismo

¹ Dissertação de Mestrado: *A modernização do Brasil em Caio Prado Júnior e Oliveira Vianna*: uma discussão sobre os vínculos entre suas *Interpretações do Brasil* e seus projetos políticos nacionalistas. Unesp, Assis, 2003.

² Passo, a partir de agora, quando me refiro ao meu mestrado, tratar apenas dos resultados obtidos em relação a Caio Prado Júnior.

³ Essas balizas se referem, respectivamente, à manifestação de Alcântara Machado publicada no *Jornal da Tarde* em 1933 a respeito do lançamento de *Evolução Política do Brasil* e à publicação do artigo *Caio Prado Júnior na historiografia brasileira*, de Fernando Novais, em 1986.

⁴ Faz-se necessário salientar, embora seja do conhecimento de muitos, que dividem com Caio Prado a responsabilidade pela renovação da historiografia brasileira Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e, em menor medida, Roberto Simonsen.

histórico como método de análise da realidade brasileira, e seus desdobramentos (análise da estrutura econômica e a luta de classes, por exemplo), puseram fim ao domínio dos *positivistas*. Em segundo lugar, e está aqui o cerne da questão, a aplicação do materialismo histórico na realidade brasileira não determinou – ou pelo menos não influenciou - sua interpretação histórica.

Assim, nas mais reconhecidas análises a respeito de Caio Prado – produzidas por Carlos Guilherme Mota (1977), Antonio Candido (1995), Dante Moreira Leite (1969), Francisco Iglesias (1982) e tantos outros –, destacou-se uniformemente que o elemento político enquanto componente determinante na leitura da História brasileira – como ocorreu em Oliveira Vianna, Alberto Torres, Varnhagen e outros – seria uma página virada da historiografia brasileira. Em outras palavras, estaríamos com Caio Prado entrando em uma fase científica ou profissional da produção historiográfica brasileira⁵.

Destaquei, entretanto, que se tratava de uma visão que correspondia à necessidade dos próprios críticos historiográficos de Prado Júnior – em especial os que atuavam no âmbito das universidades – por serem, eles mesmos, tributários da *geração de 30*. Fazia-se necessário, dessa forma, legitimar-se a partir da própria valorização de seus predecessores. Conquistar espaço nas universidades significa tornar hegemônicas correntes historiográficas, linhas de pesquisa, temáticas, teorias, metodologias e outros elementos que permitem acesso a cargos, publicações e outros mecanismos que solidifiquem a carreira acadêmica.

⁵ Vale lembrar a análise feita por Fernand Braudel sobre Caio Prado e o destaque que o historiador francês dá aos livros *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia* e *História Econômica do Brasil* por não serem ensaios – e sim científicos – como *Evolução Política do Brasil* o é.

Quanto às análises sobre Prado Júnior, realizadas a partir de meados da década de 1980, foi possível verificar um deslocamento interpretativo que passou a conferir importância ao elemento político (nacionalismo, marxismo, intenção política, projeto político etc.) em seus escritos. Abundam teses, dissertações e artigos interessados – não para negar ou desqualificar o autor como muitos pensam, mas ao contrário, dar uma nova dimensão a um dos mais importantes autores do pensamento social brasileiro do século XX – em apresentar a confluência entre o conjunto de sua obra e seus interesses políticos.

Acredito terem agido como facilitadores desse processo de renovação avaliativa tanto situações internas ao campo historiográfico – por exemplo, o refluxo da produção historiográfica marxista (e economicista) e ascensão da Nova História - que arrastou para essa seara muitos dos beneficiários da historiografia de Caio Prado -, quanto ao próprio processo histórico que evidencia, no final dos anos de 1980, a quebra de paradigmas políticos que envolvem a experiência socialista.

Desta maneira, à guisa de conclusão, entre 1933 e meados da década de 1980, avaliou-se Caio Prado, além de na maioria dos momentos em comparação aos seus predecessores, quase que exclusivamente em relação às questões teórico-metodológicas. Quando aspectos políticos entravam na avaliação eram, na verdade, para destacar que suas análises são refratárias a objetivos políticos ou mesmo a uma conjuntura política bastante intensa como a da Revolução de 30 que, como se sabe, Caio Prado foi de entusiasta e participante a opositor. De meados da década de 1980 aos nossos dias, o Caio Prado objeto da historiografia – agora um ramo bastante consolidado do conhecimento histórico – não figura como tendo como elemento

definidor, mais saliente, o seu compromisso com a renovação da historiografia brasileira. O Caio Prado ressaltado é aquele engajado politicamente, herdeiro de um campo intelectual formado no século XIX em que, cada qual a seu modo, propõe a formação do Brasil⁶.

Uma segunda consideração prévia, portanto, para demonstrar os pontos de intersecção entre as suas *Leituras do Brasil* e o seu projeto político nacionalista – e o condicionamento daquelas a este – refere-se à recorrência entre a elite intelectual brasileira de, em momentos de crise ou mudanças significativas, propor a modernização/criação da nação.

Com efeito, inseri Caio Prado em um campo específico da elite intelectual brasileira, que desponta após a Independência do país e que, sempre quando há crises e eminentes rupturas – ou após a efetivação das mesmas – propõe– seja no campo estético ou no pensamento social – *modelos* explicativos da história brasileira entrelaçados com soluções para a problemática em questão. Foi assim, nos diz Ianni (1993), no período da *Independência*, da *Abolição da Escravidão* e *Proclamação da República* e na *Revolução de 1930*. O autor em revista está, evidentemente, na movimentação intelectual de insatisfação com o regime oligárquico da *República Velha*.

O engajamento da elite intelectual brasileira - oriunda, com poucas exceções, dos estratos mais altos do poder econômico e político do país -, no processo de *modernização brasileira*, suscitou por muito tempo debates em busca do sentido dessa intervenção que, cabe ressaltar, não ficou restrita ao campo das idéias uma vez que significativa parcela dessa intelectualidade fez parte dos quadros do Estado nacional.

⁶ Adiante, ainda nesta *Introdução*, retomarei essa problemática.

Dois autores, ambos de vertente sociológica, sobressaíram-se nesse debate: Sérgio Miceli (1975) e Daniel Pécaut (1990). Ao passo que o primeiro trabalha com a noção de *interesse*⁷, o segundo aborda a relação intelectual/Estado – o que é válido para a política de forma geral – tendo em vista a questão do “[...] ‘modelo’ de orientação da ação tanto coletiva quanto individual” (HERCHMANN, 1994). Para Pécaut, os intelectuais não estavam preocupados em defender suas posições junto à elite, pois dela advinham. O fundamental seria o fato de que o intelectual “[...] tinha de estar à altura da construção da nação, portador que era da identidade nacional e, além disso, detentor do saber relativo às leis da evolução histórica [...]” (PÉCAUT, 1990, p.6).

Portanto, apresentei alguns dos principais intelectuais (José de Alencar, Francisco Adolfo de Varnhagen, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Sílvio Romero, Machado de Assis, Nina Rodrigues, Alberto Torres, Olavo Bilac, Monteiro Lobato, Oliveira Vianna e Caio Prado), e as temáticas/propostas presentes na tentativa de criar/modernizar o Brasil (formulação de princípios políticos, procedimentos burocráticos, a forma de governo mais adequada para o país, o abolicionismo, a importância da saúde pública, da educação, da necessidade de branquear o Brasil, de desenvolver a economia nacional e a valorização do elemento popular como o portador da alma nacional), desde o século XIX (*Independência e Proclamação da República e Abolição*), passando pelo início do século XX até chegar à *Revolução de 1930*.

Realizadas essas considerações iniciais que, em verdade, se complementam, efetuei a exposição da produção historiográfica do autor e, de forma mais detida, das

⁷ Resumindo, o que Miceli (1975) quer, ao privilegiar a noção de *interesse*, é afirmar que os intelectuais estavam movidos por uma vontade de preservar suas posições privilegiadas junto aos detentores do poder. Isto porque, embora todos fossem oriundos da elite brasileira, alguns pertenciam a famílias em franco declínio – principalmente econômico, como é o caso, por exemplo, de Oliveira Vianna.

fontes principais da pesquisa de Mestrado: *Evolução Política do Brasil e Formação do Brasil contemporâneo* – colônia. Destas realizei não apenas uma síntese. Coloquei em evidência os vínculos entre a conjuntura histórica, as atividades políticas de Caio Prado e suas temáticas, categorias e conclusões sobre a história do Brasil, o que representa, desta maneira, tecer a relação entre suas *Interpretações do Brasil* e seu *projeto político*.

De imediato, verifiquei que não há explicitado em seu ensaio de estréia um *projeto político*. Verifica-se, entretanto, um propósito político, qual seja, orientar o proletariado brasileiro para a eminente revolução popular. Tanto Caio Prado quanto os comunistas brasileiros em geral viam na conjuntura externa e interna dos anos 30 o momento adequado para a empreitada revolucionária. Ao passo que em *EPB* encontramos um objetivo político, em *Formação do Brasil Contemporâneo* –colônia, agora sim, foi possível identificar um *projeto político*, qual seja, proceder à conclusão da passagem de uma economia colonial (atender ao mercado externo) para uma economia nacional (consolidar o mercado interno), ou, em outras palavras, concluir a passagem da situação colonial para a nacional, desvincular-se, portanto, da dependência dos países centrais do capitalismo. Tal projeto, ou melhor, o grande obstáculo brasileiro, está explicitado no próprio *sentido da colonização*. Sentido, como se sabe, de abastecer o mercado externo com produtos primários, deixando, desta forma, de atender aos interesses da população brasileira.

Portanto, o objetivo desta *Tese* é dar um passo adiante, largo e fundamental, para o entendimento de Caio Prado Júnior (e de seu marxismo e nacionalismo): constatado que o conjunto de sua obra histórico-político-econômica apresenta uma relação direta com seu *projeto político*, passo, agora, a tentar compreender quais

papéis político-econômicos ele atribuiu às classes sociais brasileiras e ao Estado em seu referido projeto. Privilegio, dessa maneira, um aspecto da obra de Caio Prado ainda não abordado pelos inúmeros analistas de seu pensamento. Quero dizer, não é possível compreender satisfatoriamente *projeto e programas político-econômicos* – de qualquer autor, independente de sua filiação política – sem que se apresentem os atores responsáveis pela sua execução.

O que muito se escreveu até hoje sobre Caio Prado esteve centrado – como adiantei nas linhas acima – mais em aspectos historiográficos do que políticos, salvas as interpretações realizadas a partir de meados da década de 80. Estas, no entanto, ao vincularem obra e política em Caio Prado, deixaram, contudo, de lado, a indicação de quem seria a tarefa de efetivar a nação. Sabe-se, no entanto, que nos textos marxistas (e marxianos) os atores da trama social, econômica e política sempre estão evidenciados, isto é, trata-se de elementos indispensáveis para que se saiba quem são os óbices e os executores das transformações requeridas.

Dessa maneira, essa empreitada exige, sem demora, três ordens de considerações: a primeira, uma aproximação com o autor em questão, através de um sobrevôo em sua biografia. Necessidade que se revela pelo fato fundamental de ser um pensador social oriundo dos mais altos estratos da burguesia bandeirante e ficar para a história como o mais importante historiador marxista brasileiro do século XX. Quer dizer, uma biografia marcada por uma ruptura de classe e uma conseqüente trajetória intelectual vinculada ao marxismo; a segunda questão que se levanta é a necessária distinção de *projeto político* de *programa político*, isto é, demonstrar que as práticas sugeridas referentes aos programas são execuções determinadas para a obtenção do

objetivo último do projeto, construído e legitimado, no caso em questão, pela perscrutação do passado colonial brasileiro tendo como método de análise o materialismo histórico e um objetivo político pré-estabelecido. Com efeito, é a própria teoria marxista da história que está em questão quando levamos em conta as temporalidades existentes na análise do passado, na constatação dos problemas do presente e nas proposições para um futuro determinado, neste caso, a conclusão da nação⁸. A terceira e última consideração perpassa, mais uma vez, o debate sobre o marxismo de Caio Prado. Agora, o importante é uma aproximação com as classes sociais e seus papéis nas transformações propostas. Em outras palavras, uma aproximação com a forma com que o marxismo encara as classes sociais nos processos revolucionários, possibilitando, com efeito, a compreensão, a ser alcançada nos capítulos desta *Tese*, do alcance do marxismo de Prado Júnior.

Iniciar as discussões específicas a este trabalho pela biografia de Caio da Silva Prado Júnior pode parecer adentrar por uma porta lateral, fugir do objetivo central. O propósito, entretanto, é muito semelhante: pretendendo como estou esclarecer os papéis político-econômicos atribuídos por Caio Prado às classes sociais brasileiras nos seus projeto (concluir a passagem da colônia à nação através da consolidação da economia nacional) e programas políticos – o que exige uma série de ações, a serem discutidas posteriormente -, sua biografia nos mostra, em linhas gerais, é verdade, o papel político esperado para um legítimo representante da mais alta burguesia paulista que, ao invés corresponder às expectativas, como adiantei, em função de uma opção

⁸ Não se trata de contradição buscar os elementos teórico-metodológicos de Caio Prado em sua leitura do Brasil se, desde sempre, afirmamos que ela está subordinada às suas expectativas políticas nacionalistas. O fato é que são elementos constitutivos de uma análise histórica que se inter-relacionam, sejam de maneira sobreposta ou horizontal.

pessoal, rompe com sua classe de origem. Concomitantemente, a biografia de Caio Prado revela as principais lutas e modificações políticas, econômicas, culturais e sociais desde o início da República até as primeiras décadas da segunda metade do século XX, como, de imediato, e em função disso, transmite a certeza de que esse pensador social foi um homem do seu tempo, ou melhor, um intelectual⁹ da elite paulista convencido de sua função de descortinar o futuro da nação brasileira.

Militante político, político, historiador e empresário (cultural e agrícola), Caio Prado tem uma trajetória de vida que pode ser dividida em dois momentos bastante distintos, embora no segundo sobrevivam ainda marcas do primeiro, resultado de um acontecimento que viria a determinar toda a sua vida pessoal, política e intelectual: sua filiação, em 1931, ao Partido Comunista Brasileiro (*PCB*)¹⁰.

Filho de Caio da Silva Prado e Antonietta Penteado da Silva Prado, Caio da Silva Prado Júnior nasceu em São Paulo em 11 de fevereiro de 1907. Pertencente a uma das mais ricas e influentes, política e culturalmente¹¹, famílias de São Paulo¹², Caio Prado teve uma formação intelectual disponível, àquela época, apenas aos mais abastados.

⁹ Para Sirinelli (1996) é possível destacar duas acepções de intelectual: “[...] uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e ‘mediadores’ culturais, [e] outra mais estreita, baseada na noção de engajamento”. Vale destacar que para o referido autor essas duas noções não são excludentes, antes, até se complementam.

¹⁰ Comungam dessa opinião Francisco Iglesias, Fernando Novais e Florestan Fernandes. Para Paulo Henrique Martinez, além da filiação de Caio Prado ao PCB, outros momentos fundamentais para a formação político-intelectual do autor, anterior àquele, foram seus estudos no Colégio São Luís e sua formação pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (1924-1928). Ver mais em Martinez (1998).

¹¹ Ver, sobre a influência e a atuação dos Silva Prado nos espaços culturais paulistas da República Velha, Ferreira (2002).

¹² O primeiro Silva Prado a chegar no Brasil, vindo de Portugal (cidade de Prado), no início do século XVIII, foi Antônio da Silva Prado. Família de origem nobre (supõe-se que da nobreza portuguesa do século XIII), os Silva Prado no Brasil desde logo criaram laços familiares com importantes famílias de bandeirantes paulistas. Desse período ao século XX, a trajetória dos Silva Prado foi de enriquecimento e prestígio político e cultural. Ver mais em Karepous (2003).

Iniciou seus estudos em casa, com professores particulares. Integralizou sua formação secundária no tradicional colégio jesuítico São Luís, em São Paulo. Por um ano (1923) freqüentou, na Inglaterra, o Chelmsford College, em Eastbourn. De 1924 a 1928 estudou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, formando-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Entre 1934 e 1935 freqüentou o curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo, tendo entre seus professores Fernand Braudel. No seu exílio na França (1937 - 1939), tornou-se aluno da Sorbonne, por breve período. Em 1956, defendeu a tese de Livre-Docência na Faculdade de Direito da USP com o título *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. Foi aprovado e, no entanto, não assumiu a cátedra de Economia Política. Em 1968, em pleno regime militar, inscreve-se para assumir a cátedra de História do Brasil, na USP, no lugar de Sérgio Buarque de Holanda, com a tese *História e desenvolvimento*. Entretanto, seu concurso é cancelado, seu título de livre-docência cassado e aposentado por decreto.

Em concomitância à sua formação escolar/acadêmica, Caio Prado foi atuante, ainda, nos eventos/espços culturais surgidos da própria crise de dominação oligárquica, ainda nos anos de 1920¹³, e, após a Revolução de 1930, nos espaços culturais que, em última análise, confrontavam a nova ordem estabelecida. Aos 15 anos de idade participa da *Semana de Arte Moderna* de 1922. Em 1931 torna-se sócio do *Clube dos Artistas Modernos*. Está, ainda, entre os mais ativos membros da *Associação dos Geógrafos Brasileiros*, a partir de 1935. Fato relevante é a fundação,

¹³ Sérgio Miceli nos mostra que é da cisão da elite paulista em torno do predomínio político do PRP que surgem espaços culturais e publicações destinadas a fazer oposição a essa dominação. Entre eles a *Revista do Brasil* e o *Estadinho*, ambos do jornal *O Estado de São Paulo*. Ver mais em Miceli (2001).

por Caio Prado e Monteiro Lobato, em 1943, da *Editora Brasiliense*, tendo suas primeiras publicações destinadas às obras das mais diversas especialidades e, ainda, de professores comunistas da Universidade de São Paulo. Em 1955 lança a *Revista Brasiliense*, publicação eminentemente nacionalista, que perdurará até 1964¹⁴.

No campo político, Prado Júnior inicia sua atuação no *Partido Democrático (PD)*, em 1928, partido que tem entre seus principais fundadores seu tio-avô Antônio Prado¹⁵. Na *Revolução de 1930* colabora ao lado da *Aliança Liberal*, trabalhando posteriormente no *Governo Provisório* de Getúlio Vargas na cidade de Ribeirão Preto, interior de São Paulo¹⁶. Em 1931, abandona os vitoriosos da revolução e vai filiar-se ao *Partido Comunista Brasileiro*. Dessa opção, pode-se afirmar, Caio Prado deixa os silenciadores e adere ao silenciados¹⁷. Em 1935 está atuando na *Aliança Nacional Libertadora (ANL)*: é o presidente da seção de São Paulo. Devido à *Intentona Comunista* – mesmo dela não tendo participado – é preso no Rio Grande do Sul e trazido para São Paulo¹⁸. Permanecerá detido até meados de 1937¹⁹. Nesse mesmo ano exila-se na França, onde atua no *Partido Comunista Francês (PCF)* e na causa da *Guerra Civil Espanhola*.

¹⁴ Debruçar-me-ei nessa publicação e no conjunto de sua obra no primeiro capítulo. A *Revista Brasiliense* e seus livros são, junto com documentos de seu arquivo depositado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP, as principais fontes desta pesquisa.

¹⁵ Seu pai também era adversário do PRP. Pode-se, evidentemente, atribuir a filiação de Caio Prado ao PD tanto à influência familiar quanto às constatadas fraudes realizadas pelo PRP nas eleições municipais de 1928.

¹⁶ Fato inusitado foi a prisão de Caio Prado – a primeira de uma série delas –, em 1930, por dar vivas a Getúlio Vargas em uma recepção oficial ao candidato a presidente pelo PRP, Júlio Prestes.

¹⁷ Trata-se, evidentemente, de uma alusão ao livro *O silêncio dos vencidos*, de Edgard de Decca (1986).

¹⁸ Tudo indica que a atuação de Caio Prado na *ANL* estivesse restrita a atividades intelectuais uma vez que parte de Prestes a recomendação de que, sendo vitoriosos na empreitada revolucionária de 1935, seria o militar Miguel Costa o chefe do governo popular em São Paulo, e não Caio Prado. Fato ilustrativo é que fica a cargo de Caio Prado a redação do programa da *ANL*. Ver mais em Vianna (1992).

¹⁹ Para Skidmore (1982 p.42-47), presos políticos, entre eles estaria Caio Prado, foram soltos em 1937 devido a um plano político de Vargas que visava intimidar setores da sociedade, isto é, tendo o Congresso não renovado o estúdio de sítio proposto por ele, Vargas “[...] soltou um grupo de prisioneiros políticos de esquerda, dramatizando com isso a ‘ameaça’ da esquerda às classes médias, os políticos estaduais conservadores e os militares [...]” (p.41-42).

Permanece na França até 1939, às vésperas da *II Guerra Mundial*. Em 1947 elege-se deputado estadual em São Paulo pelo *PCB*. Com o cancelamento do registro de seu partido (1948), seu mandato é cassado²⁰. Em 1948 é novamente preso. Entre 1949 e 1962 faz diversas viagens a países socialistas, como Tchecoslováquia, Polônia e Cuba. Em 1964 é detido pelo *DOPS*. Para escapar de nova prisão, exila-se no Chile em 1970 e, no mesmo ano, volta para o país para ser julgado pelo Tribunal Militar. Fica preso até 1971, quando é absolvido das acusações de ter dado uma entrevista a uma revista universitária incitando o público à Guerra e à subversão da ordem político-social²¹. Desde meados da década de 1970 Caio Prado vai paulatinamente se afastando da militância política mais intensa e dedicando-se à produção intelectual. Falece em 24 de novembro de 1990, depois de ficar por muitos anos gravemente doente.

O que se visualiza, assim, é a *construção* de um intelectual que tem no seu percurso de vida um caminho traçado *a priori* ou, em outras palavras, conformado pela sua origem burguesa em que a formação educacional/política estava direcionada para a formação de quadros dirigentes, estadual ou nacional, em um estado da federação que praticamente detinha o poder político da nação e em que os espaços culturais vão se alargando à medida que a dominação oligárquica do *PRP* perde força. Com efeito, sua missão inicial é, salvo engano, acirrar o fracionamento no seio da elite paulista – como vinham fazendo parte dos Silva Prado desde o início do século XX – na tentativa da construção de uma nova ordem em que o comando estivesse com os dissidentes do *PRP*, entre os quais se encontram Caio Prado e seus familiares próximos. O que

²⁰ Ver a respeito de sua atuação como deputado em Karepous (2003).

²¹ Ver sobre a defesa de Caio Prado no Inquérito Policial-Militar (IPM) perante o Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da 2ª Junta Militar, o texto *Em defesa de Caio Prado Júnior*, do advogado Heleno Cláudio Fragoso, escrito em 1970.

ocorre, entretanto, em seu percurso natural de provável representante da elite paulista na política nacional, é uma ruptura com sua classe e seus objetivos iniciais, levando-o para a oposição à nova ordem vigente da qual ele foi, mesmo minimamente como ele sempre enfatizou²², um dos construtores. As conseqüências de sua opção pessoal são claras: prisões, deportações, cassações etc. O que não significa, entretanto, que parte de suas relações pessoais não permaneça restrita a membros da elite econômica, política e cultural do país e que, um dos elementos marcantes da ideologia de parte da elite nacional, qual seja, o nacionalismo, acompanhe-o em sua trajetória política e intelectual da sua ruptura de classe em diante. Nacionalismo e marxismo conviverão no percurso intelectual de Caio Prado até seus últimos escritos.

No que se refere à distinção entre *projeto político* e *programa político* torna-se inevitável, senão necessária, a compreensão da própria *teoria da história* no pensamento marxista, a qual, em última análise, contém em seus alicerces uma filosofia da história que

[...] não é nem ornamento, nem complemento, ela é necessariamente fundamento. Ela é a base tanto da teoria da história passada, como da concepção política, da perspectiva e do programa revolucionários. O essencial é que ela é uma filosofia racionalista, e, como todas as filosofias racionalistas, se oferece antecipadamente a solução de todos os problemas que coloca. [...] A filosofia da história marxista é, em primeiro lugar, e sobretudo, um racionalismo objetivista. Já vemos isso na teoria marxista da história aplicada à história passada. O objeto da teoria da história é um objeto natural e o modelo que lhe é aplicado é um modelo análogo ao das ciências da natureza. Forças que agem sobre pontos de aplicação definidos produzem resultados predeterminados de acordo com um grande esquema causal que deve explicar tanto a estática como a dinâmica da história, a constituição e funcionamento de cada sociedade, assim como o desequilíbrio e a perturbação que devem conduzi-las a uma nova forma. A história passada é portanto racional, no sentido de que tudo nela se desenvolveu segundo causas perfeitamente adequadas e penetráveis por

²² Ver mais em Mota (org.) (1979).

nossa razão [...] Mas a história do futuro também é racional, porquanto ela realizará a razão e desta vez num segundo sentido: não mais somente no sentido do fato, mas no do valor. A história do futuro será o que ela deve ser, verá nascer uma sociedade racional que encarnará as aspirações da humanidade, onde o homem enfim será humano [...] Finalmente, a história é racional num terceiro sentido: o da ligação de passado e futuro [...] esse futuro está desde já fixado em seu princípio: ele será liberdade, como o passado e o presente foram e são necessidades (CASTORIADIS, 1982, p.55-56).

O fato que se impõe, por isso, é que Caio Prado, ao olhar para o passado brasileiro, buscou, dentro do referido racionalismo objetivista, o ponto determinante do processo colonizador responsável pela sua caracterização e extensão à totalidade²³ da formação sócio-econômica e política colonial. Tal totalidade é o próprio *sentido da colonização*, cuja essência determinará o povoamento, a vida material e a vida social²⁴. Sendo total e extensivo, o *sentido da colonização*, qual seja, produzir para o mercado externo, será a ponte que ligará o passado ao presente de Caio, que se apresenta, para o autor, como uma continuidade do peso colonial em nossas estruturas social, política e econômica e, ainda, paradoxalmente, como uma promessa de futuro ao ter que se superar o passado. Com efeito, o cerne do *projeto político* de Caio Prado será a própria concretização da passagem da *situação colonial* (economia voltada para o mercado externo) para a *situação nacional* (economia voltada para o mercado interno)²⁵. Esse é o nosso fulcro, portanto. O futuro inevitável pode ser visualizado do presente pelas próprias determinações que a filosofia marxista possibilita ao seu interlocutor. Quer dizer, ao diagnosticar os problemas que barram o sentido inevitável do Brasil – tornar-

²³ Vale lembrar que no pensamento marxista é o todo que determina as partes.

²⁴ Esses três aspectos da sociedade colonial são, na verdade, os analisados por Prado Júnior em *FBC*. Em outras palavras, são as três partes do referido livro.

²⁵ É evidente que a constituição do mercado interno enquanto elemento definidor da integralização da nação dependerá de uma série de situações coordenadas que o viabilize. Elas serão analisadas na exposição do seu programa político-econômico. No segundo capítulo, portanto.

se uma nação autônoma-, as ações necessárias para que o devir esperado possa concretizar-se devem ser transformadas em programas a serem executados pelos agentes conscientes das mudanças que se almejam. Assim, a relação dialética entre passado, presente e futuro torna-se uma unidade inteligível ao intelectual provido dos pressupostos teórico-metodológicos dessa corrente do pensamento social e permite, por extensão, saber de antemão a quem cabe a construção da nação brasileira. Com efeito, como mostra Castoriadis (1982), o *projeto político* é algo que não se modifica – é um fim a ser alcançado – e, o *programa político*, é transitório, pode se alterar à medida que a realidade se modifique e exija novas ações para a finalização do objetivo último que é a realização do projeto proposto.

Assim, o corte cronológico em que ocorre a elaboração tanto do projeto quanto do programa de Caio Prado é visivelmente acessível temporal e intelectualmente. Adiantei anteriormente que o seu *projeto político* existe desde a década de 1930, em especial quando ele o exorta através do programa da ANL, em 1935, sendo sua primeira *demonstração científica* em 1942, com *FBC*. Nos livros subseqüentes de história, economia e política, e no que encerra este trabalho, qual seja, *ARB*, o projeto é sempre retomado com o mesmo fulcro, ou seja, o acompanhará por toda sua vida, evidenciando, nitidamente, que a nação por ele projetada não estava concluída²⁶. Seus *programas político-econômicos* também serão sistematizados entre as décadas de 30 e 60, e expostos em seus artigos publicados na *RB* e no livro *ARB*. Ao passo que o projeto de nação de Caio Prado permanece intacto ao longo dessas décadas, as

²⁶ O que não significa dizer que o mercado interno não estivesse consolidado nos anos 70/80. Estava, mas não sobre as bases que Caio Prado imaginava como alicerces de uma nacionalidade autônoma.

propostas programáticas não. Do *Manifesto* ao livro *ARB* novas ações são incorporadas e outras descartadas.

Com efeito, o período privilegiado neste trabalho (1933-1966) é, como se vê, extenso. Há, por isso, a necessidade de se esclarecer da possibilidade de se trabalhar um período tão largo em que estão em foco não apenas o intelectual Caio Prado, como a própria conjuntura em que se insere, embora aquele seja o referencial. Procurei, tanto no processo histórico, quanto nas suas idéias políticas e históricas, as continuidades que pudessem servir de condutoras ao longo das décadas aqui analisadas.

Quanto a Caio Prado, pode-se destacar que o que o liga da década de 1930 à década de 1960 é o seu *projeto político* e sua percepção sobre a história do Brasil. Embora ocorram intensas transformações no período em questão – em termos econômicos (industrialização, desenvolvimento do mercado interno, intensa atividade econômica do Estado entre outros) e sociais (crescimento do proletariado urbano, da classe média, urbanização etc.), por exemplo -, o núcleo interpretativo de sua realidade imediata mantêm-se atrelado à sua concepção de colônia (e que refletirá na sua definição de nação) desenvolvida nos anos 30.

Com efeito, esse *engessamento* analítico, bem como o suposto privilégio conferido à circulação e ao consumo na definição de *economia colonial* (e de economia nacional) - suscitou – e ainda promove –, intenso debate entre os seus analistas, exigindo, de imediato, comentários.

O primeiro ponto, quer dizer, seu apego às formulações originárias dos 30/40, destinadas a compreender o *sentido da colonização* brasileira – as quais, aliás, são as responsáveis pelo reconhecimento de Caio Prado como um dos mais expressivos

historiadores brasileiros do século passado e pelo assegurado lugar de destaque de seus livros na produção histórica do país -, sendo ainda, nos anos 60, suas balizas para entender a realidade econômica, social e política que o cerca levou alguns estudiosos, basicamente, a duas posições polares: a primeira destacando essa permanência interpretativa enquanto uma deficiência do autor; e o segundo entendimento sugerindo ser um indicativo de eficiência interpretativa do autor frente à realidade brasileira dos anos 50/60.

Destacarei, do primeiro grupo de estudiosos, Carneiro Leão (1994). Em sua tese de doutoramento Caio Prado é considerado um *intérprete do Brasil* que, ao se agarrar nas formulações dos anos 30/40, em que os conceitos centrais são *economia nacional* e *economia colonial*, deixa de considerar as transformações ocorridas nas décadas seguintes (em especial a crescente industrialização no país), havendo, com efeito, um empobrecimento de suas análises e uma crescente utopia²⁷.

Na outra ponta se encontra, principalmente, Bernardo Ricupero (2000) e Raimundo Santos (2001). Para aquele – e será nele que me aterei - a continuidade em Caio Prado representa um dado positivo do autor, isto é, a nacionalização do marxismo em Caio Prado revela uma bem-sucedida adaptação marxista à realidade brasileira. Caio Prado, ao proceder de maneira inovadora na compreensão da formação brasileira pelo método marxista, mostrará que o que caracterizou de maneira decisiva o processo de formação da nação e do capitalismo no país, isto é, o *sentido da colonização*, não está superado pelo simples fato de ter havido a industrialização. Ao contrário, a industrialização por multinacionais (por conseqüência, por capitais estrangeiros) reforça

²⁷ Carneiro Leão (1994) compara Caio Prado a Celso Furtado, afirmando que este não vai ser acometido por um empobrecimento analítico, como aquele.

a situação de meros exportadores de matéria-prima e consumidores de tecnologia e capitais estrangeiros) e, ainda, impossibilita o desenvolvimento interno de setores (serviços como saúde e educação) responsáveis pela melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Deve-se a isso, portanto, o descrédito dado, por exemplo, aos *50 anos em 5* de JK e ao *milagre econômico* ocorrido durante o Regime Militar. Em ambos os surtos desenvolvimentistas, pela sua ótica, não houve alteração, ao contrário, aprofundou-se, a situação de dependência ao imperialismo.

Quanto ao suposto *marxismo estranho* de Caio Prado Júnior, quer dizer, o seu excessivo enfoque na circulação e consumo em detrimento da produção, as críticas existem desde a década de 50. Destacam-se as ressalvas de Florestan Fernandes (1968), Assis Tavares (1967), Bresser Pereira (1989) e, novamente, Carneiro Leão (1994). De fato Caio Prado exprime sua preocupação com o consumo e a circulação de maneira enfática, desde 1942. Porém, e isto parece ser mais importante, a definição do *sentido da colonização* – que, como salientei anteriormente, definirá todo seu pensamento político e histórico sobre a passagem da situação colonial para a nacional – compreende uma totalidade analítica que parte da *produção* (gêneros primários) para o consumo (mercado externo).

Essa totalidade econômica, ou melhor, a sua superação, faz parte de sua proposta política que exige o direcionamento da produção nacional para o mercado interno que, por sua vez, dependerá de uma população capaz de consumi-la. Portanto, parece se tratar muito mais de uma adaptação do marxismo à realidade brasileira – com objetivos políticos – do que simplesmente um marxismo estranho pelo fato de Caio Prado não esmiuçar – à maneira do marxismo ortodoxo - as forças produtivas e as

relações de produção do período colonial e contemporâneo a ele, embora estas últimas tenham recebido atenção especial em seus textos posteriores ao livro de 1942.

O entendimento de que Caio Prado deixa de lado os aspectos relativos à produção se dá, somente assim, quando não se leva em conta a junção presente no autor entre análise histórica e preocupação política. Esperando contribuir para a consolidação da nação, Caio Prado tem a necessidade de enfatizar os elementos que a possibilitem, isto é, a *produção* e o *consumo* internos.

Com efeito, os questionamentos históricos de Caio Prado – como meios e não como fins – inscrevem-se em uma conjuntura política, econômica e social específica, qual seja, no modelo desenvolvimentista, caracterizado que era por

1) um papel ativo do Estado na promoção do crescimento econômico por meio da industrialização rápida; 2) uma política comercial protecionista; 3) estruturas estatais regulatórias e financeiras (crédito oficial), e 4) uma participação direta do Estado no processo produtivo, com a criação de empresas públicas [substituição de importações] e permeado por diversos momentos político-institucionais, quais sejam, a) período da transição de uma estrutura política oligárquica descentralizada para a centralização política (1930-1937); b) período da ditadura civil (1937-1945); c) período do populismo democrático (1946-1964); d) período da ditadura militar (1964-1985); e) período das reformas de transição (1986-presente) (CARVALHO; CASTRO, 2002).

Dessa forma, será dentro dessa conjuntura econômica e política que Caio Prado desenvolve sua argumentação destinada a traçar as diretrizes de seus programas político-econômicos e sua percepção a respeito da participação das classes sociais no processo de conclusão da nação.

A última questão a ser tratada nesta *Introdução* diz respeito ao conceito de *classe social*, para Marx e para Caio Prado, quanto para o conhecimento histórico de forma geral e, ainda, a discussão a respeito de *papéis* sociais atribuídos às classes sociais pelas ciências sociais, em especial por Karl Marx, bem como por Caio Prado Júnior.

Iniciarei com uma parte da última questão, ou seja, sendo o conceito de *classe social* forjado pela sociologia, em especial por Karl Marx, qual o uso que os historiadores (marxistas) fazem dele, ou de outro modo, qual a relação entre historiadores e cientistas sociais? Para Peter Burke (2002) essa relação é, quase sempre, conflitante, embora historiadores e cientistas sociais se complementem dentro de suas abordagens diferenciadas. Mesmo assim, argumenta o autor, se os sociólogos posteriores a Max Weber e Émile Durkheim foram aos poucos abandonando o estudo do passado, os historiadores, por suas vezes, foram cada vez mais utilizando conceitos sociológicos – e de áreas contíguas²⁸. Para os historiadores marxistas, lembra Burke, a teoria (e seus conceitos) têm significativa centralidade na produção do conhecimento histórico. A categoria analítica *classe social* tem, com efeito, papel de destaque nos escritos marxistas. Mas, afinal, qual é o conceito de *classe social* para Marx e Caio Prado?

Nos escritos de Marx *classe social* não aparece com o mesmo significado. Embora o que a defina de uma maneira geral é a posição ocupada pelo grupo no processo social de produção, seja qual for o modo de produção. Pode-se lembrar, por exemplo, que em determinados momentos aparecem como *opressores* e *oprimidos*,

²⁸ Ver mais sobre a unidade de diversidade das ciências do homem em Braudel (1992, p.79-89).

exploradores e explorados; em outros escritos, seriam três as *classes sociais*, quando da análise da sociedade capitalista: os *proprietários de terra*, os *donos do capital* e os *trabalhadores*²⁹; tem-se ainda a análise sobre a oposição de *escravos* e *plebeus* romanos, e *servos* e *trabalhadores assalariados* da Idade Média, em relação à *aristocracia*, aos *senhores feudais* e *mestres*. Contudo, como a análise marxista das classes sociais tem como fulcro o capitalismo industrial, as três grandes classes citadas acima são as fundamentais e determinam suas frações.

Dessa maneira, de acordo com a sua função no processo produtivo (*relações de produção*), as classes sociais apresentam não apenas interesses distintos como também nos modos de agir e pensar. Advém de suas realidades e funções sociais as suas consciências – ou mesmo a falta de consciência - de pertencer a um grupo social com interesses comuns em oposição a outras classes da estrutura social na qual se inserem. Dessa diversidade surgem os conflitos de classe, objeto da análise histórica e motor do processo histórico real em cada *modo de produção*.

Assim, a questão do papel das classes sociais, em Marx, apresenta uma dupla perspectiva: uma econômica, em relação às funções desempenhadas nas relações sociais específicas de cada modo de produção (senhor e servo, aristocrata e escravo, proprietário de capital e vendedor de sua força de trabalho); e a outra, política, que diz respeito especificamente à luta de classes entre, dizendo de maneira generalizante, opressores e oprimidos.

²⁹ As três classes teriam, no capitalismo, como rendimento, respectivamente o lucro, os rendimentos da terra e o salário.

Nesta *Tese*, o fundamental, no entanto, é discutir a luta de classes na sociedade capitalista industrial porque será no processo de industrialização do Brasil que Caio Prado estará pensando a efetivação da nação.

Nas análises empreendidas por Marx em alguns de seus escritos, em especial no *Manifesto do Partido Comunista*, em *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*³⁰, *A luta de classes na França de 1848 a 1850* e *A Guerra Civil na França*, a discussão da luta de classes é o foco central, embora no primeiro haja uma mistura de análise empírica com projeções idealistas e, os demais, sejam reflexões de situações específicas ocorridas na França. No *Manifesto*, Marx e Engels especificam, de maneira clara, os papéis políticos, na consecução da revolução proletária, das classes sociais que compõem a moderna sociedade capitalista. Começando pela burguesia – que desempenhou inicialmente um papel revolucionário ao promover a dissolução dos entraves sociais e econômicos ao desenvolvimento econômico – Marx nos mostra como aos poucos essa classe se torna conservadora e, também, a responsável pelas gêneses das forças (produtivas, do mercado mundial, da crescente socialização da produção) que serão a sua ruína por não poder mais controlá-las³¹ e, em especial, dos seus *coveiros*: o moderno proletariado industrial.

Quanto à *classe média* moderna (professores, técnicos, burocratas entre outros), Marx a considera conservadora e reformista³², pela sua própria situação instável de

³⁰ Nesta obra Marx afirma que a consciência de classe da burguesia e do proletariado aparece como resultado da disputa política do terceiro estado (o da sociedade feudal) com os donos do poder do Antigo Regime.

³¹ Vale ressaltar ainda a afirmação, de Marx e Engels (1967) no *Manifesto*, de que a burguesia, com o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, tomou para si o poder político e faz do Estado moderno um comitê para gerir os seus negócios.

³² Quando Marx analisa a aristocracia operária, em outros textos, a classe média entra junto com aquela enquanto elementos reformistas.

estar entre a burguesia e o proletariado, podendo permanecer onde está ou ascender ou decair. Numa primeira análise a referida classe tenderia a desaparecer, engrossando, desta maneira, o proletariado. Entretanto, em outras³³, Marx mostrará que existia um crescimento da classe social em questão. Interpreta esse fenômeno como um elemento importante do desenvolvimento do capitalismo europeu.

Desta maneira, a revolução proletária contra a burguesia teria como ator privilegiado a classe operária, à qual, segundo Marx, pertenceria o futuro. No *Manifesto* pode ser encontrada a trajetória de formação do proletariado, a qual, segundo seus autores, passam por fases de desenvolvimento: o surgimento da classe operária moderna marca o início da luta contra a burguesia, primeiramente individualmente, depois pelos trabalhadores de uma fábrica, em seguida por de um ramo industrial do mesmo local e, com o progressivo aumento do proletariado e sua concentração, começa haver uma maior articulação entre eles até se tornar uma luta nacional entre as duas classes.

Evidentemente que o processo de constituição da classe operária vem acompanhado de uma tomada de *consciência de classe* (consciência subjetiva de sua condição) que, para Marx, só é possível na sociedade capitalista pelo fato de que o entendimento de sua condição de classe (situação objetiva de uma classe) deve passar pela compreensão de sua função no processo produtivo e demais relações de produção (troca e consumo). Assim, no capitalismo, as relações de classe ficam subordinadas – e são escancaradas, ao contrário, por exemplo, das relações de dominação que ficavam escondidas nas sociedades estamentais – ao critério da propriedade dos meios de

³³ Ver mais em: Marx (1983).

produção. Com efeito, embora Marx enfatize que são nas relações sociais de produção que se formam as classes (determinação, portanto estrutural e funcionalista, em que surgem as classes *em si*), há, ainda, a necessidade de um movimento transformador que leve determinada classe a ter consciência de seu pertencimento a uma classe específica (classe *para si*). Quero dizer, portanto, que não são apenas as estruturas das relações sociais de produção que definem uma classe. É necessário haver a tomada de consciência e práticas que tornem os indivíduos uma coletividade unida para reverter sua situação de subordinação em um determinado modo de produção. Finalizando, as classes sociais comportam determinações do devir³⁴, isto é, as classes sociais não são ao dado em si, algo acabado, pelo contrário, são construções que se dão ao longo das relações sociais.

No que tange à conceituação de classe social por parte do autor em revista, parece haver a mesma multiplicidade de significados como a existente em Marx. A variação pode ser sentida de um livro para outro, de um momento histórico para outro. Alguns exemplos bastam nesta *Introdução*.

Quando se analisa sua primeira obra, qual seja, *EPB*, as classes sociais aparecem dispostas não apenas pelo lugar ocupado na produção. Existe, ainda, e fundamentalmente, o critério político definindo a conformação de uma classe social.³⁵ O importante para o autor está em discutir a consciência ou a falta de consciência de classe, isto é, Caio Prado mostra, por um lado, a consciência de classe dos

³⁴ Quando se busca a definição de classes sociais em marxistas como Poulantzas, Perry Anderson e Thompson as divergências são a regra. Sinteticamente pode-se afirmar que Poulantzas parte de uma premissa estruturalista, Thompson de um ponto de vista "voluntarista" e Anderson da junção de fatores objetivos e subjetivos. Ver mais em Ridenti (1994, p.34-58).

³⁵ Não cabe aqui uma discussão de quais são elas porque isto será feito em capítulo específico.

latifundiários, dos comerciantes portugueses, dos políticos *nacionalistas*, dos restauradores e, por outro, a falta de consciência de classe das classes média e popular (e também a dos escravos).

O importante salientar é, no entanto, que se a tônica de Caio Prado em 1933 é a luta de classes, em 1942, com *FBC*, há um deslocamento em seu interesse analítico. Será dada importância, agora, à totalidade da colonização, com ênfase em seu sentido como o definidor das demais partes constituintes do processo de colonização. Tal perspectiva direciona a análise das classes sociais exclusivamente para a esfera das relações sociais de produção. O que não garante, contudo, que o autor continue usando a categoria analítica *classe social*. As categorias analíticas serão o *setor orgânico* – proprietários de escravos (e de terras) e os próprios escravos – e o *setor inorgânico* – composto pelos que estão à margem da produção voltada para o exterior, entre eles brancos pobres, mestiços e negros livres.

Em um texto inédito³⁶, escrito em 1959, com o título de *Esbôço para discussão*, é que, no entanto, Caio Prado resgata a análise das classes sociais enquanto categoria analítica. Sugiro que isto tenha haver com a própria necessidade de, ao estar realizando um balanço de sua realidade, cujo centro econômico está na industrialização, o conceito de classe social tenha maior validade. Isto serve também para o livro *ARB*, em que o autor estará, por exemplo, no capítulo *O problema político da revolução*, discutindo as classes sociais do seu presente, embora enfoque mais o proletário rural do que o urbano. Mais importante, no entanto, parece ser que em ambas as análises a preocupação de Prado Júnior é com a revolução, isto é, faz-se necessário

³⁶ Tratarei do texto e do arquivo de Caio Prado no *IEB/USP* no primeiro capítulo.

identificar os atores sociais da revolução brasileira³⁷. Portanto, classes sociais e papéis político-econômicos em Caio Prado aparecerão - e terão uma fisionomia específica – dependendo do seu propósito e das questões imediatas do Brasil.

No primeiro capítulo farei um sobrevôo no conjunto dos escritos de Caio Prado, isto é, em sua bibliografia, em seus artigos publicados na *Revista Brasiliense*, e nos documentos pessoais de Caio Prado que estão depositados no *Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)* da *Universidade de São Paulo (USP)* em busca das classes sociais brasileiras. Assim, na primeira parte deste capítulo, destinado à sua produção bibliográfica, abordarei o conjunto de sua obra. Em seguida, apresento uma síntese dos livros *Evolução Política do Brasil*, *Formação do Brasil Contemporâneo* e *A Revolução Brasileira*, em buscas das classes sociais brasileiras. No item posterior, trato da *Revista Brasiliense* e da sua importância enquanto veículo propagador do nacionalismo econômico de Caio Prado e de seus colaboradores. Saio novamente à procura das classes sociais pelos 31 artigos publicados pelo autor no referido periódico. Pouco encontrei sobre as classes sociais, embora, quando ocorreu disto, estavam presentes suas funções na conclusão da nação, bem como pontos de seu programa político. Por último, até como contribuição para futuras pesquisas, indico genericamente o conteúdo do arquivo pessoal de Prado Júnior. Tato, especificamente, de um texto escrito na década de 1950 que se tornou fundamental neste trabalho porque apresenta detalhadamente os papéis políticos das classes sociais na revolução brasileira, a saber, *Esbôço para discussão* (1959).

³⁷ Quando for debatido o livro *ARB* apresentarei o que ele entende por revolução.

No segundo capítulo trato especialmente da discussão acerca dos programas políticos de Caio Prado para a modernização/criação da nação sem, contudo, perder de vista o seu projeto político. Na primeira parte indago se há a possibilidade de classificar seu projeto e seus programas político-econômicos de, por exemplo, nacionalista, reformista, socialista e assim por diante. No segundo item trato efetivamente das propostas de seu projeto, separando-as quanto ao seu conteúdo, quero dizer, analiso o programa econômico em separado do programa político – mesmo sabendo que ambos se articulam – ao longo dos anos 30/60, procurando por mudanças e continuidades.

Enfoco, no último capítulo, os papéis político-econômicos atribuídos por Caio Prado Júnior às classes sociais e ao Estado nacional (e aos partidos políticos e sindicatos) nos seus projeto/programas político-econômicos. Trata-se de uma união das discussões ocorridas no primeiro e segundo capítulos. Separo a abordagem dos atores das suas propostas em função de seus papéis, ou seja, dos quais se espera a sua contribuição e dos quais se espera resistência. Assim, no momento inicial abordo as funções político-econômicas atribuídas por Caio Prado ao proletariado (proletariado urbano e rural) nacional e ao Estado (e outras organizações). Ver-se-á que são a referida classe, o governo, os partidos políticos, os sindicatos, entre outros, os eleitos para colocarem em marcha as propostas de ação contidas em seus programas. Em seguida, trato dos que obstam internamente as transformações estruturais requeridas por Caio Prado, a saber, a burguesia – urbana e rural – o Estado, os partidos, sindicatos³⁸.

³⁸ Se Estado, partidos políticos e sindicatos aparecem servindo a Deus e ao Diabo ao mesmo tempo é porque, ver-se-á com mais vagar nesse capítulo, no momento em que Caio está escrevendo (anos 50/60) essas organizações seriam empecilhos aos seus propósitos. Não obstante, obtidas transformações necessárias em seu sentido de atuação, elas passariam a ter um papel positivo em seu projeto.

CAPÍTULO I

HISTORIOGRAFIA E ESCRITOS POLÍTICOS DE CAIO PRADO JÚNIOR: AS CLASSES SOCIAIS EMERGINDO EM MOMENTOS CRÍTICOS

1.1 A literatura de Caio Prado Júnior: um sobrevôo

A literatura produzida por Caio Prado é vasta e diversificada. Escrevendo desde o início dos anos 1930 até o final da década de 70, o conjunto de sua obra contempla a história, a geografia, a sociologia política, a economia, a de viagem e a filosofia. São ao todo 13 livros, sendo 4 de história do Brasil, 3 de economia, 3 de filosofia, 2 de viagens e 1 de política.

Aos livros mais significativos são, entretanto, os de história, política e sociologia política e economia. Os dois livros de viagem, embora tenham alcançado grande repercussão em seus lançamentos, pouco se destacam no conjunto de sua literatura sendo, conforme a opinião de Francisco Iglesias (1982), os de menor importância. Já os três títulos de filosofia parecem não ter causado repercussão significativa entre os historiadores, pequena a quantidade de análises a respeito deles.

O primeiro livro de viagem escrito por Caio Prado Júnior, *U.R.S.S., um mundo novo*, é o resultado de sua ida à Europa e à União Soviética. Lançado em 1934, momento em que as perspectivas de êxito do comunismo eram perceptíveis aos seus coevos, despertou, por isso, grande interesse. Em 1935 estava esgotado. Entretanto, com o aumento da repressão, os exemplares foram recolhidos pela polícia. Seu conteúdo mais significativo – e talvez por isso a repressão – é a discussão política que apresenta³⁹. Seu outro livro de viagem, *O mundo do socialismo*, publicado em 1962, traduz a sua viagem à China e à União Soviética, em 1960. Novamente discutindo a temática política do comunismo, este livro se caracteriza pela teorização de temas como a liberdade, o Estado socialista, o partido comunista e outros. Um aspecto importante do pensamento político do autor - expresso nessa obra - é a defesa da disciplina instaurada pelos dois países⁴⁰.

Quanto à sua literatura filosófica, ela parece não ter recebido tanta atenção de seus estudiosos. Poucas citações e trabalhos temáticos existem a esse respeito⁴¹. Francisco Iglesias (1992), quando fala dos três livros de filosofia escritos por Caio Prado, quais sejam, *Dialética do Conhecimento* (1952), *Introdução à lógica dialética (Notas introdutórias)*, de 1959, e *Estruturalismo de Levi-Strauss – O marxismo de Louis Althusser*, de 1971, evita comentá-los, atendo-se, apenas, a dizer que a leitura de tais obras é importante justamente por ter sido escrita por quem foi e para se verificar em que medida eles tangenciam a história. O desinteresse por parte dos historiadores estaria, assim, subordinado à falta de aptidão do historiador à leitura de filosofia⁴².

³⁹ Ver mais em Iglesias (1982).

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Destacam-se, entre eles: Pinto (1993); Iglesias (1982); Ianni (1989) e Konder (1989).

⁴² Vale lembrar a afirmação de Francisco Iglesias (1982) de que o maior interesse de Caio Prado era a

Leandro Konder (1989), no entanto, argumenta que Caio Prado Júnior não conseguiu fundamentar satisfatoriamente a teoria do conhecimento que o levou aos resultados de suas pesquisas. Para Konder (1993), ele pode ser considerado bem-sucedido na pesquisa histórica e não na teoria. Seja por um ou outro motivo, Caio Prado certamente é muito mais lembrado por suas contribuições historiográficas, tanto as de cunho econômico, sociológico ou político.

No que se refere aos livros de história, sociologia política e economia que mais tiveram repercussão, figuram entre eles *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia* (1942), *História Econômica do Brasil* (1945), *Diretrizes para uma política econômica brasileira* (1954), *A Revolução Brasileira* (1966), *História e Desenvolvimento* (1968) e *A questão agrária no Brasil* (1979). Não há, contudo, consenso em relação a qual obra, juntamente com *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia* – indiscutivelmente a mais importante -, deva figurar entre as mais significativas.

Entretanto, é praticamente consenso entre os pesquisadores⁴³ de que *Evolução Política do Brasil* é a obra mais importante de Caio Prado depois de *Formação do Brasil Contemporâneo*. Os argumentos compreendem desde a própria situação do livro, ou seja, ser um livro de estréia e, ainda, ser considerado um marco de ruptura na historiografia brasileira, até o fato de no ensaio *EPB* estarem contidas teses/temas que posteriormente foram discutidos na obra *FBC*. O curioso, isto sim, está no fato da voz dissonante ser de um estrangeiro, no caso, de Fernand Braudel. Em seu artigo sobre a

filosofia.

⁴³ Entre eles destaque: Novais (1986), Iglésias (1982), Konder (1989) e Candido (1992).

obra de Prado Júnior, Braudel (1948)⁴⁴ assinala como os seus principais livros *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia* e *História Econômica do Brasil*. Seu argumento para tal escolha se baseia em critérios cientificistas e profissionalizantes. O melhor é deixar Fernand Braudel falar:

Nestes livros [*Formação do Brasil Contemporâneo e História Econômica do Brasil*], que ninguém se deixe enganar pelo tom voluntariamente despojado de paixão exterior, de poesia fácil e pitoresca. Mal disfarçados, deixam entrever uma violenta paixão pelo imenso país, do qual estudam a infância e adolescência, com aguda inquietação pela verdade, inteligência e honestidade – que ainda é a melhor maneira de amar os homens, onde quer que estejam. Compreender o Brasil, decifrar suas origens, diagnosticar seus males, de maneira científica, válida, distante das vias fáceis e incertas do ensaio, das veredas da pura poesia, das intuições... Logo se verá, senão agora (ninguém é profeta em seu país), que tais livros tendem a germinar, tomando assento na linhagem das grandes e belas obras em que o Brasil busca descobrir sua verdadeira face, desde Euclides da Cunha até Paulo Prado e Gilberto Freyre. Sinal de novos tempos: nesta explicação nacional, sempre reiniciada, os historiadores substituíram os poetas, filósofos e ensaístas [...] (apud MARTINEZ; RICUPERO, 1999, p.134).

Embora esses argumentos venham de ninguém menos que Fernand Braudel, eles são insuficientes para que possamos admitir que essa dupla de obras de Caio Prado (*FBC* e *HEB*) seja a mais significativa do seu conjunto. Mesmo que, no momento em que Braudel fez tal assertiva, Caio Prado tenha publicado apenas três livros – um de sociologia política (e história), e dois de história⁴⁵.

⁴⁴ O título original do ensaio é *Aux Brésil: deux livres de Caio Prado*, publicado em: *Annales: économies, sociétés, civilisations*, em 1948. A tradução foi feita por Bernardo Ricupero e Paulo Henrique Martinez na Revista *Praga*, nº8, 1999.

⁴⁵ São eles, respectivamente: *Evolução Política do Brasil*, *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia* e *História Econômica do Brasil*.

Mesmo assim, *História Econômica do Brasil*, publicado três anos após *FBC*, tem grande importância no conjunto de sua obra. Nele encontramos um panorama da economia brasileira que se estende dos primórdios da colonização até após os anos de 1930. O fato que se impõe é que grande parte do livro *HEB*, isto é, “[...] cerca de um terço da obra é reaproveitamento de *Formação do Brasil Contemporâneo*, como se dá com a agricultura e com a mineração; o autor repete o que escrevera ali [...]” (IGLÉSIAS, 1982, p. 27). A inovação viria a partir da parte *A era do liberalismo (1808-50)*.

O reaproveitamento dos resultados obtidos em *FBC*, em suas obras posteriores, não se restringe à reutilização literal de seu conteúdo. Mesmo que o momento não seja para isso, é importante ressaltar que a partir do seu maior livro, ou melhor, desde a definição do *sentido da colonização* como a própria teoria da História do Brasil, as obras posteriores não deixam de se valer de tal filosofia da história. Assim, a partir de *FBC* – ou mesmo de *EPB* - a problemática central está em definir explicitamente – seja como diretrizes econômicas, seja como análise histórica, política ou econômica – o processo de transição da economia colonial para economia nacional.

Assim sendo, vários autores, entre eles Fernando Novais (1986), apontam como um dos traços que define os textos de Caio Prado é a recorrência a um mesmo *eixo básico*:

Há [...] no conjunto e em cada obra, esse núcleo recorrente de concentração, e os desdobramentos que vão se dispersando. Trata-se, desde logo, da perseguição permanente à mesma problemática básica (a identidade nacional, as possibilidades de mudanças inscritas no processo histórico), e de sua retomada de vários ângulos e em várias direções. (NOVAIS, 1986, p. 14-5).

2.1- As classes sociais brasileiras na historiografia de Caio Prado Júnior

Feito o balanço geral do conjunto historiográfico de Caio Prado, procede, agora, efetivar uma análise centrada no tratamento oferecido por ele às classes sociais brasileiras em seu conjunto de escritos sem, contudo, que se deixe de lado - o que resultaria em empobrecimento da discussão – a ligação que tais obras têm com a realidade que as alimenta no momento em que foram escritas. Abordarei o *texto* e o *contexto* dos seguintes livros: *Evolução Política do Brasil*, *Formação do Brasil Contemporâneo* e *A Revolução Brasileira*.

A escolha do primeiro livro reside na própria centralidade dada pelo autor à luta de classes no âmbito político, abarcando desde o primórdio da colonização, passando pela revolução da independência e finalizando na derrocada do Império. O livro *FBC*, embora apresente a discussão da temática social e política mais rapidamente que a encontrada em seu precedente – e esteja centrado apenas no final do século XVIII e início do século XIX -, tem, como contrapeso, a definição do *sentido da colonização*, que é o conceito central de seu pensamento histórico e político. Por último, *A revolução Brasileira* porque se encontra nesse livro uma apurada discussão das classes sociais na revolução proposta pelo autor e, ainda, é o marco cronológico final deste trabalho.

Quando realizado o cruzamento entre o conteúdo histórico do ensaio *Evolução política do Brasil* e as motivações políticas que impulsionaram Caio Prado a escrever o que escreveu em 1933, é inevitável produzir uma análise que vincule a pesquisa histórica do autor a um fim político, qual seja, a organização do incipiente operariado

brasileiro, do início dos anos de 1930, em torno do *Partido Comunista Brasileiro (PCB)* a fim de viabilizar a revolução proletária. Assim, num primeiro momento, é preciso compreender o universo ideológico do *PCB* à época da adesão de Caio Prado, para, depois, buscar a razão pela qual Caio Prado verificou ser necessário preparar o proletariado brasileiro para a revolução e, finalmente, a leitura realizada sobre as classes sociais brasileiras do período colonial e imperial.

Como ressaltai anteriormente, Caio Prado participou da vida política brasileira desde o final da década de 1920. Sua militância gravitava em torno de ideais liberais e nacionalistas e, em última análise, no combate à hegemonia do *Partido Republicano Paulista*. Na Revolução de 30 esteve aliado às forças revolucionárias favoráveis a Getúlio Vargas. Conquistado o poder, trabalhou no interior do Estado de São Paulo na consolidação do movimento. No entanto, seu entusiasmo com a nova ordem que ele ajudou a construir não perdura muito e, em 1931, já está militando no *PCB*.

À época de sua filiação a política interna do *PCB*, conhecida como “obrerismo” (a intenção era ter um partido comunista composto exclusivamente por membros do proletariado), acabou dificultando seu trânsito e boa aceitação dentro do partido, não só pela sua condição de intelectual como também por sua origem de classe (MARTINEZ, 1998, p. 77-8). Se não bastasse isso, Caio Prado desde logo divergiu da direção do *PCB* – especialmente no que se refere à leitura da história brasileira.

Nitidamente influenciado pelas idéias da *III Internacional Comunista*, o *PCB*, em seu III Congresso, em 1929, faz uma leitura da realidade brasileira sem perder de vista as orientações da *IC*. Em virtude disso, o *PCB* qualificará o Brasil como um país de economia predominantemente agrária e com relações de produção semi-feudais. Desde

então, a tese sobre o feudalismo brasileiro vigora no *PCB* e Caio Prado, de imediato, a refuta. No ensaio *EPB* Prado Júnior faz a seguinte afirmação, que, na verdade, é uma crítica destinada aos quadros dirigentes do partido⁴⁶.

Esta observação destina-se principalmente aos que, fundados em certas analogias superficiais, se apressam em traçar paralelos que não têm assento algum na realidade. Podemos falar num feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir um paralelismo, que não existe, entre nossa economia e a da Europa medieval. (PRADO JÚNIOR, 1995, p. 18).

Outra contenda entre eles se refere a um fato marcante da nossa história: a *Revolução de 30*. Embora Caio Prado compreendesse a importância do movimento para a revolução proletária – por ocasionar uma luta de classes em que o proletariado estava fazendo parte do jogo, pelo menos em seu prólogo –, divergia, no entanto, da interpretação do significado dado a ela pelo *PCB*. Numa entrevista concedida em 1978⁴⁷, Caio Prado reclama do baixo nível político e a pouca compreensão do Brasil oferecidos por esse partido. Cita sua interpretação errônea – assentada mais uma vez nas resoluções do III Congresso do *PCB* - a respeito da *Revolução de 30*. Isto porque, para o *PCB*, os acontecimentos de 1930 decorreriam de uma luta, entre o imperialismo americano e o inglês (com a vitória daquele), em que o que se estava em jogo eram os benefícios por eles alcançados em um país subordinado ao imperialismo.

⁴⁶ Ver também: Ricupero (2000).

⁴⁷ Foram os entrevistadores: Lourenço Dantas Mota, Oliveiros S. Ferreira e Carlos Estevam Martins. A entrevista foi publicada inicialmente no jornal *O Estado de São Paulo*. A edição mim consultada é a publicação da coleção Documentos Abertos – *História Viva I*, organizado por Lourenço Dantas Mota (1978).

Ressalva fundamental, no entanto, destina-se ao fato de que Caio Prado não divergia do pensamento hegemônico dos comunistas brasileiros do início dos anos 30 quanto aos principais problemas brasileiros: o latifúndio – e as relações de trabalho no campo e a necessidade de reforma agrária - e a dependência ao imperialismo que, em última análise, seriam indissociáveis. Essa leitura ideológica⁴⁸ da realidade imediata (e do processo histórico) é vista com clareza no ensaio *Evolução Política do Brasil*, em dois momentos particulares: o primeiro – referente ao latifúndio -, quando o autor trata do caráter geral da colonização e da economia colonial dos primórdios da colonização; o segundo – em relação à dependência ao imperialismo -, ao abordar a revolução da independência e o Segundo Reinado.

A sua preocupação política com a predominância da grande propriedade no Brasil – ainda em vigor nos anos em que ele escreve *EPB* -, como um dos entraves à modernização (econômica e das relações de trabalho) brasileira, o autor deixa clara a existência desse debate, nos anos trinta e antes deles, quando afirma que “[...] muito tem se discutido sobre os latifúndios brasileiros [...]” (PRADO JÚNIOR, 1980, p. 18). E conclui:

[...] o importante é saber o que nele predomina, se a grande exploração agrícola, isto é, que reúne grande número de pessoas, trabalhando conjuntamente, ou se pelo contrário se funda no trabalho individual de pequenos agricultores autônomos, que lavram eles mesmos terras próprias ou

⁴⁸ Não trabalho o conceito de ideologia como o que vigorou por muito tempo, qual seja, que ideologia é a inversão da realidade ou, ainda, como a imposição, pela classe dominante, de suas idéias e ideais. Entendo, neste caso, como o marxismo sendo a expressão ideológica do proletariado ou a ideologia do proletariado combativo, conforme Lukács. (apud: BOTTOMORE , 1993, p. 183-187). Assim, os resultados da interpretação da realidade brasileira estarão em consonância com os métodos de investigação e com as posturas político-ideológicas do marxismo.

arrendadas. A resposta não pode sofrer dúvidas. A economia agrária colonial sempre teve por tipo a grande exploração rural. (PRADO JÚNIOR, 1980, p.18).

Na discussão da dependência do Brasil ao imperialismo, Caio Prado não deixa de assimilar a perspectiva pecebista de que no período colonial e imperial (ênfase apenas esses períodos porque são os que o livro trata) éramos reféns do imperialismo inglês. Por exemplo, seu olhar sobre a transferência da corte portuguesa para a sua principal colônia “[...] em última análise, representa muito mais uma hábil manobra da diplomacia britânica [...]” porque “[...] interessava-se a Inglaterra sobremaneira por estes mercados [das colônias portuguesas], até então praticamente fechados ao seu comércio” (PRADO JÚNIOR, 1980, p. 42). E vai além:

Mas, muito mais que nós, interessou-se pela supressão do tráfico brasileiro a Inglaterra, então praticamente soberana na América do Sul. O Brasil, que com a abertura dos portos em 1808 e o desaparecimento dos entraves que ao seu desenvolvimento opunha o regime de colônia, entrava num período de notável surto econômico, não podia dispensar o tráfico de escravos que era ainda a principal fonte de abastecimento de mão-de-obra nacional. Daí o reconhecimento de sua absoluta necessidade: o tráfico ainda correspondia ao estado das nossas forças produtivas; em outras palavras, integrava-se perfeitamente na economia brasileira de então. Mas, para a Inglaterra, com sua antiga e efetiva pretensão a um direito iminente sobre Portugal e suas colônias ou ex-colônias, e que não podia permitir que elas contrariassem seus pontos de vista – o caso era outro. Todos os interesses britânicos aconselhavam a “humanitária” política de combater o comércio de africanos [...] Em 1850, o todo-poderoso Gladstone ameaçava obrigar o Brasil ao cumprimento dos tratados [assinados em 1815, 1817, 1831 e 1845] a ponta da espada e pela guerra até o extermínio [...] O governo brasileiro vendo a ineficácia dos seus platônicos protestos [...] teve afinal que ceder. A lei promulgada em 1850 [...] estancou por completo, em menos de dois anos, o tráfico africano [...] Estavam plenamente satisfeitas as exigências da Inglaterra. (PRADO JÚNIOR, 1980, p.80-2).

No manifesto da ANL, qual seja, *O Programa da Aliança Nacional Libertadora*, escrito por Caio Prado em 1935⁴⁹, figura, novamente, sua preocupação em desatar o nó da dominação estrangeira. Em um dos pontos desse programa ele a sintetiza:

O programa da Aliança Nacional Libertadora é claro e preciso. Ele se bate contra o imperialismo porque este é responsável pela nossa situação de semicolônia das grandes potências que dominam o mundo [...] O antiimperialismo não quer apenas dizer a anulação das nossas dívidas, a nacionalização das nossas empresas estrangeiras. Estas medidas são unicamente meios para um fim, que é a independência do país [...] O segundo item fundamental do programa é a transformação do nosso sistema agrário. Há muita gente que imagina que a organização atual da economia agrícola brasileira é idêntica a de qualquer outro país do universo [...] Embora regido por um sistema jurídico semelhante ao de outros países, o Brasil [...] possui um regime agrário nitidamente individualizado. É o regime de “fazenda” e do “latifúndio”, que não encontrará, por exemplo, nos países [...] Tal regime, podemos caracterizá-lo numa palavra, é a exploração agrícola em larga escala fundada no trabalho assalariado, ou semi-assalariado, em todo caso subordinado ao proprietário, de camponeses sem terra. Os inconvenientes econômicos, políticos e sociais de um tal regime são consideráveis (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 121-122)⁵⁰.

Vê-se, com isso, que autor está em consonância com as preocupações do seu presente e, mais do que isso, que discute em sua obra temas e questões que poderiam ser alterados após a *Revolução de 30*. O novo período da história brasileira, aberto com o citado movimento, indicava a possibilidade de modificação na estrutura agrária brasileira baseada nos latifúndios – que existem no Brasil para cumprirem sua função de produzir para o mercado externo, impedindo, ainda, que o grosso da população pudesse ter suas terras, seja para a agricultura de subsistência ou para o

⁴⁹ Utilizei a publicação dos oito artigos editados na revista *Escrita Ensaio*, em 1987. Originalmente foram editados no jornal *A Platéia*, entre os dias 25 de julho e 03 de agosto de 1935.

⁵⁰ Ver ainda obre esse assunto: Coutinho (1989, p.115-131) e Prado Júnior (1987, p.29-75).

abastecimento do mercado interno – e seria um primeiro passo para o fim da submissão ao imperialismo, uma vez que os latifúndios fazem parte da engrenagem imperialista.

Expostos sumariamente os encontros e desencontros entre Caio Prado e o *PCB*, em relação à leitura que ambos fazem da história brasileira e, especialmente, que Caio Prado compartilhava (e expressava em seu ensaio) com seu partido da necessidade de se transformar o regime de terras do país e de lutar contra o imperialismo – mesmo que nos dois casos houvessem divergências explícitas no entendimento sobre tais fenômenos e a atuação frente a eles – deve-se, em razão disso, apresentar, agora, os motivos que levaram Caio Prado a produzir uma obra destinada ao combate revolucionário.

A primeira razão se deve ao fato do ambiente político-econômico brasileiro, do início dos anos 30, ser considerado pelos militantes comunistas do país como propício à revolução proletária; o segundo motivo, decorre do fato de Caio Prado compartilhar da visão oficial do *PCB* de que o proletariado deveria subordinar-se a um partido político, no caso o qual acabo de citar.

A grande crise econômica que atingiu a economia mundial e, no Brasil, também fez enormes estragos, em 1929, levou muitos militantes de esquerda a pensarem que o capitalismo e o liberalismo estavam com seus dias contados. O diagnóstico da *Internacional Comunista* a esse respeito era de que essa crise do capitalismo – agora em seu *terceiro período* - o levaria à extinção. Com efeito, a grande depressão de 1929 foi vista como uma brecha para o início de um ciclo revolucionário que conduziria o proletariado ao poder. No Brasil, tais expectativas foram assimiladas pelos comunistas, inclusive por Prado Júnior. A referida crença do autor é verificável, no ensaio *EPB*, no

prefácio da 1ª edição e no próprio interesse pelo tema da Revolução da Independência que, aliás, ocupa a maior parte do livro e é o seu ponto alto.

No prefácio, ao justificar os motivos que o levaram a optar pela síntese da evolução política brasileira e não a escrever a História do Brasil, quais sejam, a falta de material organizado (a constituir-se, conforme suas palavras) sobre a nossa história e o fato de que uma história completa interessaria a poucos, Caio Prado demonstra suas preocupações em produzir seu ensaio para ser um instrumento político de luta popular que agisse imediatamente sobre os interessados em uma revolução (proletária).

[...] seria preciso um tempo considerável para apresentar uma história completa. *E isto o tempo não comporta.* [...] [e] uma história completa só teria probabilidades de interessar um reduzido número de leitores [...] Quis mostrar, num livro ao alcance de todo mundo, que também na nossa história os *heróis* e os *grandes feitos* não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial. (PRADO JÚNIOR, 1980, p. 9-10, grifo nosso).

Escrito, como disse, com vistas no presente, ou seja, para agir sobre os ânimos revolucionários dos comunistas brasileiros, o principal objeto de análise no ensaio será, em decorrência, o período revolucionário que se inicia em 1808 – com a chegada da família real – e se finaliza em 1848 – com o fim das grandes revoltas iniciadas no período Regencial. A importância dada a esse *acontecimento* deriva, salvo engano, do fato desse momento ter sido, na história brasileira – na visão do autor-, um dos mais propícios a grandes transformações estruturais no país. Também porque as classes

populares participaram da luta de classes, em várias ocasiões, no período de 1808 a 1848.

Tanto é que o autor vai, em várias passagens do livro, abandonar a exposição objetiva dos fatos para colocar seus posicionamentos políticos, seja em relação à elite política do período – e seus atos -, seja na análise da participação popular nos acontecimentos do período ou, ainda, em relação à permanência dos principais elementos da estrutura colonial.

O fundamental está, entretanto, na análise que Caio Prado faz das camadas populares quanto à sua participação (ou não) na Independência e nos movimentos sociais do Império, uma vez que entendo *EPB* como um livro voltado para a motivação política do proletariado brasileiro. Com efeito, a avaliação das classes populares se dará dentro de uma perspectiva ideológica construída nos parâmetros vigentes do *PCB*, isto é, na concepção de que o proletariado deve se submeter à orientação de um partido político.

Esse aspecto da organização do proletariado em torno de um partido foi pensado especialmente por Lênin (1902). Para ele, a consciência de classe, isto é, a consciência política, deve vir de fora (do partido político). Somente quem está afastado das relações imediatas de produção pode compreender a sociedade burguesa e as respectivas relações de classe. O que significa, em outras palavras, dizer que os responsáveis pelas formulações teóricas capazes de dar consistência à consciência política das classes populares são os intelectuais ligados aos partidos políticos. Não resta dúvidas, portanto, que Caio Prado desempenhou esse papel de intelectual a serviço da formação da consciência política dos trabalhadores, mesmo que sua posição dentro do partido

fosse desconfortável. Para tal, foi buscar no nosso passado colonial e imperial acontecimentos - e períodos – que exprimissem situações em que a luta de classes ocorreu com a participação das classes populares e, ainda, que mostrasse os erros e acertos dos revolucionários. O passado converte-se, com efeito, em instrumental para guiar o processo revolucionário dos anos 30. Seu método, o materialismo histórico. Seu viés interpretativo, a luta de classes.

Em razão disso, sua análise sobre a participação das classes subalternas no processo de independência identifica entre as causas da ausência popular dois elementos que estavam se transformando na década de 1930 e que ele, enquanto intelectual, tinha observado. São eles: a realidade política e a realidade econômico-social. Se a partir da criação do *PCB* o proletariado brasileiro poderia adquirir uma consciência política e, portanto, abandonar o seu (e de seus líderes) estado de imaturidade política quando do tempo da emancipação de 1822, da mesma forma, com a crise do capitalismo mundial e as transformações econômicas brasileiras, a realidade objetiva estava mais uma vez propícia à libertação econômica e social que, com a independência, não se consolidou. Também na análise dos mais significativos, para o autor, movimentos sociais do período compreendido entre a Regência e o início do Segundo Reinado, quais sejam, a Cabanada do Pará (1833-36), a Balaiada no Maranhão (1838-1841) e a Revolta Praieira em Pernambuco em 1848, a sua avaliação do fracasso de todos eles advém, mais uma vez, da falta de orientação ideológica segura dos rebeldes, a ausência de continuidade dos movimentos e da caudilhagem, por um lado, e, por outro, da realidade objetiva marcada pela escravidão e pela economia voltada para o exterior.

Vale dizer ainda que, se no ciclo revolucionário de 1808 a 1848 as classes populares tentaram fazer prevalecer suas reivindicações e, no entanto, não conseguiram e, desse modo, suas condições econômico-sociais não se alteraram, após o declínio das agitações desses quarenta anos – segundo a periodização do autor -, elas passam para o segundo plano e serão “[...] mantidas numa sujeição completa por leis e instituições opressivas [...] substituindo pela passividade sua intensa vida política dos anos anteriores” (PRADO JÚNIOR, 1985, p. 79). Com efeito, a partir daí quem irá usufruir da nação será a *burguesia indígena*. As lutas políticas serão travadas, de agora em diante, em seio.

O que verifica, assim, é o fechamento do ciclo revolucionário do período 1808-1848 e a inauguração de um novo momento na história política brasileira em que a luta de classes não terá o elemento popular, tornando-se intra-classe. Diante disso, o autor falará pouco sobre o Segundo Reinado, um pouco sobre o fim do Império, quase nada sobre o desfile militar que foi, conforme suas palavras, a proclamação da República e nada sobre a Primeira República.

Sua análise, no entanto, não está restrita apenas às classes populares – embora no processo da revolução da independência (1808-1848) a tônica seja dada a elas -, o que, de imediato, impediria uma abordagem que ressalta a luta de classes. A trama da luta de classes no processo histórico de nossa formação está subordinada ao desenvolvimento econômico da colônia ou, em termos mais exatos, na relação direta estabelecida pelo autor entre a conjugação ou não dos interesses entre metrópole e colônia, no período colonial e mesmo no processo de independência e, quando da análise do período imperial, na sobrevivência conflituosa de interesses lusitanos

(comerciais) e nacionais (produção agrícola) que, como ressaltará o autor, cessará e a *burguesia indígena* dominará sozinha a nação (inconclusa).

Desse modo, a melhor maneira de seguir os passos de Caio Prado em sua descrição sobre o conflito dentre as classes é adentrar em sua periodização sobre o processo histórico brasileiro, que tem como elemento definidor, a situação política.

O período colonial, desta maneira, é constituído por dois momentos: o intervalo que abarca o início da colonização até o fim das guerras holandesas (do alvorecer do século XVI a meados do século XVII) e o que vai da retomada de Pernambuco aos holandeses até a chegada da corte de D. João VI, na colônia, em 1808.

No primeiro século e meio de colonização, nos diz Caio Prado, a estrutura social é o reflexo exato de sua base material, isto é, da economia agrária colonial. Formam-se, com efeito, duas classes sociais, quais sejam,

[...] de um lado proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazenda; doutro a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres. Da simplicidade da infra-estrutura econômica, - a terra, única força produtiva, absorvida pela grande exploração agrícola - deriva a da estrutura social: a reduzida classe de proprietários, e a grande massa que trabalha e produz, explorada e oprimida. Há naturalmente no seio desta massa gradações [...] Mas, elas não são contudo bastante profundas para se caracterizarem em situações radicalmente distintas. Trabalhadores escravos ou pseudolivres; proprietários de pequenas glebas mais ou menos dependentes, ou simples rendeiros, todos em linhas gerais se equivalem. Vivem do seu salário, diretamente de suas produções ou do sustento que lhe concede o senhor; suas condições materiais de vida, sua classificação social é praticamente a mesma (PRADO JÚNIOR, 1980, p.28).

Dessa estrutura social simplificada - senhores de um lado e o grosso da população de outro -, derivará, ainda, no período em questão, a dominação política, no

âmbito público, do senhor de terras que não encontrará obstáculos. Em outras palavras, a metrópole não será sua adversária na condução da colonização. Dominação pública e privada estarão a cargo dos latifundiários, sendo, com efeito, Portugal, nesse momento, elemento neutro, ou melhor, subordinado ao poder efetivo dos proprietários rurais.

A alteração desse sistema de interesses recíprocos entre colonizadores e metrópole se desvanecerá, conforme o autor, a partir de meados do século XVII. A causa está circunscrita à dinamização econômica da colônia, isto é, ao lado da atividade rural desenvolvem-se o comércio e o crédito. Dessas novas formas econômicas brotam, com efeito, uma rica burguesia comercial que disputará com os senhores rurais não apenas o monopólio da riqueza colonial e prestígio social. O poder político, restrito às câmaras municipais, dominadas, nesse momento, pelos latifundiários, passará, paulatinamente, para a coroa portuguesa. Está nesse divórcio “[...] a contradição fundamental que minava o regime: interesses nacionais e portugueses díspares” (PRADO JÚNIOR, 1986, p.32).

Nota-se, portanto, que o desenvolvimento econômico da colônia faz surgir não apenas uma nova classe social – a rica burguesia comercial de origem lusitana – como coloca, efetivamente, no centro do controle político-administrativo colonial, o Estado português. De meados do século XVII até a vinda da corte portuguesa em 1808 soma-se à simples polarização entre senhor de escravos e o restante da população a contradição entre nacionais e portugueses e “[...] o choque dessas forças contrárias assinala a contradição fundamental entre o desenvolvimento do país e o acanhado quadro do regime de colônia. Dele vai resultar a nossa emancipação” (PRADO JÚNIOR, 1986, p.41).

No que se refere à revolução da independência (1808-1848), as classes sociais que estão em choque são as classes populares, os proprietários rurais – e seus aliados nacionais - e os comerciantes portugueses. Estes últimos, à espera de sua acomodação junto ao novo governo nacional que, pouco é preciso dizer, vivia a ambigüidade entre a jovem nação e Portugal.

Assim, no *período preparatório* da independência (1808-1822) embora as classes populares participem de levantes – e desejem a independência-, ela será, nas palavras do autor, mais obra de uma classe do que da nação em conjunto. Nesse momento, continua Prado Júnior, as mudanças foram até seu limite, ou seja, o país estava preparado apenas para a emancipação política de Portugal, mas não para romper com a estrutura colonial. No momento seguinte, qual seja, o denominado *período de transição* (1822-1831), as lutas políticas concentraram-se na elite brasileira. Dar-se-á em torno dos portugueses e dos brasileiros, ou melhor, como diz Caio Prado, “[...] a história do primeiro reinado não é mais do que o longo desfilar de choques entre o poder absoluto do Imperador e os nativistas” (PRADO JÚNIOR, 1980, p.55).

Com a abdicação de D. Pedro I em 1831 – sob a ameaça do povo e das tropas -, efetiva-se, para o autor, a consolidação do Estado nacional. Mas a luta entre as classes sociais na recente nação está longe de terminar. Se para derrubar o imperador a elite nacional valeu-se das classes populares, apelando para ideais democráticos, estas agora querem ver as suas situações social e econômica se modificarem. O foco de pressão revolucionária passa a concentrar-se entre a elite nativista e as demais classes - das camadas logo abaixo até a camada mais inferior, diz Caio Prado. A elite, de revolucionária passaria a reacionária porque “[...] a revolta chegara para ela a seu termo

natural; era preciso estacar, resistir aos aliados da véspera que pretendiam ir adiante” (PRADO JÚNIOR, 1980, p.59).

A onda revolucionária que atinge o período da menoridade (Revolta dos Cabanos, dos Balaios, a Praieira, dos Farrapos) - que contará com a participação de todas as classes sociais, – despertará nos que estão no comando da nação uma onda reacionária, como classifica o autor, que levará a uma crescente centralização política e, o que para Caio Prado se torna um agravante, as classes populares que antes - mesmo que sem ideais políticos claros, comandados por caudilhos – serão todas subjugadas e pôde “[...] a grande burguesia indígena entregar-se ao plácido usufruto de toda a nação. Daí por diante as lutas são no seu seio [...]” (PRADO JÚNIOR, 1980, p.79)⁵¹.

No último capítulo do livro, intitulado *Império*, o autor ressalta, quando analisa o Segundo Reinado, a importância que a supressão do tráfico negreiro teve para o país e para o Império. De maneira imediata, ela estimulou a vida comercial, bancária e industrial uma vez que os recursos que eram antes destinados ao tráfico convergiam agora para essas atividades. Para o autor, isto significava “[...] os primeiros passos no sentido da ‘modernização do país’ [...]” e a sua “[...] integração a uma forma produtiva superior: a forma capitalista” (PRADO JÚNIOR, 1980, p. 83-8). No terreno político as lutas vão ocorrer apenas entre os *burgueses progressistas* e os *conservadores-retrógrados*. Estes, encastelados em instituições políticas como o Senado vitalício e o Conselho de Estado, impediam as transformações de grande vulto almejadas por

⁵¹ A análise do momento histórico em que são lançados os livros *FBC* e *ARB*, e a discussão sobre as classes sociais contidas nestes livros, serão realizadas ainda nesta parte deste capítulo.

aqueles. A partir de 1868, estas instituições conservadoras serão duramente combatidas. A Monarquia começava a agonizar.

No último item do livro, qual seja, *O fim do Império*, Caio Prado chama a atenção para o fato das instituições imperiais do Segundo Reinado não serem mais compatíveis com os progressos do país e, por isso mesmo, cedo ou tarde, deveriam acabar. A partir de 1860 o Império passa a sofrer duros golpes. Num primeiro momento eram os conservadores que controlavam o jogo político, mas, à medida que o tempo passa, o Império, escorado no passado, começava a agonizar e “[...] uma simples passeata militar foi suficiente para lhe arrancar o último suspiro [...]” (PRADO JÚNIOR, 1980, p. 90).

Assim, como salientei na *Introdução*, a configuração de um cenário favorável à emancipação popular, torna nosso intelectual alguém preocupado em apresentar os erros cometidos pelas classes populares, os quais lhes levaram à sua derrota política, após 1848. Revolução e luta de classes ontem (1808-1848) e hoje (1933) marcam toda a perspectiva histórica apresentada em *EPB*.

Entre seu livro de estréia (1933) e o seguinte, qual seja, *FBC*, passaram-se nove anos. Tempo suficiente para Caio Prado deixar de lado a luta de classes e a revolução proletária. Tem-se, nesse momento, um intelectual preocupado com as raízes (econômicas) do Brasil contemporâneo, para ele, localizadas nos momentos iniciais do século XIX. Em vista disso, faz-se necessário apresentar subsídios que esclareçam o que o levou a se agarrar a um projeto para a superação da situação colonial e a consolidação da nação que o acompanhou até o fim de sua vida e, o mais importante, o

que o tornou cético quanto à possibilidade de uma revolução proletária sem, antes de tudo, mudar a estrutura sócio-econômica do país.

Fato marcante na trajetória política de Caio Prado, foi, sem dúvida, sua filiação à *Aliança Nacional Libertadora (ANL)* em 1935, ano em que se tornou seu vice-presidente, da seção de São Paulo⁵². Composta pelas mais diversas correntes do pensamento político (socialistas, comunistas, anarquistas, antifascistas), a criação da *ANL* representou

[...] a culminância de um processo de aglutinação de grupos, setores, organizações e personalidades decepcionadas com o Governo Vargas e, em particular, com os resultados alcançados com pela Constituinte de 1933/4. Ao mesmo tempo, segmentos ponderáveis da opinião pública brasileira, à medida que se afastavam de Vargas, voltavam-se para a liderança de Luiz Carlos Prestes [...] (PRESTES, 2000, p. 38).

Tratava-se, na verdade, de uma frente popular antifascista e antiimperialista. Na opinião de Caio Prado, embora fosse evidentemente um movimento de esquerda, não era, contudo, conforme suas palavras, comunista. Para ele, a *ANL*

[...] expressava um sentimento generalizado no país – a aspiração por um país diferente, em que o povo tivesse melhores condições de vida [...] o que se desejava era promover a participação popular na vida política brasileira [...] Seu programa era sintetizado pelo lema – ‘pão, terra e liberdade’. (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 308).

⁵² Martinez (1998), nos anexos da sua Tese de Doutorado, lista mais de duzentos nomes de pessoas com as quais Caio Prado mantinha relações político-sociais.

Na série de artigos publicados no jornal paulista *A Platéia*, em 1935, Caio Prado “[...] comenta o Programa da Aliança endossando todas as assertivas [...] fazendo destas o eixo básico de toda sua argumentação futura no que toca à política brasileira” (Pinto, 1993, p.17). Os dois principais pontos do programa da *ANL* expostos nos artigos, a saber, o posicionamento antiimperialista⁵³ e ser contrário ao vigente sistema agrário são, desta maneira, as diretrizes que nortearão seu pensamento político até o início dos anos 60. Assim, é na superação do imperialismo - que exige a permanência do sistema agro-exportador – e do latifúndio que Caio Prado enxerga a possibilidade do Brasil conquistar a sua autonomia. Eis suas palavras:

O primeiro passo para [a] independência é a criação de um mercado interno. É a existência de um mercado interno que caracteriza um país economicamente autônomo [...] a criação de uma economia nacional e progressista só pode ser obtida com a transformação do regime agrário, isto é, pela abolição do sistema de fazendas e grandes propriedades e entrega das terras aos camponeses. (in: *Escrita e Ensaio*, 1987, p. 127).

Com efeito, em 1935 o *sentido da colonização* já estava consubstanciado no pensamento político do autor. Desta forma, ao definir colônia “[...] a partir do que se considera o caráter fundamental da economia brasileira deste período, qual seja, o de

⁵³ Caio Prado assim define, no programa da *ANL*, o que entende por imperialismo: “O imperialismo é um fenômeno moderno. Ele representa o acúmulo considerável de capitais em países altamente desenvolvidos, como a Inglaterra, Estados Unidos, França e outros; acúmulo este que faz com que o território de cada um daqueles países se torne pequeno demais para comportar tal excesso de capital acumulado. Desaparecem as aplicações nacionais rendosas, e a tendência dele é então procurar o estrangeiro” (in: *Escrita e Ensaio*, 1987, p. 128).

ser uma produção voltada para o mercado externo” (MENDES, 1997, p. 40) e entender a evolução histórica do Brasil tendo como percurso inevitável a passagem da situação colonial para a nacional. Caio Prado estará, na verdade, dando coerência à sua proposta política nacionalista. Se a situação colonial se caracteriza pela produção para o mercado externo, a nacional tem como sua especificidade a organização da economia para o atendimento das necessidades da população deste país. Portanto, a categoria *sentido da colonização*, e a conseqüente definição de colônia como produção para o mercado externo, não deriva somente da utilização da dialética – “[...]da aparência para a essência, e da essência para a realidade” (NOVAIS, 1986, p. 16) – mas também de sua preocupação política nacionalista que tem raízes nos anos 30.

Assim, o *sentido da colonização*, não apenas como característica fundamental da base material da sociedade colonial como também o responsável pela conformação social e política da colônia, é, na verdade, o entrave à realização do projeto de Caio Prado.

Analisem-se os elementos da vida brasileira contemporânea; ‘elementos’ no seu sentido mais amplo, geográfico, econômico, social, político. O passado colonial [...] aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. Observando o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação e que e que não se sedimentou em linhas definitivas; que não ‘tomou forma’ [...] No terreno econômico, por exemplo, pode-se dizer que o trabalho livre não se organizou inteiramente em todo o país [...] O mesmo poderíamos dizer do caráter fundamental de nossa economia, isto é, da produção extensiva para mercados do exterior, e da correlata falta de um largo mercado interno solidamente alicerçado e organizado. Donde a subordinação da economia brasileira a outras estranhas a ela; subordinação aliás que também se verifica também em outros setores. Numa palavra, não completamos ainda hoje nossa evolução da economia colonial para a economia nacional. (PRADO JÚNIOR, 1995, p. 11)⁵⁴.

⁵⁴ É evidente que quando Caio Prado traz a situação histórica do Brasil para o tempo presente, ele está escrevendo em 1942, e não 1985, ano da edição do exemplar de que me valho.

Se se vai à essência do seu projeto político-econômico, qual seja, abandonar a situação de fornecedor de matérias-primas para o mercado externo e garantir a articulação entre produção e consumo internos, as categorias analíticas centrais do projeto modernizador de Caio Prado – que se tornam peças-chaves dos seus programas políticos – são, sem dúvida, *economia colonial*, *economia nacional*, *mercado externo*, *mercado interno*, *colônia*, *nação*, *setor orgânico* e *setor inorgânico*.

Passo agora a expor o conteúdo e a estrutura do mais significativo livro de Caio Prado Júnior, a saber, *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*, lançado em 1942. Concentrando-se no início do XIX, Caio Prado abarca os aspectos políticos, econômicos e sociais do final da fase colonial brasileira, permitindo, em virtude disso, a apreensão de sua totalidade. Para o autor, a importância desse momento deriva de duas circunstâncias:

[...] de um lado, ele nos fornece, em balanço final, a obra realizada por três séculos de colonização e nos apresenta o que nela se encontra de mais característico e fundamental, eliminando do quadro ou pelo menos fazendo passar ao segundo plano, o acidental e intercorrente daqueles trezentos anos de história. É uma síntese deles. Do outro lado, constitui uma chave, e chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e resultante dele que é o Brasil de hoje. Nele se contém o passado que nos fez; alcança-se aí o instante em que os elementos constitutivos da nossa nacionalidade – instituições fundamentais e energias – organizados e acumulados desde o início da colonização, desabrocham e se completam. Entra-se então na fase propriamente do Brasil contemporâneo, erigido sobre aquela base. (PRADO JÚNIOR, 1995, p. 9).

Para obter o amplo panorama dos primórdios do XIX, Caio Prado divide o livro em três capítulos: *Povoamento*, *Vida Material* e *Vida Social*. O ponto alto do livro, entretanto, encontra-se em sua parte inicial, intitulada *O sentido da colonização*. Nas menos de quinze páginas que a compõe, Caio Prado nos apresenta a essência da colonização, ou seja, nos mostra que tal empreendimento resulta de uma transformação comercial iniciada no XIV com a revolução na navegação marítima. Tal sentido estaria, portanto, na exploração dos recursos naturais dos territórios recém-descobertos.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos [...]. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: as estruturas, bem como as atividades do país [...]. Este início, cujo caráter se tornará dominante através dos três séculos que vão até o momento que ora abordamos a história brasileira, se gravará na profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O 'sentido' da evolução brasileira que é o que aqui estamos indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. Tê-lo em vista é compreender o essencial deste quadro que se apresenta em princípio do século passado [...]. (PRADO JÚNIOR, 1995, p. 31-2).

Explicitado o *sentido da colonização*, Caio Prado passará em revista aos elementos que formam o conjunto da sociedade brasileira do período. É preciso lembrar que tal sentido não é abandonado nas análises sobre o povoamento, a vida material e

social. Ao contrário, “[...] a categoria inicial e básica vai se enriquecendo e comprovando a categoria fundamental [...]” (NOVAIS, 1986, p. 16).

Subdividido em *Povoamento*, *Povoamento Interior*, *Correntes de Povoamento e Raças*, o capítulo *Povoamento* apresenta o panorama da distribuição da população brasileira e sua composição étnica do período em que ele se ocupa⁵⁵. A geo-história, neste capítulo, está presente de forma bastante incisiva. Certamente trata-se da aplicação dos seus conhecimentos obtidos no curso de Geografia e História que frequentou por dois anos (1934-35) na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo⁵⁶.

Explicando inicialmente, na parte denominada *Povoamento*, que as estatísticas demográficas do período colonial são poucas, Caio Prado estima – com base em documentos do século XIX – que a população da colônia no início desse século fosse de três milhões. Chama a atenção do autor o fato dessa população estar distribuída de forma bastante irregular, entre a costa e o interior. Se num primeiro momento o litoral foi habitado para efetivar a posse do vasto território, logo após, sua condicionante será a opção pela agricultura. Os principais núcleos populacionais da costa brasileira - Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro – são os que recebem as maiores atenções do autor. Quanto ao povoamento interior, Caio Prado o credita à decadência do açúcar, à mineração (Minas e Goiás), às fazendas de gado (nordeste e sul) e à ocupação da bacia amazônica.

⁵⁵ É curioso mostrar que existe, efetivamente, um diálogo, na obra de Caio Prado, entre o presente e o passado. Um exemplo é a sua avaliação da distribuição da população brasileira de quando ele escreve o livro (1942). Para ele, o panorama da década de 1940 é o mesmo do início do século XIX.

⁵⁶ Ver sobre esse aspecto: Martinez (1998)

Em *Correntes de Povoamento*, Caio Prado indica três fases, “[...] que tem cada qual seu ponto de partida e encontra seu impulso inicial em circunstâncias históricas bem definidas [...]” (PRADO JÚNIOR, 1995, p. 71). A primeira, que

[...] se inaugura com a colonização e vai até fins do séc. XVII, representa o período da ocupação inicial [...] Compreende sobretudo a ocupação do extenso litoral, desde o Amazonas (1616) até o rio da Prata [...]; para o interior, as penetrações dos sertões do Nordeste pelas fazendas de gado, e a ligeira infiltração já realizada pelo vale acima do rio Amazonas. Afora isto apenas a modestíssima ocupação do bordo oriental do planalto meridional em São Paulo e no Paraná [...] O século XVIII abre-se com a revolução demográfica que provoca a descoberta do ouro no centro do continente: nas Minas Gerais, seguidas logo por Mato Grosso e Goiás. Em poucos decênios, redistribui-se o povoamento da colônia que tomará nova estrutura e nova feição [...] Aliás de mínima duração, pois logo depois começa o esgotamento das aluviões e depósitos auríferos, e a decadência da mineração; ao mesmo tempo, Circunstâncias várias [...] favorecem a agricultura [...] Para esta refluí a população [e] este refluxo vai determinar correntes migratórias importantes que se irão acentuando no decorrer da Segunda metade do séc. XVIII. Ocorrem outras circunstâncias secundárias, como a decadência da pecuária nos sertões do Nordeste, assolados pela seca, e o florescimento dela no Extremo-Sul da colônia. (PRADO JÚNIOR, 1995, p. 71-2)

Vê-se, novamente, o *sentido da colonização* como a principal variante na determinação de um aspecto da colônia que, neste caso, refere-se às correntes migratórias. Desta forma, Caio Prado vai chamar a atenção para o fato de tal instabilidade e grande mobilidade ocorrerem porque a

[...] colonização não se orienta no sentido de construir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nela habita (PRADO JÚNIOR, 1995, p. 73).

Outro aspecto abordado por Caio Prado nesse capítulo é o referente às raças. Das três (negros, índios e brancos) que formam o mosaico étnico da colonização, diz o autor, as duas primeiras apresentam uma complexidade étnica que não pode ser visualizada no colonizador branco devido à sua homogeneidade. Tais especificidades raciais vão determinar a reação delas diante do processo histórico da colonização.

Assentado em uma idéia já apresentada por Gilberto Freyre (1996) em *Casa-Grande & Senzala*, qual seja, a que qualifica o português como um homem com extrema facilidade para a miscigenação, Caio Prado ressalta a importância desse aspecto para a imposição de seus padrões e cultura, permitindo em decorrência a permanência de suas características essenciais neste lado do Atlântico. A composição étnica brasileira, no início do século XIX apresentaria a seguinte configuração:

[...] um fundo preponderante de mestiços, mais ou menos carregados conforme o nível social a que pertencem os indivíduos, e em que domina em geral o cruzamento branco-preto. Sobre este fundo dispõem-se grupos puros das três raças, alimentados continuamente pelo influxo de novos contingentes. Estes são pequenos no caso dos índios, e por isso seu grupo se reduz e vai desaparecendo; consideráveis no do negro, sobretudo a partir do momento que ora nos ocupa. A afluência de brancos se avoluma depois da abertura dos portos em 1808, quando, a par dos portugueses, começam a chegar também outras nacionalidades. (PRADO JÚNIOR, 1995, p. 111).

A distribuição geográfica dessas etnias estará condicionada às atividades econômicas da colônia, ou seja, subordinada ao *sentido da colonização*. Os negros escravos e suas variantes são encontrados nas áreas de maior atividade econômica,

seja nas principais áreas agrícolas – como no litoral do Maranhão, no Extremo-Nordeste, no Recôncavo baiano e Rio de Janeiro -, seja nas áreas mineradoras do interior – como Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Os brancos estão presentes nos mesmos locais, somente nos momentos de prosperidade, diga-se, enquanto parte dos negros e mestiços permanecerão nessas áreas após a decadência da agricultura ou da mineração. Quanto aos índios - e seus derivados oriundos da mestiçagem -, eles estavam presentes nas regiões do Extremo-Norte – Pará, Maranhão e Amazônia –, no Nordeste e em São Paulo. Já no Sul da colônia a mestiçagem é um expediente de pequeno vulto. O que predomina aí são os brancos puros; os negros, nessa região, representavam uma minoria visto que o nível econômico das capitânicas sulinas era baixo; os índios, como os brancos, mantêm a sua integridade étnica e, no caso daqueles, com o auxílio dos jesuítas.

No capítulo seguinte – *Vida Material* -, Caio Prado enfoca a economia colonial do início do XIX. Busca compreender todos os setores da economia, como a grande lavoura, a mineração, a agricultura de subsistência, a pecuária, as produções extrativas, as artes e indústrias, o comércio, os transportes e as vias de comunicação.

Em sua primeira parte, *Economia*, o autor inicia retomando o *sentido da colonização*. Afirma, com efeito, que a colônia está “[...] destinada a fornecer ao comércio europeus gêneros tropicais ou minerais de grande importância [...]” (PRADO JÚNIOR, 1995, p. 119). As três atividades fundamentais da economia colonial são, para o autor, a agricultura, a mineração e o setor extrativista. O que as caracteriza são as grandes propriedades produtoras (monocultura) movidas a braços escravos. O extrativismo, entretanto, não tem a característica de ser uma propriedade fundiária.

Como atividade secundária – e desenvolvida apenas para permitir que as principais possam ocorrer – estão a pecuária e algumas produções agrícolas. Dessa estrutura montada em função do abastecimento da Europa, a economia brasileira vai, conforme o autor, ter uma “[...] evolução cíclica, tanto no tempo como no espaço, em que se assiste sucessivamente a fases de prosperidade estritamente localizadas, seguidas [...] do aniquilamento total” (PRADO JÚNIOR, 1995, p. 127). Portanto, a característica fundamental da economia colonial é

[...] de um lado, na sua *estrutura*, um organismo meramente produtor, e constituído só para isto: um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão-de-obra. Do outro lado, no *funcionamento*, um fornecedor do comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe. Finalmente, na sua *evolução*, e como conseqüência daquelas feições a exploração extensiva e simplesmente especuladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos naturais do país. É isto a economia brasileira que vamos encontrar no momento em que ora abordamos a sua história. (PRADO JÚNIOR, 1995, p. 129).

No item posterior – *Grande Lavoura* –, Caio Prado analisa a agricultura – o nervo econômico da civilização – do final do XVIII e início do XIX, momento em que ela volta a ser a atividade econômica mais significativa da colônia. Seus principais produtos – ora um mais importante que o outro – são a cana-de-açúcar, o algodão e o tabaco. A cana é produzida em todo o litoral brasileiro, sendo os principais centros o Nordeste (da Paraíba ao Sergipe) e os contornos do Recôncavo baiano. O algodão tem o Maranhão como o local de maior produção, embora posteriormente passe a ser produzido do Extremo-Norte até Porto Alegre e em algumas áreas do interior. O tabaco vai ter como

o grande centro produtor a Bahia (Cachoeira). Também era encontrado no Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais. Se esses gêneros perderão mercado com a livre concorrência que se inicia no século XIX – por vários motivos, entre os quais a precariedade técnica da produção -, o café – que no momento de que Caio Prado se ocupa ainda está incipiente – passará a comandar o novo ciclo de prosperidade agrícola brasileiro⁵⁷. A forma organizativa da produção agrícola – no que se refere aos principais produtos – será, no essencial, a mesma: exploração em larga escala, grande quantidade de trabalhadores (escravos) e uma organização coletiva do trabalho. Para o autor, é dessa forma de organizar a produção que deriva toda a estrutura do país:

É deste tipo de organização em que se constitui a lavoura brasileira que derivou toda a estrutura do país: a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que a compõem. O que quer dizer, o conjunto das relações sociais no que têm de mais profundo e essencial. (PRADO JÚNIOR, 1995, p. 143).

Em Agricultura de Subsistência, são ressaltadas as diferenças entre produtos para a exportação e os de subsistência, apesar de algumas similitudes entre os dois (como por exemplo, o fato de culturas voltadas para a exportação, como o algodão, o arroz e a aguardente, serem consumidos também na colônia).

O primeiro local em que a agricultura de subsistência é encontrada é nos domínios da grande lavoura. Dela se tira a alimentação necessária à manutenção dos

⁵⁷ Outras lavouras, com destaque bastante inferior são as de cacau, arroz e anil.

habitantes dos grandes núcleos produtores. Para os moradores dos centros urbanos, não restava alternativa que não fosse a alimentação proveniente das culturas subsidiárias produzidas nas grandes fazendas ou em lavouras especializadas – quase sempre realizadas em pequenas áreas, por seu próprio trabalhador ou agregado (compostos pelas categorias sociais inferiores da colônia), e próxima aos centros urbanos. Os outros locais em que as culturas de subsistência são encontradas são os de fácil acesso ao litoral e próximos às vias de comunicação importantes. Sendo uma atividade secundária na colônia, o abastecimento dos maiores povoados sempre foi problemático – exceto no Rio de Janeiro. Entre os principais produtos vegetais produzidos nessa época estão a mandioca (no norte) e o milho (no sul), o arroz (bastante exportado), o feijão e o trigo.

Na parte destinada à mineração, o autor de saída coloca essa atividade na mesma categoria da grande lavoura em razão das suas principais peculiaridades, quais sejam, destinadas à exploração de produtos para abastecer o mercado externo, sem, portanto, atender às necessidades próprias da sociedade brasileira. No início do XIX, a mineração era pouco significativa economicamente. Sua decadência se iniciara em meados do século XVIII. As causas apontadas são fatores naturais, econômicos e sociais. O fisco português, no caso da mineração, foi bastante implacável. Desde as primeiras descobertas de ouro – no século XVI – a coroa supervisiona tudo de perto. A exploração era livre, só que o governo português ficava com o quinto da produção. Com os diamantes a situação se repete, mas com mais austeridade.

Quanto à pecuária, o autor ressalta a sua importância porque, depois dos produtos destinados para a exportação, ela é a atividade de maior vulto na colônia.

Tanto é assim que a pecuária é uma das atividades determinantes na ocupação do território. No período em questão a pecuária é desenvolvida em três locais: as planícies do Sul, o sul de Minas Gerais e os sertões do Norte. Desta forma, a pecuária se destaca para o autor não só pelo seu papel na ocupação do interior como na articulação econômica e social da colônia.

Em relação às produções extrativas do vale Amazônico, o autor chama a atenção para o fato de que se elas são pouco importantes no campo econômico – por gerarem uma ínfima riqueza –, no campo social a atividade extrativista, isto é, a colheita natural dos frutos da floresta e dos rios, “[...] avulta como base quase exclusiva da vida humana em uma região que é a maior do país, determinando nelas caracteres tão próprios e exclusivos [...]” (PRADO JÚNIOR, 1995, p. 211).

Na análise da indústria e das artes, Caio Prado aponta dois fatores que inibiram seus desenvolvimentos de forma significativa: o econômico e o político-administrativo, sendo que o primeiro fez sentir mais o seu peso. Estruturada para fornecer produtos tropicais à Europa, a economia colonial inibia, desta forma, o desenvolvimento industrial. A indústria aparece como acessório nos locais em que funcionavam as atividades agrícolas e minerais, não só diretamente relacionada a essas atividades econômicas como as ligadas às necessidades de seus moradores (carpinteiros, ferreiros e manufaturas de panos e vestuário, geralmente os negros escravos mais hábeis). Nos centros urbanos mais importantes da colônia, no entanto, as profissões mecânicas são autônomas (organizadas em corporações) e numerosas, exercidas especialmente pelos mulatos. Entre os setores mais importantes da indústria estão o têxtil e o da manufatura de ferro – sendo o primeiro mais reprimido pela administração

colonial que a segunda. No início do século XIX, a indústria no país estava ainda, nas palavras do autor, em seus primeiros e mais modestos passos.

Quanto ao comércio da colônia, Caio Prado lhe atribui um significado superior em relação à produção, ou seja, “[...] a análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor do que qualquer um dos setores da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização” (PRADO JÚNIOR, 1995, p. 228)⁵⁸. Assim, para o autor, o traço fundamental do comércio colonial deriva do próprio *sentido da colonização*, isto é, advém de uma estrutura econômica assentada na produção de gêneros tropicais para o abastecimento do comércio exterior. Daí que entre o comércio externo e interno o que predomina é o exterior, todo ele efetivado por via marítima. Os produtos exportáveis saíam dos portos existentes nos principais centros urbanos da colônia. Da mesma maneira, os produtos importados (aí incluídos desde alimentos de luxo, sal, manufaturas, metal e o mais importante deles, o escravo) chegavam pelas mesmas localidades.

O comércio interno, da mesma forma, é composto especialmente por mercadorias a serem exportadas ou por aquelas que chegam na colônia. A outra parte dele é constituída de produtos destinados aos pequenos e grandes centros urbanos e quase todo realizado por transporte de cabotagem na costa brasileira. Há, entretanto, uma mercadoria de destaque no comércio interno que é o gado e, complementando-o, o de charque.

⁵⁸ A sua suposta preferência pelo circulaçãoismo ou consumo, ao invés da produção, recebeu diversas críticas ou somente comentários sobre esse *marxismo estranho* do autor. Consultar, entre vários outros, Santos (2001); Ricupero (2000); e Carneiro Leão (1994).

No último item do capítulo *Vida Material* - destinado à análise das vias de comunicação e transporte -, Caio Prado destaca a importância desses dois elementos na formação do país. Acompanhando a progressão do povoamento, as vias de comunicação são instaladas primeiramente no litoral. Daí seguem para o interior da colônia. Posteriormente ocorrerá uma situação inversa, isto é, partindo de alguns núcleos constituídos no interior da colônia, as vias de comunicação buscam o litoral. Não se trata, entretanto, de um sistema articulado. Ao contrário, é bastante fragmentário, impedindo, assim, uma maior integração entre as diversas regiões do vasto território brasileiro – mesmo que as vias de comunicação existissem de norte a sul da colônia.

Na última parte do livro, *Vida Social*, que aborda a organização social, a administração e a vida social e política da colônia do início do XIX, o autor não deixa de analisar tais aspectos sem levar em consideração o *sentido da colonização*. Demonstra, assim, que a base material da colônia encontra na organização social uma disposição propícia.

A organização social do início do XIX estará caracterizada pela escravidão. Uma escravidão distinta das existentes anteriormente no Ocidente porque deriva exclusivamente do desenvolvimento da grande empresa mercantil a partir do século XV, porque recruta povos de ínfima cultura e por causa da profunda diferença de raças que separa os escravos dos senhores. Afora a estrutura escravocrata (que comporta o senhor e o escravo), a sociedade colonial era composta por uma categoria de indivíduos desclassificados⁵⁹. São homens pobres livres que não tinham ocupação

⁵⁹ Ver mais sobre essa categoria social em Mello e Souza (1986).

certa (ou nenhuma) na rígida estrutura econômica da colônia, isto é, numa economia assentada em braços escravos e em poucas culturas tropicais, a possibilidade de trabalho (estável) era diminuta. Se a forma orgânica (senhores e escravos) representa uma pequena parcela da sociedade colonial, o setor inorgânico (desclassificados, agregados, vadios) é o que comporta o grosso da população de então⁶⁰.

No setor orgânico da sociedade colonial o que predomina em termos de organização social é – e para essa denominação Caio Prado recupera a terminologia utilizada por Oliveira Vianna e Gilberto Freyre – o “clã patriarcal”, regido, como o nome diz, pelo patriarca que, por sua função de chefe, se aristocratiza. Trata-se de uma unidade que agrega todos os indivíduos envolvidos na grande produção. Seu caráter de cimento social não se limita ao econômico. Abarca também as esferas social, administrativa e, em certa medida, a religiosa. Se o clã é encontrado especialmente no meio rural, nos centros urbanos dependentes das atividades rurais, todavia, essa célula central da sociedade colonial ainda assim é encontrada.

Outra categoria social importante da época, bastante distinta das outras, é a dos comerciantes que, em sua grande maioria, são do Reino. O prestígio dos comerciantes, no entanto, não era considerável embora estivesse em pé de igualdade – no plano político – com os senhores de terra e com os altos membros da administração militar, civil e eclesiástica. No plano econômico sua importância também era sentida uma vez que os maiores comerciantes são, ainda, credores dos proprietários rurais ⁶¹.

⁶⁰ Consultar sobre esse assunto os ensaios de Barreiro (1989) e Silva Dias (1989).

⁶¹ Não é proveitoso esquecer que entre essas duas categorias econômicas a rivalidade sempre foi intensa desde o século XVII. No século XIX, a situação não se altera.

Na análise da administração colonial todos os setores envolvidos estão em revista. O que se vê na maioria deles é uma máquina estatal pouco eficiente. Embora tenha se criado pouco por aqui em termos administrativos – uma vez que se copiou o que havia no reino-, o que se viu foi uma administração marcada ao mesmo tempo pelo imprevisto, pela falta de conexão entre os diversos departamentos, pela ineficácia, pela corrupção e, em particular, pelo cunho fiscalista. O clero, mostra-nos o autor, também deixou de cumprir de forma satisfatória suas funções sociais, prendendo-se, isto sim, aos seus negócios privados.

Em *Vida Social e Política* – última parte do livro –, o autor chama a atenção para o fato da sociedade colonial ser constituída por três raças e culturas distintas em função de uma finalidade que não ultrapassa os anseios mercantis inerentes à colonização. Desta forma, o que a caracteriza é a ausência de nexos morais⁶².

Raças e indivíduos mal se unem, não se fundem num todo coeso; justapõe-se antes uns aos outros; constituem-se unidades e grupos incoerentes que apenas coexistem e se tocam. Os mais fortes laços que lhes mantêm a integridade social não serão senão os primários e mais rudimentares vínculos humanos, os resultantes direta e indiretamente das relações de trabalho e produção: em particular a subordinação do escravo ou semi-escravo ao seu senhor. Muitos elementos novos se incorporarão a este cimento original da sociedade brasileira, cuja trama ficará assim reduzida quase exclusivamente aos tênues e sumários laços que resultam do trabalho servil. (PRADO JÚNIOR, 1995, p. 341).

⁶² Vale lembrar que a idéia original sobre a escravidão como uma das coisas mais organizadas do país é de Alberto Torres que, como diz Caio Prado, faz apologia da escravidão não como escravocrata, mas como sociólogo.

Com efeito, a organização da sociedade colonial se dá através de estruturas diametralmente opostas, ou seja, uma orgânica, estruturada pelos senhores e escravos que levam à frente, pode-se dizer, o *sentido da colonização*, e outra, desestruturada, porém numerosa, inorgânica, constituída por homens que ficam à margem do *sentido da colonização*.

Para melhor caracterizar a vida social da colônia, alerta o autor, é necessário nos debruçarmos sobre as relações de trabalho e os laços familiares (clã patriarcal) – determinados que são pela escravidão e pela instabilidade e insegurança econômicas. Em virtude disso, a vida material da colônia, com o passar do tempo, não será suficiente para sustentar a estrutura social erguida sobre ela, ou seja, conforme a sociedade colonial se torna mais complexa – com o aparecimento e o aumento dos desclassificados, por exemplo –, a instável base material da colônia – prejudicada pelo esgotamento de um solo levado à exaustão, a disputa entre produtores rurais e comerciantes, por exemplo - não será capaz de absorver essas mudanças, gerando, assim, suas próprias contradições.

Somam-se a esses elementos desestabilizadores a questão nacionalista dos proprietários de terra, os conflitos étnicos e a escravidão, os atos da administração colonial, entre outros. Vão dar voz a todos esses descontentamentos oriundos dos diversos setores da sociedade colonial não só a maçonaria, como a ideologia européia – especialmente a filosofia da Enciclopédia e os pensadores franceses do século XVIII. Nossa independência se dará recheada dessas idéias, insuficientes, porém, para alterarem eficazmente a estrutura herdada dos trezentos anos de colonização.

Vale destaque, após resumir o mais importante livro história de Caio Prado, o fato de que ele não estivesse - como em seu livro de estréia – interessado em discutir de maneira efetiva as lutas de classes responsáveis pela (r)evolução política do país. Não se encontra mais, sustento, convencido de que houvesse maturidade dos dirigentes da esquerda nacional para o comando da pretensa revolução dos anos 30 (isto após o fracasso da *Intentona Comunista* de 1935) e, o que parece ser mais determinante, tão pouco de que as forças produtivas e as próprias relações de produção (que engendram a formação das classes sociais) – nem o mercado consumidor interno - se apresentassem maduros o suficiente para engendrar as contradições indispensáveis para a superação, não do capitalismo no Brasil, num primeiro momento, mas, e aí se encontra o fulcro, da dependência ao imperialismo.

Quero dizer, com isso, que Caio Prado, mais uma vez, não teceria um marxismo estranho. Muito pelo contrário, trata-se, novamente, de um marxismo autêntico ao recordar que Marx ressaltou o papel revolucionário da burguesia ao romper com todos os entraves *feudais* ao desenvolvimento das forças produtivas, permitindo sua ascensão enquanto classe, bem como as contradições internas que minariam seu predomínio.

Aqui, no entanto, Caio não está pensando em termos de classe. Refere-se, isto sim, à necessidade que há, em primeiro lugar, de se alcançar a independência econômica do país criando uma totalidade interna que compreenda produção e consumo. Desta maneira, ele não vai se preocupar em descrever as lutas entre as classes e setores sociais do país. Bastava, nesse momento, mostrar que o condicionante das relações sociais não se realiza ao nível da superestrutura. Estariam,

isto sim, como diz, nas relações primárias de estruturação da produção de gêneros para exportação, isto é, tratam-se de relações sociais cimentadas exclusivamente pelas relações de produção entre escravo e senhor (o setor orgânico da sociedade).

Com efeito, em *FBC* o que está sendo privilegiado é a estrutura econômica da sociedade colonial do início do XIX. É, portanto, o oposto do que se verifica em *EPB*, no qual o que está recebendo atenção quase que exclusiva são os conflitos entre as classes, a organização do Estado nacional e os papéis de cada classe nesse processo. Em uma palavra: é a superestrutura que está em discussão⁶³.

Passo agora a apresentar o resumo do último livro em questão, qual seja, *A Revolução Brasileira*, escrito em 1966 e ampliado em 1977. Antes, porém, mostra-se razoável compreender as linhas mestras⁶⁴ da política e economia nacionais do momento em que o autor lança o referido livro. Valho-me, para tanto, da compreensão do período em questão oferecida por Caio Prado no próprio livro.

Na abertura de *ARB*, Caio Prado parte de uma constatação, responsável que será, pela determinação do próprio conteúdo do livro. Quero dizer, mais uma vez Caio Prado infere que o Brasil está passando por um período altamente propício às

⁶³ Quando qualquer autor marxista procede à subordinação da superestrutura pela estrutura ele é, de imediato, classificado como um marxista vulgar. O mesmo ocorre quando se trata de determinar uma classe apenas por fatores econômicos, isto é, pelo lugar que ele ocupa nas relações de produção do respectivo modo de produção ao qual está inserido. Se isto hoje em dia poucos têm o arrojo para assim proceder, parece que no tempo de Caio Prado isso não era um problema porque é inegável, como salientei anteriormente, que a totalidade (a sociedade civil onde se dão, para Marx, as relações econômicas – e a superestrutura, onde se encontram as ideologias, o Estado, a política, a religião) da sociedade colonial descrita por ele é, sem medo de errar, determinada pelo *sentido da colonização*. Não se quer dizer, contudo, que haja uma separação entre infra e superestrutura. É certo que se trata de uma totalidade, a qual, entretanto, está determinada pela economia. Assim, se Caio Prado padece ou não do economicismo marxista é, para mim, secundário. Sobre o marxismo vulgar e a definição de classes sociais ver, respectivamente, Hobsbawm (1998, p.159) e Poulantzas (1975, p.10-38).

⁶⁴ Perceber-se-á que as linhas mestras são extremamente genéricas. Entretanto parecem satisfatórias para o meu propósito.

transformações por ele almejadas, como haviam sido os intervalos temporais de 1808/1848 – analisados em *EPB* – e o início dos anos de 1930 - momento, aliás, que ensejou o direcionamento de seu olhar para a revolução da independência, isto é, motivou-o a compreender o comportamento político das classes sociais nas lutas travadas no processo de consolidação do Estado nacional. Assim, para ele, o Brasil do início da década de 60 do século passado

se encontra num destes (sic) instantes decisivos da evolução das sociedades humanas em que se faz patente, e sobretudo sensível e suficientemente conscientes a todos, o desajustamento de suas instituições básicas [...] Situação essa que é efeito e causa ao mesmo tempo, da inconsistência política, da ineficiência, em todos os setores e escalões, da administração pública, dos desequilíbrios sociais, da crise econômica e financeira, que vinda de longa data e mal encoberta durante curto prazo – de uma a dois decênios – por um crescimento material especulativo e caótico, começa agora a mostrar sua verdadeira face; da insuficiência e precariedade das próprias bases estruturais em que se assenta a vida do país. É acima de tudo, e como complemento, o mais completo ceticismo e generalizada descrença no que diz respeito a possíveis soluções verdadeiras dentro da atual ordem de coisas [...] (PRADO JÚNIOR, 1987, p.12-13).

Do caos da vida social, política e econômica do país é que surge a necessidade de, novamente, Caio Prado pensar em uma revolução e papéis a serem protagonizados pelas classes sociais, pelo Estado, sindicatos, partidos políticos e outras instituições. Assim, faz-se necessário, de imediato, que Caio apresente sua teoria sobre a revolução, qual seja, a de que em “[...] momentos históricos de brusca transição de uma situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam, que constituem o que propriamente se há de entender por ‘revolução’”

(PRADO JÚNIOR, 1987, p.12)⁶⁵. Nesse sentido, o autor em questão estará se levantando contra aqueles que buscam entender a natureza, o tipo de revolução a ser realizada antes das transformações ocorrerem, isto é,

[...] a qualificação a ser dada a uma revolução somente é possível depois de determinados os fatos que a constituem, isto é, depois de fixadas as reformas e transformações cabíveis e que se verificarão no curso da mesma revolução [...] É numa tal linha de pensamento (em que se busca conhecer o que acontece e não o que é) que se há de fazer a determinação das reformas e transformações constituintes da revolução brasileira. Isto é, não pela dedução *a priori* de algum esquema teórico preestabelecido. E sim pela consideração, análise e interpretação da conjuntura econômica, social e política real e concreta, procurando nela a sua dinâmica própria que revelará tanto as contradições presentes, como igualmente as soluções que nela se encontram imanentes e que não precisam ser trazidas de fora do processo histórico e a ele aplicadas. [...] é claro que, para um marxista, é no socialismo que afinal desembocará a revolução brasileira. Para ele, o socialismo é a direção na qual marcha o capitalismo. [...] Isso, contudo, representa uma previsão histórica, sem data marcada e ritmo de realização prefixado. [...] É aliás esse um dos pontos, e de capital importância, em que mais claramente se caracterizam posições sectárias e frontalmente antimarxistas, a saber, na visão de uma revolução socialista sempre eminente e imanente em todas as ocorrências da luta social e política. [...] A previsão marxista do socialismo não exclui, muito pelo contrário, a concentração da luta em objetivos que imediatamente e de forma direta não se relacionam com a revolução socialista (PRADO JÚNIOR, 1987, p.14-17).

Assim, a teoria da revolução brasileira, para o autor, deve ter como ponto de partida a conjuntura presente e o processo histórico da qual essa conjuntura é a resultante. Esse deve ser o método interpretativo, “[...] e não receituários de fatos, dogma, enquadramento da revolução histórica dentro de esquemas abstratos

⁶⁵ A teoria da revolução apresentada por Caio Prado, ao excluir uma adjetivação (socialista, reformista, burguesa etc.) causou reações na intelectualidade brasileira de esquerda. Assis Tavares (1966), por exemplo, o classificou de reformista. Outros, entretanto, valorizaram sua teoria por abrir o leque de possibilidades de se compreender, com um autor que faz uma leitura da realidade nacional, para depois organizar a teoria da revolução, quais seriam de fato os programas políticos, econômicos e sociais a serem colocados em prática. Cito entre esses analistas Brandão (1997, p.30-55) e Ferreira (1999, p. xi-xiv).

preestabelecidos” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.19). Entretanto, para Caio Prado, “[...] é essa especulação (da esquerda brasileira) que tem caracterizado os debates e as tentativas de teorização da revolução brasileira [...]” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.22) e sendo responsável pelo fracasso até agora (1966) das tentativas de transformações das instituições nacionais e do desenvolvimento econômico autônomo. Como exemplo dessa desorientação da esquerda brasileira Caio Prado cita os apoios oferecidos por essa ala do pensamento político nacional aos governos de *JK* - entreguista - e de João Goulart - oportunista⁶⁶.

No segundo capítulo, qual seja, *A Teoria da Revolução Brasileira*, Caio Prado amplia sua crítica aos teóricos da revolução brasileira, sem perder, contudo, o centro dela, qual seja, a de que

[...] a teoria marxista da revolução (brasileira) se elaborou sob o signo de abstrações, isso é, de conceitos formulados *a priori* e sem consideração adequada dos fatos; procurando-se posteriormente, e somente assim – o que é mais grave – encaixar nesses conceitos a realidade concreta. Derivou daí um esquema teórico planando em boa parte na irrealidade, e em que as circunstâncias verdadeiras da nossa economia e estrutura social e política aparecem com freqüência grosseiramente deformadas. Resultaram disso as mais graves conseqüências no que respeita à condução da prática, isto é, da ação revolucionária. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 29).

Desta maneira, ao partir de presunções descoladas da realidade nacional, e assentadas em dogmatismos, os teóricos da revolução brasileira entendem o processo histórico das formações nacionais - incluindo o Brasil – dentro de um determinismo em

⁶⁶ Exemplo bem sucedido, cita o autor, de compreensão e utilização do método interpretativo para agir sobre uma realidade concreta, é a Revolução Cubana.

que se realça a necessária existência dos diversos estágios – ou melhor, modos de produção – pelos quais passaram países europeus. Isto é, pelo fato do capitalismo (comercial) europeu surgir das cinzas do feudalismo e o capitalismo industrial da revolução democrático-burguesa, aqui, necessariamente, o caminho a ser percorrido até o socialismo deveria ser o mesmo.

Esse *método interpretativo* destinado a propor a teoria da revolução é, para o autor em foco, justamente o oposto do pensamento marxista. Em especial porque nem Marx nem Engels generalizaram suas conclusões acerca das fases históricas percorridas pelos povos europeus aos demais povos, tornando-as necessárias à toda Humanidade. O marxismo, diz o autor,

com seu método dialético, introduziu de novo na análise e interpretação históricas [...] é a explicação dos fatos e das situações históricas pela emergência progressiva deles dentro de um processo em permanente *devenir*, e se projetando para o futuro numa perpétua renovação [...] Essa maneira, dialética em essência, de ver as coisas, *não exclui a previsão histórica – e o marxismo é essencialmente uma previsão: a do socialismo*. E sim funda-a no presente resultante do passado, ou antes, na dialética do presente como projeção do passado e onde o futuro previsível já se encontra e implícito nas contradições ocorrentes [...] Não foi assim, contudo, muito pelo contrário, que se procedeu no caso brasileiro [...] Presumiu-se desde logo, e sem maior indagação, que no Brasil o capitalismo foi precedido de uma fase feudal, e que os restos dessa fase ainda se encontravam presentes na época atual [...] A teoria marxista da revolução brasileira, na qual, direta ou indiretamente, se inspira todo o pensamento político renovador brasileiro, se formulou em seus traços gerais e essenciais, na década de 20 [...] (PRADO JÚNIOR, 1987, p.33-36).

Da contestação desse determinismo etapista da esquerda brasileira é que Caio Prado seguirá analisando a incoerência de se verificar no Brasil restos feudais nas

relações de produção agrárias. Assim, demonstrará, por exemplo, que o sistema de *parceria* (meia ou terça) não se assemelha ao encontrado na Europa e, portanto, não se trata de uma relação econômica semifeudal. Equivale, antes, a uma relação de emprego assentada em base capitalista. O que antecedeu a relação capitalista de emprego no campo do Brasil não foi, então, a exploração feudal sobre uma base camponesa, e sim, o escravismo. Caio Prado faz a mesma ponderação quando analisa o campesinato brasileiro, quer dizer,

efetivamente, o que constitui propriamente economia camponesa (a exploração parcelária ou individual do pequeno camponês que trabalha por conta própria e como empresário da produção, em terras suas ou arrendadas), isto representa via de regra um setor residual de nossa economia agrária. Aquilo que essencial e fundamentalmente forma esta nossa economia agrária, no passado como ainda no presente, é a grande exploração rural em que se conjugam, em sistema, a grande propriedade fundiária com o trabalho coletivo e em cooperação e conjunto de numerosos trabalhadores. No passado esses trabalhadores eram escravos [...] Com a abolição da escravidão, substitui-se às relações servis de trabalho a relação de emprego ou locação de serviços, embora nem sempre o pagamento é a remuneração desses serviços (trabalho prestado) se fizessem em dinheiro – o salário propriamente – assumindo com freqüência formas mistas e mais ou menos complexas, como sejam o pagamento *in natura*, concessão do direito de plantar por conta própria alguns gêneros de subsistência etc. mas qualquer que seja o caso, o trabalhador livre de hoje se encontra, tanto quanto seu antecessor escravo, inteiramente submetido na sua atividade produtiva à direção do proprietário que é o verdadeiro e único ocupante propriamente da terra e empresário da produção, na qual o trabalhador não figura senão como força de trabalho a serviço do proprietário, e não se liga a ela senão por esse esforço que cede a seu empregador. Não se trata, assim, na acepção própria da palavra, de um “camponês” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.46-47)

Assim sendo, isto é, sendo as relações de produção no campo restritas, basicamente, à venda da força de trabalho, a luta pela terra se encontra em segundo plano, exceto zona da mata e agreste nordestinos, oeste paranaense e centro-norte de Goiás e os sertões do Nordeste, da Bahia e de Minas Gérias. O fundamental em termos

de pressão, por parte da população rural, está em sua reivindicação por melhores condições de trabalho e emprego nas grandes explorações rurais.

E para Caio Prado, o *PCB*⁶⁷, por suas premissas equivocadas quanto à caracterização do processo revolucionário brasileiro, dará pouca importância às relações de emprego no campo, restringindo a discussão à questão salarial.⁶⁸ Assim, indagará o autor em questão: “Que dizer então das outras questões relativas à extensão da legislação social-trabalhista ao campo?” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.54).⁶⁹

Em síntese, o capítulo *A Teoria da Revolução Brasileira* centra-se em afirmar que o *método interpretativo*, para uma perfeita compreensão da ação revolucionária brasileira, deve partir do exame da realidade imediata que, como afirmou o autor, é o resultado do processo histórico brasileiro. Tal procedimento não é que ele verificou na história da esquerda brasileira. O resultado, dessa forma, não poderia ser outro a não ser o de proposições equivocadas e ações políticas que não serviram para a efetivação da revolução realmente necessária. Para ele, na década de 1960, o *PCB*

[...] ainda se inspira fielmente nas mesmas concepções que 36 anos antes tinham servido para caracterizar, no Programa da I. C., a situação dos países asiáticos, e que se generalizaram arbitrariamente para a América Latina e o Brasil também. Como se vê, continuamos no ponto de partida, e a longa experiência e observação acumuladas em 36 anos de nada serviram para abrir os olhos dos dirigentes e teóricos do PCB para o erro, , certificando-os dessa coisa óbvia desde o primeiro instante, que as relações do imperialismo com os países asiáticos não podiam ser idênticas às de países como o nosso. As origens e a formação histórica do Brasil, em flagrante e profundo contraste com os países da Ásia, têm suas raízes e força motriz [...] naquele próprio continente onde se situariam os centros do imperialismo, a saber, a Europa. Evoluímos e

⁶⁷ Como é do conhecimento de todos, a partir de uma cisão interna no *PCB* se formou, em 1962, o *Partido Comunista do Brasil (Pc do B)* de inspiração maoísta.

⁶⁸ Caio Prado está se referindo ao Programa de 1954.

⁶⁹ A pouca atenção do *PCB* para as questões referentes à extensão das leis trabalhistas ao campo será, afirma o autor, evidente nos documentos de 1961 e 1964.

nos desenvolvemos à sôbra e ação da mesma civilização e cultura daqueles países que em nossos dias assumiram a posição imperialista. Essas circunstâncias evidentemente nos colocam em situação bem distinta de países e povos, como os asiáticos, onde o imperialismo se propôs em frente de sociedade que se tinham constituído à parte inteiramente à parte dos imperialistas [...] Os países da América Latina sempre participaram, desde a sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema que se constituíram as relações econômicas que, em última instância foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. [...] Esquecendo isso, e partindo em consequência de uma concepção simplista e inteiramente estranha à verdadeira posição do Brasil dentro do sistema internacional do imperialismo, a teoria consagrada da revolução brasileira não podia ir além, nas suas implicações e conclusões de ordem política, de simples frases sem conteúdo real e efetiva projeção na ação prática. [...] Assim sendo, uma revisão teórica, rigorosa e conscienciosa da realidade brasileira, considerada em sua dialética revolucionária, numa palavra, a revisão da teoria da revolução brasileira, teria um duplo papel, um de afirmação e outro de negação. De afirmação de um roteiro seguro e bem ajustado aos fatos, do que há para fazer e do que deve ser feito. De imunização, por outro lado, digamos assim, contra infiltrações desnaturadoras das verdadeiras finalidades da revolução brasileira, e que tanto mal lhe causaram no passado (PRADO JÚNIOR, 1987, p.67-75).

No capítulo seguinte, qual seja, *A Realidade Econômica Brasileira*, em suas páginas iniciais, Prado Júnior retoma o tema da incompatibilidade da teorização da revolução brasileira assentada em modelos erigidos para outras realidades em relação à nossa realidade histórica. Realidade, como ficou demonstrado no capítulo anterior, totalmente diversa, por exemplo, da dos países asiáticos. Aqui, ensina o autor para os teóricos importadores de modelos explicativos, nossa constituição histórica se realizou, desde logo, dentro do processo de formação do capitalismo pelos povos que dominarão a política imperialista a partir do fim do século XIX. Faz-se imperativo, assim, compreender “[...] melhor o processo geral que vai do Brasil colônia de ontem ao Brasil nação de amanhã, e que se trata hoje de levar a cabo. Tarefa essa que constitui precisamente a essência da revolução brasileira de nossos dias” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.83).

Assim, é necessário, para o autor, abordar “[...] as grandes etapas decisivas da revolução brasileira em que se marca mais nitidamente o rumo dessa evolução e, portanto, o significado dialético dos fatos presentes em que a mesma evolução foi dar” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.83). São quatro as etapas que marcam o rumo da formação histórica brasileira: “[...] a Independência política, a supressão do tráfico africano, e os dois corolários que daí derivam diretamente, a saber, a imigração de trabalhadores europeus [...] e a abolição da escravidão” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.83). Dessa forma, Caio se ocupará

[...] unicamente (do) que a estruturação do Estado nacional representaria como fator de ampliação das despesas públicas, com reflexos imediatos nas particulares; e portanto da ativação da vida econômica e financeira, aumento da renda nacional e do consumo que isso representa. O efeito conjugado desses fatores resultará mesmo, em consequência da brusca transformação ocorrida, no profundo desequilíbrio financeiro e nas crises que caracterizam a vida do império até meados do século. E constitui circunstância que influi poderosamente no sentido de estimular a integração nacional da economia brasileira [...]. De maior projeção ainda, no que respeita à transformação da antiga colônia em coletividade nacional integrada e organizada, são estes primeiros passos decisivos na incorporação efetiva da massa trabalhadora à sociedade brasileira que consistem na supressão do tráfico africano (1850) e seus corolários naturais: o estímulo à imigração européia de trabalhadores destinados a suprir a falta de mão-de-obra provocada pela supressão daquele tráfico, e a abolição da escravidão (PRADO JÚNIOR, 1987, p.84).

Explicitadas as etapas de constituição de uma economia integrada, Caio discutirá dois elementos fundamentais que estariam ainda presentes na vida brasileira do momento em que o livro está sendo escrito, e que necessitam ser superados, a saber,

[...] o caráter originário da economia brasileira, estruturado na base da produção para o atendimento de necessidades estranhas ao país e voltado assim essencialmente para o fornecimento de mercados exteriores; e de outro lado o tipo de relações de produção e trabalho vigentes na agropecuária brasileira, bem como as condições materiais e morais da população trabalhadoras daí derivadas, e que conservam ainda muito acentuadamente alguns traços nelas impressos pela tradição escravista herdada do passado colonial. [...] É sem dúvida a função exclusiva a que originalmente se destinou a economia brasileira que condicionou a sua estrutura e seu desenvolvimento, e que ainda se mantém sob muitos aspectos, a saber, o fornecimento de mercados externos, é isso que forma as raízes e constitui a base da penetração e dominação imperialista em nosso país. Por sua natureza, esse tipo de economia inclui o Brasil, desde logo, no sistema internacional do capitalismo de que o imperialismo constitui etapa atual [...] A diversificação das atividades produtivas e a industrialização [...] trarão grandes modificações da economia brasileira, e representam sem dúvida um passo considerável na superação do velho sistema de colônia produtora de gêneros de exportação. Mas doutro lado, reforça de certo modo esse sistema, e o renova sobre outras bases que, nem por serem diferentes das antigas, livram a economia brasileira das contradições que embaraçam o seu desenvolvimento e a sua definitiva libertação. [...] Em conclusão, apesar das grandes transformações por que passou a economia brasileira, e que vem se acentuando nesses últimos decênios, ela não logrou superar algumas de suas principais debilidades originárias, e libertar-se de sua dependência e subordinação no que respeita ao sistema econômico e financeiro internacional de que participa e em que figura em posição periférica e marginal. Numa palavra, não conseguiu integrar-se nacionalmente. Diversificou-se a produção do país, e essa diversificação o subtraiu do exclusivismo de algumas atividades voltadas para produtos primários de exportação. Estimulou-se em especial, em escala já hoje apreciável, a industrialização. E com isso o Brasil deixou de ser um simples fornecedor de gêneros alimentares e matérias-primas demandadas pelos mercados internacionais [...] Mas é um progresso que, pela maneira que se realiza, ou se realizou até hoje, se anula em boa parte e se automutila, encerrando-se em estreitas perspectivas. Isso porque se subordina a circunstâncias que embora aparentemente distintas do antigo sistema colonial, guardam com esse sistema, na sua essência, uma grande semelhança [...] das contradições que no passado solapavam a economia brasileira, passamos a outras de natureza diferente [...] Essas contradições se manifestam sobretudo [...] na permanência, e até no agravamento da tendência ao desequilíbrio de nossas contas externas [...] Não são mais unicamente as vicissitudes da exportação brasileira [...] que determinam o estado daquelas contas. E sim sobretudo e decisivamente, os fluxos de capitais controlados do exterior e que sob diversas formas (inversões, investimentos, empréstimos, amortizações, rendimentos, etc.) se fazem num outro sentido em função dos interesses da finança internacional. [...] Resta-nos analisar o outro aspecto da conjuntura econômica brasileira atual e dos pontos essenciais onde se propõe a problemática da revolução, a saber, aquele que diz respeito aos remanescentes do sistema colonial nas relações de trabalho e no estatuto do trabalhador rural. O que essencialmente assinala as relações coloniais de trabalho resulta das condições e caráter em que o trabalhador é incluído na organização econômica da colonização, a saber, como simples força de trabalho [...] Sob esse aspecto, a abolição derrubou o obstáculo principal oposto anteriormente ao estabelecimento definitivo e à generalização, bem como ao progresso das relações capitalistas de produção [...] os fatos mostram de forma clara que

justamente no processo de apuração das relações capitalistas de produção e trabalho – isto é, a transformação do trabalhador empregado em assalariado puro – os padrões materiais tendem a se reduzir. [...] Não será, pois, pela “apuração” das relações capitalistas de produção e superação não se sabe de que pré-capitalismo (feudal, semifeudal ou outro), que se eliminarão aqueles remanescentes coloniais que se harmonizavam perfeitamente com aquelas relações capitalistas. É no interior do próprio capitalismo, e nas contradições específicas por ele geradas que se encontram os fatores capazes de levar à superação e eliminação do que sobra de colonialismo nas relações de trabalho e produção da economia brasileira e no estatuto do trabalhador rural (PRADO JÚNIOR, 1987, p.86-100).

No capítulo seguinte, qual seja, *Aspectos Sociais e Políticos da Revolução Brasileira* – capítulo, aliás, de grande importância para esta *Tese* – Caio Prado o inicia afirmando que “a estrutura de classe de uma sociedade e a natureza e hierarquia de suas classes e categorias sociais refletem sempre a organização econômica que lhes serve de base” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.103). Com efeito,

como tem sido nosso método até o momento, vamos abordar a análise da estrutura social brasileira, isto é, da natureza das classes e categorias sociais que fundamentalmente compõem a sociedade brasileira, bem como da posição e comportamento delas frente ao processo histórico da revolução (PRADO JÚNIOR, 1987, p.103)

Assim, a primeira classe social a ser visitada por Caio Prado – e ele sempre estará confrontando a sua análise com a realizada por outros teóricos da esquerda - será a dos empresários capitalistas da agroindústria nacional e as relações de trabalho e emprego em que se assenta a produção realizada pelos empregados da grande exploração. Adverte, portanto, o autor, de imediato, retomando o que foi abordado no

capítulo anterior, que não se trata de uma relação entre senhores feudais e camponeses, como insistem alguns.

Os pólos principais da estrutura social do campo brasileiro não são o “latifundiário” ou “proprietário senhor feudal ou semifeudal” de um lado, e o camponês de outro; e sim respectivamente o empresário capitalista e o trabalhador empregado, assalariado ou assimilável econômica e socialmente ao assalariado [...] os grandes proprietários, fazendeiros e outros, constituem assim uma legítima burguesia agrária (PRADO JÚNIOR, 1987, p.105).

Entretanto, mais importante do que a definição das relações de produção e trabalho serem classificadas de capitalistas, é o fato de Caio Prado, em oposição a tudo que vinha afirmando sobre essa classe social ⁷⁰, não vê-la mais como organicamente aliada ao imperialismo, por razões sócio-econômicas, mas atrelando a sua posição política progressista ou reacionária a questões de ordem pessoal, isto é,

O incontestável é que a realidade dos fatos não traz nenhuma comprovação, nem mesmo aparência de acerto para a tese de que os “latifundiários” brasileiros constituem um setor com interesses de classes ligados, e muito menos comuns, com o imperialismo (PRADO JÚNIOR, 1987, p.110).

O seu próximo passo será refutar a tese aventada pelos teóricos do *PCB* da existência “[...] de uma pseudo-‘burguesia nacional’, isto é, antiimperialista e progressista, que contrastaria com outra categoria burguesa aliada do imperialismo,

⁷⁰ Refiro-me à sua produção intelectual anterior – livros e artigos -, na qual a figura do latifundiário sempre foi associada ao imperialismo, isto é, como sustentáculo político e econômico do mesmo. Trata-se, assim, de uma mudança significativa em sua maneira de enxergar essa classe social em relação à sua função na revolução brasileira.

burguesia está última reacionária, retrógrada, e aliada também dos feudais latifundiários [...]” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.111-112). O que existiria, em verdade, era apenas uma burguesia nacional, que vem se formando desde a

Integração do sistema capitalista brasileiro (com a abolição da escravidão), bem como o progresso econômico que o acompanha e de certa forma o condiciona e impulsiona, se exprimirão no advento e na configuração de uma burguesia em rápida ascensão, e embora se constitua, como qualquer burguesia, de setores com interesses divergentes [...] forma no essencial e fundamental uma classe homogênea e coesa que não se acha cindida internamente por contradições e oposições irreduzíveis. Isso se aplica inclusive, e mesmo especialmente, podemos dizer, às relações entre os setores agrário e industrial, que longe de se oporem, antes se ligam intimamente entre si e amparam mutuamente em muitas e essenciais circunstâncias [...] Em suma, os diferentes setores da burguesia brasileira evoluíram paralelamente, ou antes, confundidos numa classe única formada e mantida na base de um mesmo sistema produtivo e igual constelação de interesses. Nem o impacto do capital e das iniciativas estrangeiras, inclusive em sua fase mais evoluída e recente, que é o do imperialismo em seu apogeu, introduziu, como em outros lugares, uma cunha desagregadora e capaz de gerar contradições e posições essenciais e irreduzíveis [...] Nessas condições, a penetração capitalista estrangeira não podia deixar de ter no seio da burguesia e, sobretudo, naqueles setores mais dinâmicos e voltados para o progresso e aperfeiçoamento de suas atividades, a melhor das acolhidas. [...] Terá havido por certo casos individuais em quem um ou outro homem de negócios brasileiro, ou alguma iniciativa nacional, tenham sido contrariados ou prejudicados pela concorrência de empreendimentos ligados ao imperialismo. Mas é preciso distinguir casos particulares e específicos [...] de situações gerais capazes de gerarem uma oposição política de classe entre burguesia brasileira, ou setores apreciáveis dela, e o imperialismo. É isso que não ocorre e não há probabilidades de ocorrer na atual conjuntura da economia brasileira, bem como no previsível do seu futuro imediato (PRADO JÚNIOR, 1987, p.115-121).

Se não há diferenciação no seio da burguesia quanto à sua posição política frente ao imperialismo, existindo, ao contrário, grande receptividade às suas atividades no país, no que se refere ao papel do Estado na economia brasileira, entretanto, o que se verifica são posições antagônicas que, para o autor,

Vem representando importante papel na política brasileira, e que se tem mostrado, de certa forma, altamente negativo do ponto de vista revolucionário, pois tem, se não impedido, pelo menos embaraçado a polarização das forças e tendências políticas brasileiras no plano das reformas e transformações econômicas, sociais e políticas que se trata de levar a efeito. Essa diferenciação no seio da burguesia se prende ao papel desempenhado pelo Estado, ou antes pelo Governo que o encarna, na economia nacional e, em particular, no processo de formação e acumulação privada de capital através do favorecimento pelo poder público de interesses particulares [...] Esse “capitalismo burocrático” [...] tem um papel político relevante. [...] Seus interesses na maior parte das vezes, primam sobre os do outro setor da burguesia, que não tem, como ele, vinculações diretas, imediatas e tão íntimas com a administração pública. [...] Enquanto o capitalismo burocrático se vincula diretamente a essa intervenção e ação, e faz especificamente dela seu próprio negócio, para o outro setor da burguesia a intervenção estatal no domínio econômico se justifica, e é assim interpretada, como promoção dos interesses gerais do capital e da iniciativa privada [...] (PRADO JÚNIOR, 1987, p.122-123).

Caio Prado não restringe a sua análise da intervenção do Estado apenas em relação à burguesia brasileira e em seus reflexos econômicos. Amplia-a em termos políticos, colocando em destaque o papel do Estado frente às classes médias e ao proletariado e, inclusive, os erros dos seus interlocutores do PCB quanto ao entendimento do papel progressista que o Estado tem frente a revolução, bem como a conseqüente crença, por parte dos referidos teóricos, da necessidade de apoiar tais políticas.

Essa contradição imanente na política brasileira, desempenha nela papel de grande destaque. E tanto mais que o capital burocrático encontra aliados naturais em grupos pertencentes a outras categorias sociais (classes médias e mesmo trabalhadores) que, por seus interesses e pelas posições que profissionalmente ocupam, se acham vinculados a algumas funções e atividades do poder público em que se apóia o capital burocrático e que dão margem a seus negócios. É o caso em particular das empresas estatais e

paraestatais. Essa irradiação política do capitalismo burocrático ainda vai mais longe e penetra mais fundamente a vida política brasileira. A natureza de suas atividades e negócios lhe permite freqüentemente posições ou antes atitudes frente ao proletariado e a massa trabalhadora em geral [...] O capitalismo burocrático pode assim permitir-se atitudes de aparente solidariedade com os trabalhadores, sem se expor diretamente e comprometer seus interesses [...] Pode ainda encaixar na política que inspira e favorece uma política paternalista do poder público, paternalismo esse que, tradicionalmente, tem feito as vezes, no Brasil, de assistência social [...] Afora tudo isso, e possivelmente mais importante ainda, o capitalismo burocrático é levado a posições que, de certa forma uma numa perspectiva imediata, se aproxima das tendências progressistas e populares da política brasileira. O que pode induzir, e de fato tem muitas vezes induzindo em erro as forças políticas e populares propulsoras da revolução brasileira [...] Não vamos entrar nas circunstâncias particulares e nos motivos táticos e estratégicos que elevaram a essa sumária e esdrúxula identificação do capital burocrático com uma suposta categoria burguesa progressista. O certo é que ela se fez; e forma sem dúvidas as errôneas concepções teóricas a respeito da revolução brasileira que lhe abriram caminho e a tornaram possível, quaisquer que fosse as intenções de seus iniciadores, induzindo em erro as forças populares que o acompanharam. Consumou-se com isso a unificação dessas forças com o capital burocrático, o que de um lado fortaleceu apreciavelmente um setor da burguesia tanto ou mais reacionário que seu concorrente [...] e de outro lado, embaraçou e perturbou o processo de polarização das forças efetivamente revolucionárias, que se viram envolvidas em alianças espúrias que as comprometem gravemente, lhes tolhem a liberdade de movimentos, e dificultam a determinação de uma linha programática firme, coerente e independente para a ação política revolucionária [...] Atadas como se encontravam ao capital burocrático, sem definição programática muito precisa, as forças progressistas sucumbiram com o golpe, praticamente sem resistência, porque não contaram, no momento decisivo, com o apoio e o concurso ativos de suas bases naturais: o povo trabalhador (PRADO JÚNIOR, 1987, p.125-129).

Finalizando a análise dos aspectos essenciais da estrutura social brasileira – e os erros cometidos nessa análise pela ortodoxia de esquerda – Caio Prado aborda a população trabalhadora rural. Volta com a assertiva de que no Brasil não é possível falar em *camponês*. O correto estaria em compreender os trabalhadores rurais como *empregados* – essa seria a maior parcela dos trabalhadores rurais - de um *empresário da produção* (e proprietário) e, portanto, suas relações de trabalho se constituem em *prestação de serviços*.

No quinto capítulo de *ARB*, a saber, *Programa da Revolução Brasileira*⁷¹, ele discorrerá acerca das ações necessárias a serem encaminhadas para organizar a revolução brasileira. Dois pontos são fundamentais em seu programa, quais sejam, solucionar os problemas relativos às relações de trabalho e emprego no campo e a intervenção estatal para que se garanta o direcionamento da econômica nacional para o atendimento das necessidades de sua população, ou seja, orientar a totalidade produção e consumo que, para ele se encontram desarticuladas. Assim,

[...] além das confusões teóricas reinantes na matéria, é na situação sócio-econômica presente no campo brasileiro que se encontram as contradições fundamentais e de maior potencialidade revolucionária na fase atual do processo histórico-social que o país atravessa. É aí que a herança de nossa formação colonial deixou seus mais fundos traços, e os mais significativos do ponto de vista social. E assim a superação do estatuto colonial que representa, encontra no campo os principais e essenciais obstáculos a seu processamento. A precisa caracterização das relações de trabalho e produção no campo brasileiro abem pois as mais amplas perspectivas da revolução, uma vez que encontramos nessa caracterização a natureza dos conflitos e a dinâmica daquelas contradições fundamentais incluídas no processo histórico-social em desenvolvimento no país [...] ficou suficientemente esclarecido que as relações de trabalho predominantes na agropecuária brasileira são as de *emprego*. Decorre daí que o conflito básico nela presente [...] gira em torno da reivindicação, pelos trabalhadores empregados, de condições mais favoráveis de trabalho, como sejam melhor remuneração, segurança no emprego, tratamento adequado etc. [...] As reivindicações dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida se situam na linha evolutiva [...] e representam mais uma etapa e se acrescenta às anteriores, através das quais se vem erguendo a massa da população brasileira do simples estatuto de instrumento de trabalho e produção a serviço da empresa mercantil aqui instalada pela colonização, para o plano de uma coletividade nacionalmente integrada e organizada. Aí se evidencia o grande papel que representam, na fase atual do processo histórico brasileiro, as contradições no campo e que se revelam particularmente nos conflitos gerados na base da luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de emprego [...] Nas condições do capitalismo em seus centros originários, a mola mestra do seu desenvolvimento e seu mecanismo propulsor essencial se situavam no elemento *produção*, pois o mercado para essa

⁷¹ Embora de fundamental importância para este trabalho, o capítulo do qual me ocupo agora será intensamente debatido e citado quando da análise do programa de Caio Prado, desobrigando-me, assim, neste momento, de realizar uma síntese mais detalhada, o que representaria uma repetição desnecessária.

produção constituía uma dado preliminar que se propunha desde logo e que crescia em seguida e em função da mesma produção [...] No Brasil e nas condições atuais, a questão se propõe de forma diferente, porque falta aqui, por efeito precisamente dos vícios orgânicos de nossa estrutura econômica e social [...] uma demanda suficiente em consonância com as necessidades fundamentais e gerais, capaz por isso permanentemente incentivar uma atividade produtiva que, em ação de retorno, viesse ampliá-la ainda mais. É isso que nos falta e é por aí, em consequência, que se há de essencialmente atacar a reforma do sistema a fim de impulsionar o seu funcionamento no sentido de um desenvolvimento geral e sustentado. É do aumento da demanda solvável, e sua articulação com as necessidades gerais e fundamentais do país e de sua população, que se há de partir para o incentivo às atividades produtivas que em seguida incentivarão a demanda [...] Em suma, o sentido do processo econômico do desenvolvimento capitalista originário, tal qual ele se apresentou na Europa no século passado, foi essencialmente o da *produção*. No Brasil ele deve ser essencialmente o da *distribuição*. E assim o papel que o lucro capitalista (que provê muito bem à produção, pois dela se alimenta e com ela se mantém) desempenha no capitalismo originário, não está em condição de desempenhar numa situação em que é a distribuição que sobreleva. E a iniciativa privada, que tem o lucro e somente nele a sua razão de ser, não é suficiente assim para assegurar um desenvolvimento adequado. Verifica-se por aí que as atividades econômicas devem ser, nas condições do Brasil, controladas por fatores além e acima da iniciativa privada. Essa iniciativa precisa ser orientada, suprida, constringida mesmo e substituída sempre e onde quer que isso se mostre necessário para o fim essencial de imprimir às atividades econômicas o sentido e conteúdo convenientes à solução do problema sócio-econômico brasileiro central e fundamental, a saber, a superação da situação de miserabilidade da grande massa da população do país, que deriva em última instância da natureza de nossa formação histórica. [...] Para a superação de tal situação em prazo e ritmo compatíveis com a premência das questões que nela se propõem, e atendam à intensidade crescente das reivindicações populares, torna-se necessária a intervenção decisiva do poder público na condução dos fatos econômicos e na orientação deles para objetivos preestabelecidos (PRADO JÚNIOR, 1987, p.136-168)

Em *O Problema Político da Revolução*⁷², que em verdade complementa o capítulo anterior, cujo cerne estava em apresentar o programa da revolução, Prado Júnior concentrar-se-á “[...] na maneira de realizá-lo, a avaliação das forças sociais que

⁷² O mesmo ocorre neste capítulo, isto é, embora de fundamental importância para esta Tese, o papel político e econômico das classes sociais no processo de constituição da economia nacional será debatido no último capítulo deste trabalho, eximindo-me, assim, de um maior detalhamento agora.

porão em prática e o levarão adiante. O problema político, em suma” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.171).

Procurará, assim, a classe que tem as melhores condições – em função de sua classe, consciência etc. - de desencadear o processo de transformações estruturais num curto espaço de tempo, isto é, promover a revolução brasileira. A classe eleita será o proletariado rural e urbano.

Concluindo o capítulo, o debate será em torno da possibilidade das classes trabalhadoras realizarem alianças com outras classes, categorias sociais e forças políticas para o encaminhamento da ação revolucionária. Para isso, entretanto, deve haver

Linha de ação independente e autônoma [...]. Exclui, isso sim, certo tipos de combinações bem nossas conhecidas, de natureza puramente formal e de cúpula, realizadas a portas fechadas e na base de barganhas e trocas de favores e apoios pessoais ou de grupos. As legítimas e fecundas frentes comuns com a participação da esquerda e das organizações de massa não se fazem, ou antes, não se devem fazer por essa forma. E sim se estabelecem espontânea e naturalmente quando se propõem objetivos e reivindicações de maneira tal a interessar nelas todas a forças e correntes envolvidas. Trata-se de definir clara e expressamente esses objetivos [...] A situação no Brasil se acha madura para as transformações econômicas, sociais e políticas em direção das quais apontam as aspirações da massa trabalhadora, em especial as do campo. Essas transformações são a condição [...] da própria integração nacional brasileira e do desenvolvimento seguro e solidamente alicerçado do país, bem como, em consequência, do real progresso e do bem-estar generalizado da imensa maioria da população. Não somente de suas classes hoje mais desfavorecidas e em particular de sua marginalizada população trabalhadora rural, mas do conjunto da população brasileira, de que somente insignificantes minorias se aproveitam verdadeiramente, e sobretudo com segurança e sem incertezas e sobressaltos permanentes, dos benefícios e do conforto que a cultura e o progresso material do mundo moderno são capazes de proporcionar. Podem assim os trabalhadores e sua causa contar com o apoio, a simpatia e receptividade, ou pelo menos, na pior das hipóteses, neutralidade e expectativa dos mais amplos setores da sociedade (PRADO JÚNIOR, 1987, p.181-182).

O último capítulo de *ARB*, qual seja, *A Revolução e o Antiimperialismo*, a discussão se inicia retomando sua análise, já feita em capítulo anterior, de que a relação do Brasil com o imperialismo se dá de modo distinto com o ocorrido em países asiáticos e africanos porque o processo histórico de formação nacional está, desde sua gênese, articulado ao capitalismo, em cujo sistema produtivo o imperialismo será gerado. Entretanto,

A especificidade [...] do processo histórico-social brasileiro e da situação atual a que se conduziu o nosso país, não exclui mas pelo contrário inclui o contexto geral em que o mesmo processo se realiza, a saber, o mundo e a humanidade em conjunto com quem convivemos e de cuja existência participamos. Em outras palavras, a revolução brasileira não constitui fato isolado. É parte de um todo, é parcela da história contemporânea do conjunto da humanidade. Nela e com ela se inter-relaciona, e nesse inter-relacionamento há de ser considerada [...] A especificidade da revolução brasileira é dada em particular pelas circunstâncias internas, isto é, pelas relações que constituem e caracterizam a organização econômica e a estrutura social do país. A natureza dessas relações, contudo, vai marcar e definir a nossa posição no sistema internacional do capitalismo. E assim ambas essas ordens de circunstâncias, as internas e as externas, se conjugam e se completam de tal maneira que a eliminação de umas implica necessariamente a das outras (PRADO JÚNIOR, p.186-187).

Desta maneira, ao analisar a situação interna brasileira – em especial em relação à industrialização – sua visão é a de que o processo de industrialização, ocorrido nos últimos anos, não vem em nada alterar a nossa situação de dependência ao imperialismo, uma vez que a mesma está sendo realizada pelos empreendimentos estrangeiros interessados apenas e somente no lucro. Tal ordem de coisas requer, para o autor,

a intervenção decisiva do Estado nas atividades econômicas e geral controle delas já exclui desde logo a ação direta do imperialismo cujo sistema e funcionamento se regem [...] por outra ordem de normas, a saber, a livre iniciativa e liberdade econômica em geral. Aquela ampla e decisiva intervenção públicas nas atividades econômicas não se pode todavia se conseguir de golpe. E em que fica assim a luta antiimperialista imediata? Há um setor que diz muito de perto com o imperialismo, e que a revolução deverá atacar desde logo, pois tal é sua importância e expressão no conjunto da economia brasileira que representa necessariamente um dos pontos de partida e desencadeamento do processo revolucionário. Refiro-me às transações externas do país que, dada a estrutura econômica brasileira, representam nela papel essencial e decisivo [...] porque é das exportações [...] que provêm os recursos necessários ao aparelhamento de base do país e seu equipamento industrial, sem o que não há evidentemente condições para o desenvolvimento econômico e progresso de qualquer natureza. E como aqueles recursos são escassos por força da própria situação colonial do Brasil e o tipo de suas transações externas em que o valor relativo das importações tende sempre a superar o das exportações, há que rigorosamente dosar aqueles recursos afim de assegurar a sua aplicação pela maneira mais conveniente possível na realização do programa revolucionário. O que implica o monopólio estatal do comércio exterior, pois essa é a única forma de eliminar completamente a evasão de divisas [...] Verifica-se assim que a realização do programa de reformas que a revolução prevê, atinge desde logo precisamente os principais pontos de articulação da economia brasileira com o sistema imperialista, e que são as contas externas e o comércio exterior (PRADO JÚNIOR, 1987, p.192-193).

Como última discussão do capítulo em questão – e do próprio livro, uma vez que esse assunto encontra-se nas últimas páginas de *ARB* – Caio Prado se refere à luta antiimperialista como algo que surgirá, como força sócio-política, das reformas propostas para a emancipação econômica do país. Tanto mais, o Golpe de 1964, possibilitando o aumento do intervencionismo norte-americano no país, serviria também de estimulador da propagação do sentimento antiimperialista. Finaliza o livro conclamando os povos a uma relação de solidariedade e ajuda em detrimento de ações predatórias entre uns e outros.

A nossa experiência confirma assim que a ação e a luta antiimperialistas são uma decorrência natural e espontânea da reforma e reestruturação da economia brasileira; e que é nesse processo que se desenvolverá a consciência antiimperialista capaz de fazer frente aos obstáculos que os interesses imperialistas opuserem à realização daquela reforma [...] Ela (a revolução) significa assim em última análise aquilo que acima denominamos de “rompimento de tal sistema em sua periferia”, e com isso se articula e conjuga com a luta geral de libertação dos países e povos que se encontram na dependência das grandes potências imperialistas e a ela subordinados. E o papel do nosso país nessa luta é, ou antes será de particular relevo, pois tanto a sua importância territorial e demográfica, como sua relativa expressão econômica e situação geográfica, fazem dele o líder natural de um dos três grandes grupos continentais de países e povos dependentes e incluídos na órbita do imperialismo: Ásia, África e América Latina [...] Em correspondência com isso (o intervencionismo dos EUA), amadurece a consciência da questão imperialista que embora ainda muito confusa, sobretudo no que respeita às implicações econômicas do domínio imperialista, já se caracterizou plenamente e largamente se difundiu. Nos mais diferentes níveis e categorias sociais não subsistem mais dúvidas acerca da crescente subordinação de nosso país aos mandamentos da política norte-americana [...] Em situação e clima como esses, não pode haver dúvidas que a reação contra o imperialismo ganhará cada dia mais terreno [...] A condição principal para o amadurecimento desse estado de coisas e espírito, é que saibamos, isto é, que saibam as forças nacionalistas populares e de esquerda propor o programa da reformas necessárias ao progresso e desenvolvimento do país e do povo brasileiro, de maneira clara e precisa, e não sectária e emocional [...] Nesse mundo, tão diferente do passado [...] já não é mais possível conduzir a convivência internacional na base de egoísmos nacionais e de concorrência sem freios e luta sem quartel. Em toda parte começa a haver a consciência disso e a convicção de que os povos hão de se auxiliar mutuamente, em função de suas possibilidades, para o benefício de todos e a humanidade em conjunto [...] Trata-se, em países como o nosso, de contribuir para a elaboração do novo pensamento econômico que preveja uma convivência internacional de *efetiva* solidariedade e ajuda mútua entre todos os povos, que no nível atual da cultura e da tecnologia, cada vez mais aceleradamente se engajam, tem muito mais a ganhar com a difusão do progresso moderno por toda parte, que com a realização de bons negócios às custas uns dos outros (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 197-203).

Apresentado o seu último livro, dos três selecionados para esclarecer sobre suas abordagens das classes sociais brasileiras, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre o livro, em especial, como realizado nos anteriores, no que toca o marxismo de Caio Prado e sua visão sobre as classes sociais brasileiras.

Em se tratando de um diálogo aberto com o *PCB*, isto é, com uma organização política marxista do país, abordar o seu marxismo em *ARB* se torna mais palpável. Assim, destaco, mais uma vez, que o marxismo estranho de que tanto é rotulado Caio Prado não se coaduna com o que se vê em *ARB*. Se há um marxismo estranho, ele será o do seu interlocutor direto. As razões para essa qualificação não precisam ser explicitadas porque Caio Prado já o fez ao longo do livro. Assim, neste momento, a impossibilidade de se rotular Caio Prado como um marxista estranho, um reformista, um etapista ou como alguém que nacionalizou o marxismo, deve ter como norte comparativo o próprio *PCB* e os pontos negativos ressaltados por Caio Prado sobre ele.

Os elementos de contato de Prado Júnior com o marxismo de Marx, no livro em questão, são diversos e, aliás, alguns deles o próprio autor se encarregou de apresentar. Se não suficientes, porém fundamentais, para os propósitos imediatos, são o *método interpretativo* adotado por Caio Prado e a sua afirmação de que o marxismo é, em última análise, uma previsão histórica, a do socialismo.

O primeiro ponto, qual seja, o procedimento adotado por Caio Prado para propor o programa da revolução brasileira, se revela marxista justamente pelo fato - como fizeram Lênin na Rússia e Gramsci na Itália, lembra-nos Ricupero (2000) - de partir de uma realidade específica, qual seja, o processo de formação sócio-histórico e econômico-político do Brasil. Significativo, porém, por suas implicações posteriores, em relação ao nosso referido processo formativo e para a construção teórica de Caio Prado, é o fato de nosso encetamento sócio-histórico estar relacionado diretamente ao desenvolvimento do capitalismo comercial europeu. Com isso, não teríamos uma fase feudal a ser superada por uma revolução democrático-burguesa, ao modo dos países

européus. Rompe-se, assim, com a visão vigente na esquerda brasileira de que o nosso percurso é – e deve ser - inevitavelmente igual ao ocorrido na Europa.

Neste aspecto, portanto, ele está sendo fiel ao marxismo. O seu método interpretativo, igual ao deste, parte de uma realidade específica, das práticas e contradições sociais, políticas e econômicas inerentes, no nosso caso, à colonização e, no caso europeu, em especial à realidade inglesa.

Assim, se no caso europeu Marx descortinou um percurso específico dos diversos modos de produção que se desenvolveram e foram superados, até desembocar no capitalismo, Caio Prado também traça uma linha mestra de nosso desenvolvimento, qual seja, a passagem de uma *economia colonial* para uma *economia nacional*.

O que se vê em Caio Prado são, então, as sobrevivências do passado persistindo no presente que ele interpreta – a conjuntura que engloba dos anos 30 aos anos 60 - e, como efeito, impedindo que sua projeção de futuro (economia nacional) se realize integralmente. Um passado, portanto, que não comporta feudalismo, mas *sentido da colonização*”; um presente que não exige o fim dos restos feudais e uma revolução democrático-burguesa, e sim, uma ampla reforma estrutural que garanta a libertação econômica do país frente o imperialismo; e o futuro, então, está guardado para o socialismo.

Dessas três temporalidades presentes em seu pensamento, tal qual em Marx, é que se pode afirmar, de fato, que o marxismo é, entre outras coisas, uma previsão, um pensamento que comporta uma filosofia da história, o que não exclui, apenas não o caracteriza como estritamente científico, um método próprio. Isto é, a partir de um

método científico seguro, a saber, o materialismo histórico, que parte da análise das práticas humanas como a constituinte das realidades específicas e históricas, em uma perspectiva que engloba passado (responsáveis pelo presente), presente (que contém as contradições que ensejam as mudanças) e futuro (que será a superação da herança do passado), é que o marxismo apresenta uma filosofia da história, isto é, uma visão teleológica da história.

Dessa maneira, passado, presente e futuro em Caio Prado se tornam um todo interdependente e indissociável que servem de solo para a proposição de práticas que garantam a eliminação do passado, a solução do presente e a consolidação do futuro almejado. Assim, a teoria da história do Brasil apresentada por Caio Prado tem um percurso que não comporta alteração, a saber, um passado colonial desagregador, um presente que não terminou a integração nacional e um futuro em que o Brasil seja um todo orgânico, em que produção e consumo estejam andando juntos, em que a massa da população tenha acesso às benesses da vida moderna e da representatividade política.

Reflexo dessa concepção de história está na discussão das classes sociais ao longo de *ARB*, isto é, ele não se limitará a compreender os papéis político-econômicos das classes sociais brasileiras apenas em seu vivo presente e em função do seu projeto político. Buscará as ações presentes e as esperadas dos atores da revolução e da contra-revolução, em sua gênese formativa, isto é, no passado colonial e no Brasil independente. Quer dizer, compreender as ações das classes sociais no presente exige descortinar como se formaram e atuaram as mesmas classes sobre as bases coloniais e de posterior processo de integração nacional.

Com efeito, a classe social mais importante para a sua revolução é, na verdade, uma fração de classe, qual seja, o proletariado rural. São justamente os trabalhadores rurais, os que menos escaparam das relações de produção do passado brasileiro, que precisam ser incorporados ao Brasil que está se modernizando - e precisando – de suas ações político-econômicas. Estão neles as promessas de futuro, embora não prescindam do proletariado urbano, gerado em seu presente. Da mesma maneira, as classes que impedem a revolução brasileira, quais sejam, burguesia urbana e rural, são também tomadas em seu processo histórico de formação. Ver-se-á, assim, que o papel conservador e reacionário dos latifundiários – agora transformados em empresários capitalistas – vem de longa data, isto é, desde o período colonial. A burguesia urbana, de formação histórica recente, tem também, em Caio Prado, o mesmo papel atribuído pelo marxismo: o de conservadores e reacionários. Faltou-lhe, entretanto, no Brasil, o seu papel revolucionário apontado por Marx quando permitiu a emancipação das forças produtivas emperradas pelo feudalismo. Sem representar uma defasagem teórica do autor em questão, mostra, antes, a especificidade de formação da burguesia nacional em um país com a história que se conhece.

3.1 *Revista Brasiliense*: onde estão as classes sociais?

Diversos estudos têm a *Revista Brasiliense* como fonte privilegiada para o entendimento do nacionalismo econômico brasileiro dos anos 50. Em especial,

destacam-se os interessados, em última análise, no nacionalismo de Caio Prado Júnior. Esses trabalhos, no entanto, divergem na abordagem. Limongi (1987) em *Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense* elabora um quadro bastante amplo do periódico, apontando desde as relações (difíceis) dos seus colaboradores – discorrendo sobre diversos deles - com o *PCB*, até a integração da publicação ao universo cultural paulista. Colistete (1994), em *Caio Prado Júnior e a análise do capital estrangeiro nos anos 50*, parte para um estudo centrado na percepção (crítica) que Caio Prado tem sobre o capital estrangeiro no desenvolvimento econômico brasileiro. Tratamento diferenciado é o dispensado por Mello (1985), no artigo *Caio Prado Jr. Revista Brasiliense, nacionalismo*, em que as críticas ao autor são contundentes, apresentando não somente as idéias de Prado Júnior quanto ao nacionalismo, mas ainda as percepções de Elias Chaves Neto e Fernando Henrique Cardoso em relação ao mesmo assunto⁷³.

Para os meus propósitos, interessa compreender o sentido geral do periódico – e sua inserção no debate político-ideológico e econômico da década de 50 e 60 -, uma aproximação no perfil político dos principais colaboradores da revista e, em especial, a abordagem que o autor faz das classes sociais brasileiras em seus trinta e um artigos publicados na *RB*.

Editada entre setembro-outubro de 1955 e janeiro-fevereiro de 1964, a *Revista Brasiliense (RB)* tem o seu período de existência intimamente ligado à dinâmica política e econômica das décadas de 50 e 60⁷⁴. Seu primeiro número aparece um ano após o

⁷³ Ver mais sobre *a Revista Brasiliense* em Chaves Neto (1978), Beiguelman (1989) e Lima (1986).

⁷⁴ De maneira sugestiva, Limongi (1987), como ressaltai anteriormente, dá importância ao mundo cultural paulista, realizando, inclusive, uma comparação com o periódico *Anhembi*.

suicídio de Getúlio Vargas. Pouco é preciso dizer da importância que este ato teve para a ideologia nacionalista, com significativo aumento de insatisfação com as idéias liberais *entreguistas* e da percepção da necessidade da intervenção estatal na economia, freando não somente a iniciativa privada, como a possibilidade da industrialização brasileira ser efetivada em larga escala pelo capital estrangeiro. Seu fechamento, por outro lado, deu-se em virtude do Golpe Militar de 1964. A edição de número 52 (março-abril de 1964), pronta para ser impressa, foi destruída a mando dos golpistas. Assim, se pensarmos que o suicídio de Vargas adiou o golpe de 1964, a revista sobreviveu, então, enquanto a conjuntura não foi favorável à aplicação do golpe que, em resumo, busca desarticular o pensamento nacionalista e de esquerda e escancarar o país para os investimentos estrangeiros. Trata-se de um golpe quase mortal para os ideais de independência econômica pensados por Caio Prado.

No *Manifesto da Fundação*, em 1955, os colaboradores da revista evidenciam enfaticamente o propósito nacionalista da publicação. Afirmaram que se trata uma revista “[...] em torno da qual se congreguem escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater os nossos problemas econômicos, sociais e políticos [...]”, cujo objetivo final seja vencer o “[...] atraso econômico do país visando a melhoria das condições de vida do povo e da renovação e dos progressos da cultura” (Revista Brasiliense, nº1, 1955).

Com efeito, é importante destacar que a intenção acima exposta está em consonância com a proposta política de Caio Prado, qual seja, aquela publicada em 1935 no manifesto a ANL e que se consubstanciou na categoria *sentido da colonização* em 1942. Caio Prado consegue, portanto, com seu debate historiográfico e de análise

conjuntural, agregar intelectuais que o consideram o teórico proeminente da dependência econômica e seus reflexos na população brasileira. É inegável, assim, que o grupo da *RB* girasse em torno dele, possibilitando, paradoxalmente, que, embora fosse um proscrito, não se tratava, no entanto, de indivíduo descartável para a esquerda nacional, incluindo o *PCB*.

O que se encontra na *RB* é, dessa forma, que a discussão, nos demais números do periódico, concentrar-se-á em temáticas sobre a política nacional, a economia e o desenvolvimento nacional, os efeitos do imperialismo no país, a teoria marxista, a história econômica nacional e, ainda, medicina social. Entre os colaboradores da *RB* quatro se destacaram em termos de quantidade de artigos publicados: Elias Chaves Neto, com 47 artigos; Caio Prado Júnior, com 31 artigos; Heitor Ferreira Lima, com 28 artigos; e Álvaro de Faria, com 26 artigos⁷⁵.

Elias Chaves Neto, primo de Caio Prado, advinha, como este, de família abastada, a qual mantinha relações comerciais com os Silva Prado. Sua origem de classe permitiu seguir o percurso natural da elite paulista: estudar no exterior e formar-se em Direito. Exercerá a profissão de jornalista e, em 1953, passará a trabalhar na *Revista Brasiliense*. Seus escritos gravitarão em torno da política nacional, Guerra Fria e Revolução Cubana.

⁷⁵A lista de colaboradores é extensa. Dos que se consolidaram como os mais expressivos intelectuais brasileiros do período subsequente – e alguns deles ainda em atividade – citamos, em ordem decrescente de artigos publicados: Florestan Fernandes (13), Cruz Costa (7), Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni (6) e Michel Löwy (3). No conselho de redação os que mais atuaram foram: em todos os números da revista Sérgio Milliet, Caio Prado Júnior, João Cruz Costa, Nabor Caires Brito, Berlinck e Álvaro de Faria; do número 9 ao final da revista, Castelo Branco, Heitor Ferreira Lima, Paulo Dantas e Paulo Pinto. Mais detalhes em Limongi (1987).

Heitor Ferreira Lima, nascido em 1905, sem formação universitária, foi militante do *PCB*, chegando a ocupar a secretaria geral do partido ainda na década de 1930. Desse período em diante Ferreira Lima vai perdendo sua influência dentro do partido, ao se aproximar de um grupo de militantes paulistas – em que Caio Prado é um deles – que não aceitavam fazer alianças com Getúlio Vargas. Seus escritos na *RB* estão focados na história econômica do Brasil.

Álvaro de Faria, formado em Medicina, publicou na *RB* artigos sobre teoria marxista, medicina social, política nacional e internacional. Possuía relações de amizade com Elias Chaves Neto, o qual conheceu na redação do jornal *Hoje*, em 1945.

Fato que se sobressai é que não são somente os laços de parentesco e/ou amizade que agregam os principais escritores da *RB*. O mais importante está no crescente distanciamento e as tensas relações que eles têm com o *PCB*. De maneira geral, o nó górdio dessa relação estava no fato desse grupo de militantes paulistas não aceitar a aliança, proposta pelo comitê central, com Getúlio Vargas, em 1937 e 1943⁷⁶, ou seja, “[...] amargar derrotas na luta partidária parece ser o traço a unir os principais colaboradores da *RB* [...]” (LIMONGI, 1987, p.30)⁷⁷.

Assim, pensando somente na relação de Caio Prado com o *PCB*, desde 1931(política do *obreirismo*), passando por 1937 (cisão Sachetta), 1943 (comitê de ação em 43) e 1947 (IV Congresso do *PCB*, no qual Caio reafirma suas teses sobre a

⁷⁶ Ver mais sobre o *PCB* em Reis Filho e Aarão (orgs.) (2002) e Chilcote (1982).

⁷⁷ Não estou afirmando, no entanto, que figuras como Caio Prado não fossem importantes para o *PCB*, e nem que o *PCB* não pudesse ser importante organismo de difusão das idéias do autor. Como reconhecido teórico do marxismo e da penetração e consolidação do capitalismo no Brasil, certamente Caio Prado era indispensável para o *PCB*, mesmo que suas posições fossem divergentes, e o *PCB*, o mais significativo partido da esquerda nacional, era também um lugar privilegiado para apresentar suas teorias sobre o capitalismo e o marxismo.

inexistência de feudalismo no Brasil) até 1966, ano de lançamento do livro *A Revolução Brasileira*, em que o tom do diálogo de Caio Prado com o *PCB* é de crítica contundente, a *RB* deve ser pensada, de fato, como o escoadouro da produção intelectual de comunistas desajustados com a liderança pecebista e, o mais importante, como o veículo de divulgação das propostas de reorganização social, política e econômica defendidas por Caio Prado ao longo das duas décadas anteriores. Quero dizer, a linha editorial da revista vai de encontro com os anseios de Caio Prado, a saber, os que estavam expressos no manifesto da *ANL*, em 1935, cujo centro das propostas políticas diziam respeito ao imperialismo, à reforma agrária e à inclusão político-social de expressiva parcela da população brasileira, bem como, e necessariamente, ligado à superação do *sentido da colonização*.

Na intenção de sistematizar os trinta e um artigos produzidos por Prado Júnior, agrupei-os de acordo com as temáticas centrais de cada um, sem, nesse momento, preocupar-me em considerar se existem significativas mudanças de posição em relação aos temas tratados e, em especial, em suas análises das classes sociais e seu programa político-econômico.

Foi possível verificar, então, levando-se em consideração os critérios acima mencionados, que são seis os eixos temáticos abordados por ele, quais sejam, em ordem decrescente de vezes em que foram debatidos: nacionalismo econômico (11), política nacional (9), questão agrária (5), teoria marxista (3), política internacional (2) e teoria econômica (1)⁷⁸.

⁷⁸ Ao contrário do que venho fazendo neste capítulo, isto é, analisando as classes sociais em livros fundamentais de Caio Prado, não estarei realizando uma intervenção detida nos trinta e um artigos editados na *RB*. Isto se deve pelo fato de que neles encontramos expressos os programas e papéis políticos econômicos de maneira entrelaçada, o que adiantaria o conteúdo a ser tratado no capítulo

Nos onze artigos publicados sobre questões relativas ao desenvolvimento econômico com bases nacionais (nacionalismo econômico), quais sejam, *Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros*, de 1955; *Livre iniciativa econômica e iniciativa estatal e Capitais estrangeiros* de 1957; *Capitais estrangeiros e capitais nacionais*, de 1958; *Os empreendimentos estrangeiros e o desenvolvimento nacional e Nacionalismo e desenvolvimento*, de 1959; *Desenvolvimento econômico e o problema da capitalização e A Instrução 204 e a política econômica brasileira*, de 1961; *A remessa de lucros e a libertação econômica do Brasil, Balanço das operações financeiras do imperialismo no Brasil e O projeto de lei da remessa de lucros*, de 1962, Caio Prado delinea, quase que totalmente, suas propostas para a libertação econômica brasileira do jugo imperialista. Quero dizer, trata-se do cerne da discussão de como efetivar a economia nacional, industrial, voltada para interesses internos, em que se ressaltam a incompatibilidade entre a inserção imperialista no país – remessa de lucros, inversão de capital estrangeiro na produção nacional, soluções para a capitalização nacional, as intervenções estatais nas atividades desenvolvidas pelas empresas privadas, entre outras – e a superação da histórica situação de dependência.

Já em *O sentido da anistia ampla, A crise em marcha e A política brasileira*, de 1956; *A lição das eleições de 3 de outubro*, de 1958; *As eleições de 3 de outubro*, de 1960; *Panorama da política brasileira*, de 1961; *A crise em marcha e Perspectivas da política progressista e popular brasileira*, de 1962; e *Um discurso marca época*, Caio Prado faz diversas referências às classes sociais brasileiras, especialmente em *A política brasileira* e em *As eleições de 3 de outubro*, respectivamente, de 1956 e 1960.

seguinte. Ficarei, assim, restrito a uma explanação sucinta das abordagens temáticas que cada artigo comporta.

Quer dizer, os dois artigos que abarcam o período de governo de Juscelino Kubitschek e a eleição de Jânio Quadros. Em conseqüência, apresentam um tom extremamente crítico, não só quanto à política econômica do governo *JK* e o apoio de setores da esquerda ao seu plano *desenvolvimentista*, quanto à resposta política das classes populares às mazelas produzidas pelos *cinquenta anos em cinco* de *JK* ao elegerem Jânio Quadros. Mesmo se tratando de análises políticas, as classes sociais são visitadas por Caio Prado, além de pelo prisma político, pelo viés econômico.

Na verdade, ele não se vale apenas do conceito de *classe social* (*grande burguesia, proletariado*) – que já tem os seus problemas de circunscrição – como, também – o que torna a caracterização do que seriam efetivamente esses *grupos sociais* mais fluída -, *camadas e forças populares, massas populares, massas trabalhadoras e massa humana*.

Em *A política brasileira*, por exemplo, Prado Júnior traça um panorama extremamente pessimista da situação política nacional, qualificando-a de lastimável. Está se referindo especialmente à dúbia posição, frente ao imperialismo e ao desenvolvimento brasileiro, de *JK* e das forças que compõem o seu governo. Ressalta, assim, que as camadas populares devem ter um papel econômico fundamental no processo produtivo brasileiro direcionado ao desenvolvimento autônomo do país. Entretanto, Caio Prado não enfatiza apenas o seu papel econômico. Para ele, a situação político-administrativa em que se encontrava o país sob o governo *JK*, resulta, igualmente, da falta de democracia e de partidos políticos sintonizados com os anseios populares. Seu governo privilegiará apenas o atendimento dos interesses de grupos

ligados a ele, não garantindo, em contrapartida a participação política das classes populares.

Tema de capital importância para ele foi a questão agrária. Na *RB* ele escreveu cinco artigos,⁷⁹ quais sejam, *Contribuição para a análise da questão agrária e A reforma agrária e a questão nacional*, de 1960; *Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*, de 1962; *O estatuto do trabalhador rural*, de 1963 e, de 1964, *A marcha da questão agrária no Brasil*. Neles, como é de se esperar, as classes sociais mencionadas são a dos grandes latifundiários e dos trabalhadores rurais (proletários rurais)⁸⁰. Fica claro – e isso será debatido no capítulo seguinte, levando-se em conta esses artigos – a grande importância dada pelo autor, na consecução de seu projeto, muito mais para questões relacionadas à manutenção do trabalhador rural em sua situação de assalariado do que para a reforma agrária propriamente dita, isto é, a transformação do trabalhador rural em camponês.

A teoria marxista foi abordada nos artigos *A dialética materialista*, de 1956; *Economia marxista*⁸¹, de 1959 e, de 1961, *Convivência pacífica*. No artigo de 1959 Caio Prado faz uma análise em que o centro da discussão está a leitura que os marxistas e os economistas ortodoxos (entenda-se liberais, fisiocratas e outros) fazem da economia, enquanto interpretação da economia capitalista, e do capitalismo, enquanto

⁷⁹ Como se sabe, são esses textos que compõem o livro *A questão agrária no Brasil*, editado em 1979.

⁸⁰ Caio Prado entra em choque com os que defendem a existência – predominante, diga-se – do camponês, próximo ao europeu ou asiático, no Brasil. Entretanto, afirma o autor, mesmo havendo os que trabalham sob o regime de parceria e meação, a regra, nas relações de produção no campo, é de assalariamento, ou seja, são relações capitalistas.

⁸¹ Conforme Skidmore (1982, p.423) esse artigo foi uma resposta crítica ao livro *Os dois Brasis*, de Jacques Lambert. Caio Prado, entretanto, afirma – sem fazer menção alguma ao livro de Lambert – se tratar de uma análise comemorativa aos cem anos da publicação do livro *Contribuição para a crítica da economia política*, de Marx.

fenômeno histórico e sócio-econômico ⁸². Já no artigo de 1961 Caio Prado aborda a *Declaração de Moscou* – documento resultante da Conferência de representantes de partidos comunistas, realizada em Moscou, em 1960 -, em que, afirmo de maneira genérica, está expressa a disposição dos comunistas e seus respectivos Estados de viverem pacificamente com os Estados capitalistas.

Vê-se, assim, que as classes sociais aparecem nos artigos de Caio Prado, na *RB*, apenas quando ele está propondo práticas que alteram a estrutura econômica do país, isto é, as classes são objetos de análise sistemática quando, e sobre isso já houve referência neste trabalho, se tem perspectivas de grandes transformações.

4.1 O arquivo pessoal de Caio Prado no IEB/USP: a descoberta de um escrito inédito sobre as classes sociais brasileiras

O arquivo pessoal de Caio Prado está depositado no *Instituto de Estudos Brasileiros* (IEB) da *Universidade de São Paulo* (USP) desde 2002. São 25 mil documentos, entre originais de livros, diários⁸³, correspondências, análises de jornais, fotografias, impressões de viagens, balancetes de suas firmas, relações de seus

⁸² Não cabe neste trabalho a discussão sobre a teoria econômica marxista. Procede, entretanto, destacar que no artigo em questão Caio Prado é categórico em afirmar que “o elemento básico de onde parte e em que assenta a análise e a estruturação teórica da economia marxista, são as *operações de troca* de bens econômicos entre indivíduos” (p.79, grifos do autor). Quero dizer, Caio Prado está em consonância com a leitura que faz sobre a teoria econômica marxista ao dar ênfase, em *FBC*, à produção de mercadorias para o mercado externo. Isto é, Caio Prado parte das trocas mas não dispensa a análise da totalidade econômica do capitalismo, composta por produção/circulação/consumo.

⁸³ Ver, sobre os diários políticos de Caio Prado, Lumatti (1998) e (2004).

imóveis entre outros. Esta variada documentação, no entanto, encontra-se⁸⁴ em fase de higienização e catalogação, e está sob coordenação do professor Dr. Paulo Teixeira Lumatti. Portanto, estava liberado para pesquisa parte dos documentos, das mais diversas naturezas. E foi nesses documentos passíveis de análise que encontrei dois textos inéditos de Caio Prado⁸⁵: *Esbôço para discussão*, datado de 1959 e *Uma política de soluções nacionalistas e democráticas*, sem data.⁸⁶ Ambos fundamentais para esta pesquisa, embora aquele mais do que este.⁸⁷

Antes de expor a análise do texto *Esbôço para discussão*, algumas questões parecem importantes de serem debatidas: por que Caio Prado não publicou o texto em questão se quando de sua escrita havia a *RB*? E, tratando-se de um texto sobre a revolução brasileira, por que não foi utilizado, por exemplo, no livro *ARB*? E ainda, o que teria levado Caio Prado a escrever um artigo em que aparecem os papéis de cada classe social na revolução brasileira após tantos anos em que seu foco foi a análise econômica, já que a sua desilusão com uma revolução proletária vinha desde a *Intentona Comunista* de 1935? Tenho algumas hipóteses.

Em relação à não publicação do referido esboço na *RB* a resposta parece estar no fato de que na década de 50, em especial, o tom da discussão foi a questão do

⁸⁴ Pesquisei o arquivo de Caio Prado em dois momentos: dezembro de 2005 e março de 2006. Portanto, estou me referindo à última pesquisa.

⁸⁵ Classifico-os de inéditos a partir de minhas pesquisas sobre Caio Prado, as quais realizo desde 2003, e nas quais nunca me deparei com esse texto. E também pela negativa do professor Paulo Lumatti de me permitir fotocopiá-lo uma vez que ele não os conhecia. Desta maneira, desde que os encontrei tenho tentado a liberação, com a filha de Caio Prado, a Danda Prado – já que a última esposa de Caio Prado justificou não ser ela a detentora dos direitos autorais de Caio Prado, mas a referida filha -, de que pelo menos o *Esbôço* constasse como anexo neste trabalho. Pela negativa poderei apenas citar trechos do texto em questão.

⁸⁶ Por estarem juntos e tratarem de assuntos até certo ponto correlatos, creio que o referido texto aparenta ser da mesma época do outro.

⁸⁷ Deterei-me apenas no primeiro texto citado porque o conteúdo do segundo é muito próximo ao dos encontrados nos artigos da *RB*.

nacionalismo econômico. Quero dizer, quando se retoma o que Caio Prado publica na *RB*, em 1959, isto é, *Os empreendimentos estrangeiros e o desenvolvimento nacional e Nacionalismo e desenvolvimento*, parece que a sua atenção está muito mais voltada para libertar a nação do que recuperar uma idéia (o proletariado urbano e rural como vanguarda revolucionária) do início dos anos 30.

Então presumo – já que de fato voltava à mente de Caio Prado discutir a revolução - que a conjuntura brasileira⁸⁸ e a pretensa conscientização do proletariado, de seu papel histórico de vanguarda, poderiam abrir novo ciclo revolucionário. Sete anos mais tarde, isto é, em 1966, Caio lança as bases teóricas e propositivas da revolução brasileira, incluindo o papel de cada classe.

Assim, talvez Caio Prado tenha deixado de lançar o referido artigo porque, em 1959, a revolução brasileira ainda estivesse distante e, distante também, o amadurecimento político do proletariado. Quero dizer, tratava-se de um desejo e não de uma realidade. O fundamental, ao que tudo indica, era propagar o ideal nacionalista buscando esclarecer - especialmente a classe política e os intelectuais – que sem a transformação da estrutura econômica nacional nada adiantaria ainda estar falando abertamente em revolução. Ainda mais Caio Prado que sempre deixou claro que setor fundamental da esquerda brasileira – entenda-se *PCB* -, isto é, os próprios teóricos do partido apresentavam uma visão dogmática da revolução a ser feita no país.

Quanto à possibilidade de Caio Prado utilizá-lo no livro *ARB*, julgo que sua decisão negativa se deve ao fato de que alguns pontos fundamentais do artigo, por

⁸⁸ Caio Prado ressalta que a partir dos anos 50 - até as vésperas do golpe de 64- o Brasil estava experimentando uma crescente democratização e o surgimento de partidos políticos , resultado do desenvolvimento capitalista, destinados a representar as classes sociais e suas frações.

exemplo, a definição de latifundiários para a classe da burguesia rural – como aparece no referido livro – não mais se encaixa em sua interpretação sobre a revolução brasileira. Ao mesmo tempo, no artigo de 1959, Caio condiciona o posicionamento dos latifundiários a favor do imperialismo por sua função econômica de agro-exportador, isto é, por sua situação de classe. Em 1966, no entanto, Caio Prado afirma, como se viu anteriormente na seção destinada à síntese do livro *ARB*, que os proprietários rurais - enquanto classe e categoria social - ignoram o imperialismo. Mudanças significativas, portanto, para quem, nos dois textos⁸⁹, está buscando os protagonistas e os obstaculizadores da revolução brasileira.

O fato dele não ter sido publicado, mesmo tendo a possibilidade de fazê-lo, não diminui a sua importância. É somente nele - e em um capítulo do livro *ARB* – que Caio Prado é explícito quanto aos papéis políticos das classes no processo de transição de uma economia colonial para uma economia nacional. Para ele,

A elaboração de uma política revolucionária para o proletariado tem que se apoiar, entre outras coisas, no conhecimento das classes e da super-estrutura da sociedade brasileira. São elementos imprescindíveis para determinar o grau de evolução social da nação [...] (PRADO JÚNIOR, 1959).

Dessa forma, a proposta de Caio Prado é realizar uma análise dos elementos superestruturais (ideologia das classes sociais frente a revolução, o papel do Estado,

⁸⁹ No livro *ARB* essas mudanças interpretativas estão justamente no capítulo em que Caio discute os papéis políticos das classes sociais brasileiras na revolução brasileira. Portanto, no artigo de 1959 e no livro de 1966 os objetivos são, em essência, os mesmos.

dos sindicatos, da Igreja entre outros) da sociedade brasileira para, somente assim, “[...] estabelecer as linhas mestras do caráter e da forma das transformações possíveis em sua estrutura” (PRADO JÚNIOR, 1959).

O que se vê, portanto, é que Caio desloca, em relação a toda a sua produção anterior, o elemento privilegiado de sua análise. Quero dizer, ao passo que nas leituras que precedem o referido texto, sobre sua realidade imediata e o passado colonial/nacional⁹⁰, o que Caio privilegia é a infraestrutura⁹¹ e neste a luz incide na superestrutura.

Antes de Caio Prado analisar a superestrutura nacional, ele afirma que o capitalismo nacional é recente e incompleto. Com isso, ao contrário do que ocorre nos países centrais do capitalismo, no Brasil “[...] surgem várias dificuldades para definir e analisar a estrutura de classe da sociedade [...]” (PRADO JÚNIOR, 1959). Entretanto,

as classes e camadas sociais que compõem a nação brasileira são basicamente as mesmas de qualquer sociedade capitalista pouco desenvolvida: grandes proprietários latifundiários, burguesia, pequena-burguesia, semi-proletariado e proletariado. Essas classes têm no Brasil suas peculiaridades, como de resto em qualquer país, peculiaridades determinadas pelo específico de sua formação histórica (PRADO JÚNIOR, 1959).

Definidas as classes sociais que se encontram na estrutura social brasileira, Caio Prado parte para a discussão de cada uma delas porque

⁹⁰ Excetuo, evidentemente, o livro *EPB*, cujo cerne é, de fato, a superestrutura colonial e nacional.

⁹¹ Não estou desprezando o fato dele analisar a política nacional, as leis, entre outros elementos superestruturais. Contudo estes temas estão subordinados à questão central que é a economia nacional (frente ao imperialismo).

Para identificar os seus aliados e seus inimigos, o proletariado tem que conhecer os interesses e a situação econômica das classes, suas relações mútuas e a diferenciação que se processa em cada uma delas. De posse destes dados, pode determinar com certa precisão a posição das classes em relação à revolução brasileira (PRADO JÚNIOR, 1959).

É certo que Caio Prado pensava, em fins da década de 1950 (sem saber, no entanto, quando ela ocorreria), em promover a revolução brasileira, isto é, entenda-se, transformações profundas na economia, na sociedade e na política brasileiras, num curto espaço de tempo, dentro, porém, das regras do liberalismo político e da economia de mercado (com restrições asseguradas pelo Estado). Entre as classes que obstaculizariam o processo revolucionário estariam a classe dos *grandes proprietários rurais* e parte da *burguesia* associada ao imperialismo e, os atores ativos da revolução, seriam compostos por parte da *burguesia* oprimida pelo imperialismo, da *pequena burguesia*, do *proletariado* e do *semi-proletariado*.

A visão negativa de Caio Prado quanto aos latifundiários não é exclusividade desse texto. É possível encontrá-la desde o seu ensaio inicial, de 1933, quando da análise da revolução da independência e do regime imperial. Embora eles estejam entre os grandes artífices da independência – e Caio reconhece -, no campo econômico, no entanto, são vistos muito mais como entraves ao desenvolvimento das forças produtivas no país. Caio Prado assim define a classe dos grandes proprietários rurais:

a) Os grandes proprietários latifundiários – São os grandes fazendeiros ligados à agricultura ou à pecuária, proprietários de imensos latifúndios que concentram em suas mãos a maioria das terras em exploração no país. É a classe mais

velha da sociedade brasileira, suas origens se perdem nos primórdios da era colonial. Depois da independência do Brasil manteve, durante o Império e nas duas primeiras décadas da República, o monopólio do Poder político. Hoje este monopólio já não existe – o Poder está dividido entre os latifundiários e a burguesia, as atuais classes dominantes no Brasil. Com o desenvolvimento capitalista no país, os latifundiários vêm sofrendo um processo de diferenciação: uma parte se aburguesa e outra, que diminui constantemente, conserva suas velhas características pré-capitalistas. Os grandes proprietários latifundiários se identificam por viverem da renda da terra, “tributo que a sociedade paga ao proprietário territorial”. São, em seu conjunto, a classe mais reacionária da sociedade brasileira, encarnam as relações de produção mais atrasadas, e quase sempre constituem um obstáculo à expansão das forças produtivas. Seus interesses econômicos entrelaçam-se, na maior parte das vezes, com os da grande burguesia comercial, exportadora e bancária e, eventualmente, com os da burguesia industrial. São fortes os seus laços com o imperialismo, estabelecidos através, principalmente, do comércio exterior e dos empréstimos estrangeiros ao Brasil, quase sempre realizados para satisfazer, em grande parte, os interesses dos latifundiários. Isto porém não exclui o fato de em determinadas conjunturas produzirem-se choques entre os interesses de setores latifundiários e os do imperialismo. Os interesses permanentes dos grandes proprietários latifundiários são incompatíveis com os da revolução brasileira (PRADO JÚNIOR, 1959)⁹².

Quanto à burguesia, o que a define política e economicamente é a sua relação com o imperialismo. Desta forma, para o autor, o caráter revolucionário ou reacionário da burguesia nacional vai depender da conexão que cada ramo econômico seu tem com o grande capital internacional, ou, de outra forma, se se trata de competir pelo mercado interno ou se a produção atende aos interesses externos do grande capital.

b) A burguesia - É constituída pela massa de centenas de milhares de industriais, de comerciantes e camponeses ricos. É uma classe de formação histórica recente e em ascensão, particularmente a burguesia industrial e a camponesa. A burguesia não é uma classe homogênea, passa por um processo de diferenciação constante, tanto mais intenso quanto maior sejam o desenvolvimento capitalista do país e a penetração do capital estrangeiro imperialista. [...] Esses interesses vão desde os da grande burguesia industrial, comercial e bancária, que têm em suas mãos o controle de uma importante parte da vida econômica e política do país, até a burguesia média, que luta

⁹² Em *HEB* (s/d, p.167) Caio Prado afirma que os grandes cafeicultores formaram a última aristocracia (política, econômica e social) brasileira, precedida que foi pela dos senhores de engenho e dos grandes mineradores.

muitas vezes com dificuldades para enfrentar as cargas tributárias e outros ônus econômicos. No que diz respeito às relações com o imperialismo, pode-se distinguir na burguesia brasileira dois setores bem diferenciados: um genuinamente nacional e outro que tem seus negócios ligados ao setor da economia nacional subordinado ao capital imperialista. O primeiro constitui a imensa maioria da burguesia brasileira; o segundo é integrado pela minoria que de uma forma ou de outra, tem seus interesses entrelaçados com os dos grupos imperialistas, na indústria, nos bancos e no comércio de importação e exportação. É óbvio que esses dois setores têm interesses contraditórios, muitas vezes antagônicos, e que entre eles passa a linha que divide a burguesia em duas partes, uma a favor e outra contra a política de subordinação ao imperialismo. Em sua imensa maioria, a burguesia brasileira, em busca de seus interesses objetivos, se situa no campo do anti-imperialismo. Mas é a burguesia industrial o setor mais dinâmico do capitalismo nacional e o que tem a maior área de atritos com o imperialismo, disputando com este o mercado interno e o orçamento cambial. A burguesia, tomada no seu conjunto, tem um duplo caráter. Pelo fato de pertencer a um país economicamente explorado pelo imperialismo é uma força revolucionária. Mas seu revolucionarismo é limitado, como o de toda classe exploradora. É também limitado pela sua fraqueza econômica e política e em virtude de seus laços com o sistema mundial imperialista. A aspiração da burguesia brasileira é por isso criar um Estado nacional independente em que ela seja a força dominante. Daí a preocupação em manter, sempre que lhe é possível, a luta nacional dentro de marcos bem limitados, a fim de evitar que ela tome uma feição democrática e popular e que culmine com a criação de um poder antiimperialista revolucionário, algo bem diverso do estado burguês nacional que aspira estabelecer. As limitações da burguesia já se manifestam hoje nos métodos vacilantes de luta com que procura enfrentar o imperialismo, bem diferentes dos empregados pelo proletariado e seus aliados mais próximos. Em certas circunstâncias essas limitações podem levá-la a vacilar e a trair a revolução, ou, na melhor das hipóteses, a chegar a acordos com o imperialismo. Em conclusão, pode-se dizer que a burguesia possui uma natureza contraditória - é capaz, em certas circunstâncias, de enfrentar o imperialismo, e em outras, conciliar com ele. O caráter conciliador inerente à burguesia só pode ser anulado pela pressão que sobre ela exerça as forças revolucionárias conseqüentes (PRADO JÚNIOR, 1959).

Diferentemente da grande burguesia, a pequena-burguesia é uma classe social bastante diversificada – em termos de ocupação e em relação à posse ou não dos meios de produção - que remonta ao período colonial, modificando-se ao longo da história, e aumentando em função do desenvolvimento econômico do país. Para Caio Prado, a referida classe tende a apoiar a revolução, embora isto dependa de alguns fatores, quer dizer, não se trata de uma classe geneticamente revolucionária.

[...] A pequena –burguesia - Pertencem à pequena-burguesia camadas como dos camponeses que possuem terra ou arrendatários, os donos de pequenas emprêsas artesanais, os donos de pequenos estabelecimentos comerciais, a maior parte da intelectualidade, os pequenos e médios funcionários e os pequenos e médios empregados. Também faz parte da pequena-burguesia a maioria da oficialidade das forças armadas. A pequena burguesia brasileira é historicamente mais velha do que a burguesia e o proletariado, suas origens remontam à época colonial. Naturalmente, tem sofrido mudanças quantitativas e qualitativas, apresentando características diferentes nos vários períodos de nossa história. Passa atualmente por um processo intenso de diferenciação, com movimentos em sentidos divergentes: uma minoria, que eleva o seu padrão econômico, aproxima-se ou ingressa na burguesia; e uma outra parte, a maioria, que se proletariza e vai engrossar as suas fileiras. Não obstante êste processo, a pequena-burguesia cresce numéricamente com o processo de desenvolvimento capitalista do país, desenvolvimento que se caracteriza por uma industrialização em que ainda é muito baixa a centralização de capitais. [...] A massa fundamental da pequena-burguesia encontra-se ou nos grandes centros urbanos ou nas pequenas e médias cidades da zona rural. Uma parte menor acha-se disseminada no campo. Esta é a pequena burguesia camponesa, no Brasil muito reduzida e fraca econômica e politicamente. Em razão disso vamos encontrar na própria formação de nossa massa camponesa, que não provêm, como por exemplo nos países europeus, do servo da gleba que, no curso do desenvolvimento da sociedade capitalista, se converte no pequeno camponês independente ou semi-proletário. Os camponeses brasileiros surgem em condições historicamente diferente (sic), isto é, sôbre a base de uma agricultura em grande escala voltada inicialmente para o mercado externo capitalista, ao lado da qual foi surgindo uma agricultura de subsistência para o mercado interno. A multiplicidade de categorias e camadas no seio da pequena burguesia faz com que sua atitude em relação à revolução varie de acôrdo com essas categorias e camadas. Sua posição, em conjunto, é favorável à revolução, seus interesses vinculam-se a ela. Mas a sua atividade maior ou menor depende da situação concreta do movimento revolucionário, com os seus fluxos e refluxos. (PRADO JÚNIOR, 1959)

Os semi-proletários também são, para Prado Júnior, uma classe social de posição dúbia quanto à revolução, embora esteja - por sua condição de classe - mais propensa à revolução e a acompanhar a classe revolucionária por excelência, qual seja, o proletariado.

[...] Os semi-proletários – O semi-proletariado é integrado por uma grande massa de trabalhadores urbanos e rurais – os camponeses pobres que trabalham fora de sua terra para completar seu orçamento, os artesãos pobres, os vendedores ambulantes, etc.. Situam-se entre a pequena-burguesia e o proletariado, constituindo a camada mais pobre da população. Nas zonas rurais localizam-se principalmente junto às zonas de grandes lavouras (café, cana de açúcar, cacau, arroz, etc.), onde alugam sua força de trabalho nos períodos anuais de maior atividade agrícola. Nos grandes centros urbanos, o semi-proletariado é constituído pela grande massa de sub-empregados crônicos, os chamados “biscateiros”, que completam o salário insuficiente que lhes fornece os empregos parciais com um tipo qualquer de atividade econômica própria; ou pelos pequenos artesãos que alugam sua força de trabalho para suprir os ganhos insuficientes auferidos com suas economias próprias. O semi-proletariado é composto por diferentes camadas, de condições econômicas diferentes, relacionando-se com isso a sua menor ou maior combatividade revolucionária. Acompanha muito de perto as ações revolucionárias do proletariado. (PRADO JUNIOR, 1959)

Tal como no marxismo mundial, o proletariado (no Brasil) – em especial os das grandes indústrias –, é, para Caio Prado, a classe mais revolucionária dentre todas. Encontrava-se, em 1959, unida e preparada para guiar as fundamentais transformações necessárias ao Brasil para sua libertação do jugo imperialista.

[...] O proletariado – É formado pelos operários das indústrias, os trabalhadores do transporte e os assalariados agrícolas. Os operários industriais e os trabalhadores de transporte encontram-se distribuídos principalmente nos seguintes ramos: indústria têxtil, metalúrgica, alimentícia, nas estradas de ferro, na navegação e nos transportes urbanos. Os assalariados agrícolas concentram-se principalmente nas zonas de cultivo do café, do açúcar, do cacau, do arroz e do trigo. Sobe a mais de 6 milhões o total dos trabalhadores assalariados do Brasil. Os trabalhadores urbanos (indústria e transportes) são calculados em cerca de 2 milhões. Os assalariados agrícolas somam mais de 4 milhões. A parte mais ativa do proletariado brasileiro, núcleo fundamental da classe, está localizado nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. São centros industriais de menor importância: Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador. De acordo com dados recentes, existem no Estado de São Paulo 53.143 estabelecimentos industriais, com 992.143 trabalhadores, responsáveis por 55%

do total do valor da produção industrial brasileira. No proletariado distinguem-se várias camadas. A diferença principal é a existente entre o urbano e o rural. No seio do proletariado industrial urbano nota-se duas camadas bem características: os das grandes empresas de mais de 500 operários e os das pequenas fábricas e oficinas. As estradas de ferro, as empresas urbanas de transporte e os portos são também importantes concentrações de massa trabalhadora. Os trabalhadores das grandes empresas são a camada politicamente mais ativa do proletariado, a mais susceptível à organização. Com o desenvolvimento econômico do país, principalmente nos anos de após guerra, está surgindo um proletariado qualificado, nos ramos mais novos da indústria brasileira, como a siderúrgica, a automobilística, a mecânica, etc. O proletariado industrial encarna as novas forças de produção, a forma de economia mais avançada, e é por essa razão, o elemento mais revolucionário da sociedade brasileira. Isto é particularmente evidente quando comparamos suas posições e métodos de luta com o de outras classes. O processo da luta revolucionária no país mostra que a classe operária é uma classe unida e a única capaz de ser consequente e levar ao fim as transformações revolucionárias necessárias a renovação da sociedade brasileira. De todas as classes da sociedade brasileira, é a classe operária, principalmente o proletariado da grande indústria, a mais apta a dirigir as forças revolucionárias.⁹³ (PRADO JUNIOR, 1959, grifo do autor).

Expostas as classes e camadas que constituem o Brasil dos anos 50, e apresentadas também as classes e camadas inclinadas à revolução e as classes e camadas indesejadas dela, Caio Prado parte para a exposição de outros elementos superestruturais, tais como o Estado, os sindicatos, a Igreja e os partidos políticos. O propósito é o mesmo quando do estudo das classes sociais: conhecê-los na tentativa de vislumbrar suas posições frente às transformações estruturais necessárias ao país.

⁹³ Essas afirmações de Caio Prado a respeito da inequívoca essência revolucionária do proletariado remetem, necessariamente, à recorrente discussão sobre o papel central, atribuído por Marx e por diversos marxistas, ao proletariado nas revoluções nacionais e mundial. Para alguns, Marx e os marxistas não padeceram desse determinismo, já que o papel de vanguarda revolucionária dependeria de práticas individuais que levariam à formação de uma classe, isto é, o proletariado se tornaria a classe revolucionária a partir de um processo de constituição enquanto classe social específica do capitalismo industrial. Para outros, o marxismo é racional-objetivista e coloca sim, de maneira determinista, o proletariado como a classe revolucionária por excelência. Ver mais sobre essas abordagens em Ridente (1994) e Reis (2004, p.51-67). Tratarei disso, em relação a Caio Prado, no último capítulo.

A análise de Caio Prado sobre o Estado nacional – e seu papel (político) na revolução⁹⁴ - segue um percurso histórico desde o período colonial, ou seja, mostra que, após libertar-se do jugo português, o Estado nacional atenderá aos interesses dos latifundiários escravocratas e que, com a proclamação da República, ele iniciará seu percurso para tornar-se um estado burguês; e, finalmente, com a Revolução de 1930, esse movimento se aceleraria.

Contudo, esse processo de modernização do Estado nacional, no atendimento das mudanças econômicas ocorridas no país ao largo do século XX, e, conseqüentemente, da classe social promotora da industrialização, em detrimento dos latifundiários, não representou a efetivação exclusiva dos interesses nacionais.

Atualmente o estado brasileiro representa os interesses dos latifundiários, dos setores capitalistas ligados ao imperialismo (comerciantes e industriais associados a capitais monopolistas estrangeiros), particularmente o norte-americano, e também a burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. Daí surgem contradições e tipos diversos de compromissos de classe no seio do próprio Estado. Os diferentes interesses de classe (muitas vezes contraditórios) representados nos órgãos do Estado encontram pontos de contacto e de acôrdo, mas, ao mesmo tempo, lutam entre si para impor determinados rumos à política estatal, chegando por vêzes a conflitos abertos, como, por exemplo, ocorreu em agosto de 1954 e em novembro de 1955. As fôrças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado, a burguesia e a intelectualidade pequeno burguesa, vêm impondo um novo curso ao desenvolvimento político do país, com o declínio da tradicional influência conservadora dos latifundiários. A tendência que predomina, neste novo curso é a democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas. É claro que esta marcha sofre muitas vêzes recúos, e isto se deve principalmente ao fato de ser justamente a fôrça mais vacilante – a burguesia – a que dirige o processo. O proletariado e a pequena-burguesia têm ainda uma ação intermitente: fazem o movimento avançar com maior vigor quando, em determinados momentos, compartilham da sua direção com a burguesia; outras vêzes, impotentes, deixam a liderança inteiramente com a burguesia, e nesses momentos o

⁹⁴ Parece ser necessário lembrar que Caio Prado vinha discutindo o papel do Estado na consecução das mudanças econômicas imprescindíveis à criação da economia nacional em seus artigos na *Revista Brasiliense*. Ver mais a esse respeito no item anterior deste capítulo.

movimento claudica, sofre as limitações e inconseqüências das forças que o dirige. Assim, a democratização do regime político do país, que tomou impulso com os acontecimentos de 1930, não teve o seu caminho em linha reta, mas, enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, sofre, em certo momentos, retrocessos ou mesmo interrupções, como sucedeu com o Estado Novo, com o golpe de 29 de outubro de 1945, com a ofensiva reacionária de 1947 ou por ocasião dos acontecimentos de agosto de 1954. Mas a tendência permanente é o processo de democratização. Vem se afirmando desse modo, no país, a legalidade democrática, que é defendida por amplas e poderosas forças sociais. A Constituição de 1946 marca uma etapa desse processo. Encerra traços reacionários que resultaram da correlação de forças existentes na época de sua elaboração (após o golpe reacionário de 29 de outubro de 1945) e expressam aspectos retrógrados da estrutura econômico-social brasileira. Ao mesmo tempo, nela estão consagradas as liberdades democráticas e os direitos sociais das massas alcançados após a derrota mundial do nazi-fascismo e do Estado Novo no país: liberdade de palavra, de imprensa, de reunião e organização, restabelecimento do Parlamento e o sufrágio universal, direito de greve, etc. As massas trabalhadoras das cidades têm obtido vitórias na luta para concretizar seus direitos já consolidados em lei, como a liberdade sindical, a previdência social e outros. A democratização da vida política do país chega mesmo às zonas rurais, onde a arbitrariedade dos grandes senhores de terra é obrigada a ceder terreno. Os atentados cometidos pelos elementos reacionários do aparelho de Estado contra as liberdades democráticas chocam-se com a resistência crescente das massas na defesa das liberdades e direitos constitucionais. O processo de democratização reflete-se no parlamento. É verdade que as forças reacionárias e pró-imperialistas (entreguistas) ainda aí possuem poderosas posições e conseguem impor decisões opostas aos interesses nacionais. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a aprovação do Acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos, com a rejeição de uma legislação social para os trabalhadores do campo e a cassação do direito de representação parlamentar para o P. Comunista. Porém não se pode negar que vem aumentando, nas sucessivas legislaturas, o número de parlamentares nacionalistas e democráticos, ou apenas sensíveis à pressão dessas forças, integrantes dos mais variados partidos. Isto indica o aumento da influência da burguesia – principalmente do seu setor industrial - nesses partidos e a utilização do voto por grandes setores das massas, particularmente do proletariado urbano e de grandes setores da pequena-burguesia, para apoiar uma política nacionalista e democrática. Se bem que o processo eleitoral ainda esteja submetido a restrições anti-democráticas, as massas têm conseguido influir na composição do parlamento nacional e outras casas legislativas, tornando-os sensíveis à sua pressão, que ela exerce através de ações extra-parlamentares. Desse modo já arrancou do poder legislativo importantes reivindicações de caráter anti-imperialistas, como o monopólio estatal do petróleo e as novas tarifas aduaneiras. (PRADO JÚNIOR, 1959).

Exemplos do caráter dúbio da participação da burguesia no Estado, em relação à constituição de uma economia independente, são, para o autor, os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

O processo de desenvolvimento capitalista e a participação da burguesia no poder do Estado vem se refletindo nos diferentes governos do país, a partir de 1930. Mas este fato se acentuou a partir da eleição de Getúlio Vargas, em 1950, e mais ainda com a eleição de Juscelino Kubitschek, em 1955. Em virtude do caráter da coligação que se surgiu, o governo de Kubitschek tomou um aspecto heterogêneo, mais caracterizado do que os precedentes com um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês. Sua composição é o resultado de um compromisso das duas alas que o integram. As contradições existentes no seio do governo se manifestam em todas as esferas de sua atividade. As vacilações de governos como os de J. Kubitschek não são apenas motivadas pela sua heterogeneidade. Traduzem igualmente a dualidade da burguesia, isto é, de um lado, fisionomia revolucionária, de classe oprimida pelo imperialismo, e de outro lado, sua falta de coragem para enfrentar o imperialismo e os reacionários, em virtude de sua fraqueza econômica e política e devido a não haver rompido seus laços econômicos com estas forças. Governos como o atual e o que lhe precedeu é bem provável que subsistam ainda por algum tempo: a dualidade irá desaparecendo na medida em que o proletariado for assumindo a direção da frente única anti-imperialista. (PRADO JÚNIOR, 1959)

Outra força social focalizada por Caio Prado são os partidos políticos, que derivam, isto é, sua multiplicidade, do desenvolvimento capitalista no país. É de se notar, no entanto, a mudança de olhar sobre os partidos quando se compara o livro *ARB* e o artigo em questão. Naquele o tom é de crítica aos partidos políticos, inclusive ao *PCB*, embora por razões diversas. O que se questionou foi a prevalência dos interesses privados, de grandes chefes políticos, impedindo, dessa forma, de congregar os indivíduos levando-se em conta suas posições político-ideológicas⁹⁵.

⁹⁵ Ver mais a esse respeito nos artigos *A política brasileira* (*RB*, nº8, nov/dez de 1956, p.7-15) e *Panorama da política brasileira* (*RB*, nº38, nov-dez de 1961).

No artigo em questão, no entanto, Caio Prado ressalta a pluralidade partidária como um amadurecimento das forças sociais brasileiras e conseqüente atendimento de interesses classistas e não particularistas.

À medida que o capitalismo se desenvolve no Brasil, os partidos vão adquirindo maior expressão como representantes das classes sociais ou de frações dessas classes. Os partidos políticos já não são mais meros ajuntamentos ocasionais de políticos, apesar da heterogeneidade e divergências que neles proliferam. São organizações com estrutura nacional, que procuram apoio nas massas, desenvolvem trabalho permanente de propaganda e de arregimentação de eleitores e novos adeptos. A grosso modo pode-se agrupar os partidos brasileiros da seguinte forma: partidos da burguesia conservadora e grandes latifundiários –UDN, PSD, PR, PL; partido da burguesia industrial e nacionalista – PTB, PSP e outros menores; partido do proletariado revolucionário – PCB. A UDN, o PSD, o PL e o PR constituem o grupo de Partidos da direita; o PTB, o PSP e a Ala Moça do PSD constituem o centro; o PSB, o PCB e uma fração do PTB constituem o grupo de esquerda. Essas diferenças têm na prática da vida política do país um valor relativo, valem apenas para determinar as grandes linhas de ação dos partidos. Isto se deve à pouca maturidade dos partidos políticos, fato que se relaciona com o grau incipiente de desenvolvimento capitalista no Brasil. A verdade é que existem elementos democratas e nacionalistas, que formam na ala esquerda da frente única, em todos os partidos. Outra peculiaridade a assinalar é a de que, em virtude da extrema desigualdade de desenvolvimento que se verifica entre as diferentes regiões do país, os partidos, os partidos não puderam ainda superar as divergências, por vezes agudas, que lavram entre as suas ações estaduais e até mesmo municipais. É um aspecto que tem de ser considerado para compreender as variações de orientação entre os seus diretórios nacionais, estaduais e municipais. Particularizando mais o assunto, pode-se afirmar que os partidos que possuem maior base popular nos centros urbanos apresentam uma tendência nacionalista mais acentuada. É esta a situação do PTB, PSB e PSP. A verdade é que os chamados partidos conservadores vem perdendo força, a partir de 1945, de eleição para eleição, para os partidos populistas. (PRADO JÚNIOR, 1959).

Logo a seguir ele enfatizará a existência de outras organizações ativas e influentes na política, economia e sociedade brasileiras, quais sejam, os sindicatos, a igreja (católica), as forças armadas e as associações culturais.

Os sindicatos são dessas organizações as mais importantes. [...] Sua influência indiscutível sobre a vida da nação, é um índice da atividade política crescente das massas trabalhadoras brasileiras. Em determinados momentos, como em agosto de 1954, fizeram com a sua ação, a balança política pender para o lado da democracia e do nacionalismo. [...] Depois de 1930, com o crescimento do proletariado industrial e o incremento da luta de classe no país, as classes dirigentes brasileiras iniciam grandes esforços (principalmente com a criação do Ministério do Trabalho) para colocar o movimento sindical sob sua direção. Esse trabalho dá frutos, e surge em consequência, uma importante corrente de tendência reformista no movimento sindical, ao lado da revolucionária, inicialmente quase exclusiva. Os anos do Estado Novo ajudaram a reforçar a influência reformista nos sindicatos. Com a democratização do país, ao terminar a segunda guerra mundial, a vida sindical brasileira ganha novo ímpeto e torna-se mais nítida a linha divisória entre as tendências reformistas e as revolucionárias. Hoje os sindicalistas revolucionários continuam a manter nos sindicatos fortes posições, porém não são menos fortes as posições dos reformistas. A pressão de baixo, em momentos de luta sindical acesa, impulsiona a atividade sindical em torno de ações concretas. [...] O movimento sindical [...] já definiu sua posição favorável à manutenção do monopólio estatal do petróleo, pela defesa da indústria nacional, contra a concorrência imperialista, pelo reatamento de relações diplomáticas com todos os países socialistas, em favor de reivindicações das massas camponesas, etc. O exército brasileiro tem grande influência na vida da nação. E isto em virtude de duas razões principais: a composição social de sua oficialidade, em sua maioria formada de elementos das classes médias, e as suas tradições democráticas. Ultimamente estas tradições ressurgiram, com o aparecimento, no seio da oficialidade de uma forte corrente nacionalista, que tem sido, juntamente com o movimento estudantil, a frente parlamentar nacionalista e o movimento sindical, o mais forte apoio ao movimento da resistência ao imperialismo. As demais forças armadas – marinha e aeronáutica – tem caráter mais conservador. A Igreja Católica [...] é uma das forças mais ativas da vida política e social brasileira. A Igreja, que com a proclamação da República foi separada do Estado, nunca perdeu de todo o controle de certos setores do aparelho de Estado. [...] Nos últimos tempos, entretanto, nota-se, principalmente por parte da alta hierarquia eclesiástica, uma tentativa aberta de aumentar sua interferência nos assuntos do Estado. Embora a Igreja de um modo geral seja uma força reacionária, obscurantista, não se pode deixar de reconhecer que existem nela setores liberais, alguns elementos nacionalistas, principalmente no clero mais humilde ligado ao povo e entre a intelectualidade católica. (PRADO JÚNIOR, 1959)

Apresentados fragmentos do texto inédito de Prado Júnior, conclui-se haver nele coerência com o conjunto de seu pensamento constantes em seus livros anteriores e

artigos publicados na imprensa e na *RB*. Quero dizer, seu projeto político é o mesmo, isto é, concretizar uma economia voltada aos interesses da população; seu programa também, abarcando a luta contra o imperialismo e conseqüente desenvolvimento do sentimento nacionalista, ampliação da participação popular na vida política brasileira entre outros.

Da mesma maneira, pode-se afirmar que o marxismo de Caio Prado é, mais uma vez, agora em *Esbôço para discussão*, um marxismo estritamente marxiano, ou seja, trata-se de encontrar na evolução do capitalismo no Brasil as modificações verificadas nas classes sociais, nos partidos, no Estado, ou seja,

Vê-se, pelo que acima foi dito, como o desenvolvimento capitalista (e as mudanças que provoca na infra-estrutura econômica do País) determinou modificações no caráter do Estado nacional, das instituições e idéias da sociedade brasileira. Pode-se, de um modo geral, afirmar que há uma estreita relação entre o nosso processo de desenvolvimento econômico e a acentuação da tendência de resistir e liquidar com uma política de subordinação nacional ao imperialismo. (PRADO JÚNIOR, 1959)

CAPÍTULO II

PROJETO E PROGRAMAS POLÍTICO-ECONÔMICOS: DEFINIÇÕES E METAS PARA SE CONSOLIDAR A NAÇÃO

2.1 Nacionalista? Reformista? Socialista? Modernizador?: a (im)possibilidade de adjetivação do projeto e dos programas político-econômicos de Caio Prado Júnior

O projeto e os programas político-econômicos de Caio Prado foram tratados, até estas linhas, subordinados às diferentes discussões apresentadas ao longo da *Introdução* e do *Capítulo I*, exigindo, desta forma, uma abreviação. De agora em diante, no entanto, eles serão abordados sistematicamente. Quero dizer, recuperadas as conclusões obtidas na Dissertação de Mestrado (*Introdução*) e finalizada a abordagem ao conjunto da obra de Caio Prado (*Capítulo I*) – em especial a análise das classes sociais – é possível, agora, discuti-los com vagar, em especial o programa. Isto porque o projeto já foi explicitado desde o início desta *Tese*.

Antes, porém, faz-se necessário retomar a diferenciação essencial entre *projeto* político-econômico e *programa* político-econômico e, ainda, examinar se é possível enquadrar, nomear ou classificar o projeto e as propostas políticas do autor em revista.

Parece satisfatório iniciar o tratamento das diferenças entre *programa* e *projeto* buscando compreender as suas naturezas, isto é, *projeto* e *programa* comportam teoria e prática? Creio que somente o programa.

No caso do projeto, trata-se exclusivamente de uma teorização acerca de uma perspectiva futura. Quero dizer, diz respeito – e ele sempre enfatiza isso – a um determinado método que garanta uma teorização confiável. Nele seu procedimento está ligado, em primeiro lugar, ao entendimento da realidade, a passada e a presente, porque esta deriva daquela. É, para o autor, somente a partir da constatação da realidade – e não pelo uso de teorias acabadas, conceitos elaborados *a priori*, para uma realidade que não a nossa⁹⁶ - é que se pode, de fato, realizar uma teoria sobre o que se espera do futuro, no caso, o brasileiro. Um projeto, portanto, a ser efetivado após a prática programática.

O programa político, por sua vez, compreende – feita a teorização do projeto – as etapas teóricas e práticas. Explico: trata-se, num primeiro momento, de formular, com base no projeto, as ações necessárias para a sua efetivação. Em seguida, portanto, vem o momento de se praticar as propostas programáticas. É nesta etapa que

⁹⁶ Essa crítica de Caio Prado é bastante antiga, já aparece em *EPB*, e é sempre direcionada aos teóricos da esquerda nacional que insistem em adequar teorias estrangeiras a uma realidade bastante diversa da brasileira. O auge dessas críticas é encontrado no capítulo II do livro *ARB*. Aliás, não é só Caio Prado que critica a importação de modelos incompatíveis com nossa realidade. Pensadores conservadores e autoritários, como Oliveira Vianna, também procedem assim. Ver mais em Hanna (2002).

os papéis serão desempenhados pelas classes sociais, partidos, Estado e outras instituições engajadas na consecução do projeto nacional.

Caio Prado parece ter seguido esse movimento. Se se vai à essência do conjunto de sua obra, o que se verifica – como salientei em um outro momento – é o movimento pragmático de se voltar para o passado para compreender seu presente e propor a construção de um futuro autônomo para o país. Ou ainda, análises elaboradas para se entender o seu presente – embora este seja determinado pelo passado - para se propor o futuro, traçado⁹⁷ que está, por seu projeto político. Refiro-me, no primeiro caso, ao conjunto historiográfico do autor e, no segundo, aos seus escritos na imprensa e na *RB*⁹⁸.

Assim, valendo-se mais uma vez de Castoriadis (1982), o projeto político elaborado por Caio Prado seria o ponto de chegada da nação brasileira. Portanto, é algo que não sofre mutação ao longo do tempo. Tanto é assim que ele foi elaborado em 1935 e não sofreu alterações posteriores, nem com as substanciais mudanças sócio-econômicas e políticas ocorridas entre os anos 30 e 60.

Quando se pretende compreender a concepção de História em Caio Prado, em especial com relação ao seu componente teleológico, e em ligação com Marx e sua postura também *finalista* da História, posso afirmar que o segundo tem como projeto político imediato o socialismo e, o primeiro, a independência econômica nacional. Desta

⁹⁷ O determinismo a que me refiro são as possibilidades do devir histórico que podem redundar na consecução de seu projeto político.

⁹⁸ Reforço a discussão realizada na *Introdução* de que em Caio Prado se verifica um pensamento teleológico em relação à História (do Brasil), isto é, o sentido da história deve ser apreendido com uma análise do passado e do presente para se construir a rota para o futuro. O passado determina o presente (basta lembrar que no livro *FBC* o autor vai ao início do XIX para encontrar as determinantes do Brasil contemporâneo a ele) e determinará o futuro se medidas concretas de correção da estrutura determinante – no caso aqui em especial da estrutura econômica - não forem praticadas.

maneira, o *fim* da História se dará para este quando as contradições do capitalismo garantirem o surgimento e consolidação do socialismo – etapa anterior ao comunismo – e, para aquele, quando o Brasil completar a transição colônia/nação. Somente com essas concretizações é que o passado deixará de determinar o presente: será o momento em que o presente dominará o passado e se iniciará uma nova etapa a Humanidade, isto para Marx e, para Caio Prado, da nação brasileira. Assim, o *fim da História* significa, na verdade, o início de novos tempos.

Portanto, a essência do projeto político de Caio Prado está consubstanciado, como salientei, na década de 1930, quando o autor afirma que a independência definitiva do país só ocorrerá quando conseguirmos garantir a sincronia entre produção/consumo dentro do país. Desataria, dessa forma, o nó que impede a consolidação da nação, qual seja, uma produção desvinculada das necessidades de consumo da população brasileira e, portanto, direcionada que está para atender as exigências internacionais por matérias-primas e necessidades do capital estrangeiro. Assim, em toda a obra posterior (aos anos 30) de Caio Prado seu objetivo imediato nada mais é do que compreender a História do Brasil - passada e presente – com uma finalidade política.

O fato de a realidade brasileira ter mudado significativamente ao longo dos anos 40/ 70 do século passado – e, ao contrário do que dizem alguns de seus críticos, Caio Prado ter diagnosticado as mesmas – e não ter redundado, no entanto, em uma transformação significativa da economia nacional – e nem em seu pensamento – deve-se à industrialização não apresentar como seu alicerce o capital nacional e não se direcionar para atender ao máximo as necessidades da população brasileira. Ao

contrário: a industrialização do país, a partir dos anos 50, será praticamente realizada por multinacionais, isto é, pela livre iniciativa privada internacional, preocupada que está, como afirma o autor, apenas com o lucro e não com as necessidades da população brasileira: a industrialização do chamado *Terceiro Mundo* se dará na *era de ouro* do capitalismo, conforme denominou Hobsbawm (1995, p.223-392)⁹⁹; sem a intervenção estatal, o que garante a supremacia dos interesses das grandes corporações; com a remessa de lucros para o exterior, impedindo investimentos internamente.; continuou-se dependendo do capital internacional e o câmbio nos era desfavorável para atender aos interesses do centro do capitalismo. Portanto, o projeto político de Caio Prado ficou imune às modificações porque a estrutura da economia nacional permaneceu, conforme o autor, subordinada ao imperialismo. Não se trata, portanto, de utopia ou fraqueza interpretativa. Trata-se, isto sim, de absoluta concordância entre a sua análise da realidade nacional com seu projeto político e sua teoria da história do Brasil.

Quanto à possível classificação do projeto e programas político-econômicos de Caio Prado parece ser razoável denominá-los de nacionalistas, ou seja, um nacionalismo essencialmente econômico¹⁰⁰, de libertação nacional do jugo imperialista. Trata-se de um nacionalismo forjado nos anos 30 – e não apenas na década de 50, momento em que para ele esse pensamento político está extremamente presente no país, como afirmam alguns de seus analistas -, dentro das premissas da *Aliança Nacional Libertadora* (do Brasil do imperialismo). Desse ponto de vista, a retórica de

⁹⁹ Valiosa análise dos *ciclos sistêmicos de acumulação*, não somente do século XX, mas desde o século XIV, pode ser encontrada em Arrighi (1996).

¹⁰⁰ Ver mais em Jaguaribe (1958, p.12) e Skidmore (1982, p.124-133).

Caio Prado e dos intelectuais que estão em sua órbita é de que não teríamos outro caminho para a superação de nosso atraso a não ser propagando uma consciência nacional disposta a romper com a dependência estrutural da economia brasileira aos interesses externos e contrários a ela. Trata-se, portanto, de um nacionalismo específico, centrado na economia.

Com efeito, diz respeito, também, a um projeto político-econômico a ser realizado dentro de algumas perspectivas capitalistas e não socialistas. Basta pensar que Caio Prado pretende com seu projeto – além da libertação econômica, e como resultado desta – garantir à população marginalizada (setor inorgânico da população) acesso às conquistas materiais e culturais obtidas dentro do capitalismo, bem como a participação política dentro de um regime democrático, isto é, inserido na representatividade do Estado burguês.

Não se trata mais uma vez, entretanto, de um marxismo estranho. Ao contrário, está em pleno acordo com as perspectivas teóricas de Marx quanto ao imprescindível desenvolvimento do capitalismo como o motor das contradições que engendrariam a possível superação desse modo de produção, bem como a formação de uma classe proletária com ideais revolucionários. Da mesma maneira em relação ao Estado. Ambos visualizam que o Estado tem papel fundamental na implementação das mudanças necessárias para, no caso de Marx, construir uma economia em que os meios de produção pertençam ao Estado, transitório e necessário que é na fase do socialismo e, em nosso autor, para garantir o direcionamento da produção nacional aos interesses da população. Assim, ambos não prescindem nem do amadurecimento das forças

produtivas e das relações de produção engendradas no capitalismo, tampouco do papel do Estado como um mediador e promotor da economia.

Portanto, para Caio Prado não se trata de se concretizar um projeto político para garantir a revolução democrático-burguesa e posteriormente a socialista. No caso da primeira, desnecessária porque não é preciso solapar os restos feudais das relações sociais de produção, já que nascemos dentro do capitalismo comercial e nunca fomos feudais. Nem tão pouco uma revolução socialista, com a tomada do poder e a derrubada do Estado, porque o país não se apresenta com um capitalismo maduro o suficiente para engendrar as relações sociais responsáveis pelo aparecimento de classes sociais destinadas a comandarem a revolução socialista.

O necessário, primeiramente, é garantir a independência nacional com o desenvolvimento da totalidade interna produção/circulação/consumo. Quero dizer - retomando o que já foi exposto-, que a revolução que Caio Prado prega no livro *ARB* - mesmo que ele afirme ser possível somente nomeá-la após a efetivação dos seus resultados – é iminente pelo fato das condições sociais, políticas e econômicas estarem favoráveis a uma brusca ruptura com o passado. Revolução significa, portanto, na verdade, superar o atraso econômico-social que caracteriza a formação histórica do país.

2.2 O que se deve fazer para se consolidar a economia nacional: metas e programas

Como se viu anteriormente, ao passo que o projeto é permanente, os programas, levando-se ainda em conta Castoriadis (1982), é algo passageiro, efêmero, condicionado pela conjuntura. Muda, portanto, em função da dinâmica da realidade imediata. Por isso é possível detectar em Caio Prado uma variação em seu programa político-econômico – em especial no que toca a questão agrária -, entre as décadas de 1940 e 1960, expressa especialmente na *RB* e no livro *ARB*, quando comparado com o seu programa original contido no manifesto da *ANL*¹⁰¹. Entretanto, em nenhum dos dois momentos há significativas mudanças de perspectivas quanto ao caráter do programa, quer dizer, tratam-se de ações de cunho nacionalista, buscando não apenas o progresso econômico nacional como a melhoria de condição de vida do povo brasileiro.

O programa da *ANL*, como salientei anteriormente, evoca dois pontos fundamentais, quais sejam, lutar contra o imperialismo e o latifúndio. Quero dizer: trata-

¹⁰¹ Embora seja um programa de uma organização política e não de um indivíduo isolado, é evidente que Prado Júnior comungava dele. Vale lembrar, inclusive, que a redação do mesmo ficou a seu cargo,

se de um programa político-econômico que busca agir contra o predomínio dos interesses dos países centrais do capitalismo, em oposição aos interesses nacionais, e a destruição dos latifúndios – que servem ao imperialismo porque é dessa estrutura agrária que emergem as forças políticas conservadoras e se garante a produção de gêneros primários para a exportação - e a entrega das terras aos camponeses¹⁰². O que está se enfatizando no programa, na verdade, são os entraves a serem transpostos para o desenvolvimento de uma economia nacional, ou seja,

a solução de nossos problemas está numa transformação profunda da estrutura econômica do país. Sem isto nada se fará de realmente útil. [...] Contra isso levantam-se dois obstáculos: de um lado o regime agrário, organizado para ser o que somos: uma colônia fornecedora de matérias-primas e incapaz, portanto, de servir de fundamento a uma vida econômica nacional. De outro, a penetração imperialista, que longe de favorecer nosso desenvolvimento, tem todo o interesse em nos manter na situação atual, que é condição necessária da perpetuação de seu domínio (Prado Júnior, 1987, p126-127).

Assim, detectados os empecilhos para uma mudança profunda em nossa estrutura econômica, Caio Prado apresentará as soluções para eles. Elas envolvem ordens programáticas de duas naturezas, embora entrelaçadas: no âmbito econômico e no político.

¹⁰² Mostrarei, mais adiante, que Caio Prado deixa de considerar a população rural como camponesa e passa a tratá-la como assalariada. Isto, certamente, significa uma mudança em seu programa inicial e a necessidade de se traçar uma outra estratégia programática de ação que garanta o sucesso de seu projeto político.

Quanto ao programa econômico da ANL, visualiza-se, de imediato, a necessidade de se estancar a penetração imperialista no país, desenvolver a indústria nacional e realizar a reforma agrária.

A solução de nosso problema agrário e a criação de uma economia nacional e progressista só podem ser obtidas com a transformação do próprio regime agrário, isto é, pela abolição do sistema de fazendas e grandes propriedades e entrega de terras aos camponeses [...] A transformação de nosso regime agrário não será, não pode ser obra do simples jogo de fatores naturais. Ela exige a intervenção política do Estado. A divisão da propriedade no Brasil não pode ser deixada à simples evolução espontânea, que nunca a provocará, mas terá que ser forçada por medidas políticas e legais [...] Na economia mundial contemporânea o Brasil não representa apenas o papel secundário e colonial de produtor de matérias-primas destinadas ao mercado internacional. Representa ainda o de campo de aplicação do capital imperialista [...] Não podemos continuar neste passo, cedendo ao imperialismo, de mão beijada, todos os nossos recursos. O mal precisa ser cortado pela raiz. [...] É por isso que a A.N. L. inscreveu no seu programa a anulação das dívidas estrangeiras e a nacionalização das empresas imperialistas (PRADO JÚNIOR, 1987, p.127-134).

As propostas estritamente políticas, contidas no *Programa* redigido por Caio Prado, atentam para a subordinação que a política nacional está em relação ao sistema agrário e ao imperialismo, ou seja, a estrutura econômica brasileira assentada nesses elementos, que representam os entraves à consolidação da economia nacional, é que determinam a precariedade da política do país, ou seja,

[...] Ninguém se iludirá por certo com estas instituições de fachada, como eleições e representações “democráticas” em nossos parlamentos. Se formos aos fatos, havemos de verificar que toda a política brasileira gira em torno desta hierarquia de “chefes” locais, que vai desde o chefe do distrito ou município, até os grandes “pagetes” de zonas. É das alianças e acordos, das rivalidades e das lutas destes chefes que sai toda a atividade política brasileira [...] Isto quanto à

política dos estados. Quanto à federação, ela não se faz senão na base desta política estadual [...] Qual o caráter desses chefes? Na sua maioria são fazendeiros ou elementos ligados diretamente aos fazendeiros [...] Em última análise, todos os chefes locais brasileiros possuem essa base fundiária, na qual assentam seu prestígio e sua força. Compreende-se muito bem que uma política assim constituída não pode servir de arma de luta contra o regime agrário do país, porque é nele justamente que ela se apóia. [...] O outro fundamento da política nacional é o imperialismo. É o capital estrangeiro que a muito tempo vem financiando a administração brasileira. [...] A nossa política se prende organicamente ao banqueiro internacional que lhe serve de sustentáculo financeiro. Não é de se admitir por conseguinte que se volte contra ele. Como se vê, as duas bases principais em que se assenta a política atual brasileira constituem barreiras intransponíveis opostas a reformas de nossa estrutura econômica [...] é preciso substituí-las, recorrer a outras forças, se não quisermos a manutenção das condições atuais. E isto não será possível senão através de uma democratização cada vez maior de nossa organização política. Som a intervenção direta e efetiva da grande massa popular brasileira logrará orientar nossa política por novos rumos [...] E é por isso que a A. N. L., pondo-se à frente daquele movimento de reformas, inscreveu no seu programa a defesa e a ampliação das liberdades populares. Isto porque essas liberdades amplas são a arma de que se utilizará a democracia brasileira para chegar a dominar realmente no país. [...] E que significa “praticar a democracia” senão conceder ao povo liberdades de que ele precisa para agir, manifestar e influir na política e na administração do país? (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 134-135).

Todos os principais pontos do *Programa* da ANL sistematizados por Caio Prado Júnior em 1935 – com exceção da questão agrária -, quais sejam, no âmbito econômico, o desenvolvimento da indústria nacional, fragmentação dos latifúndios, nacionalização das empresas estrangeiras e não pagamento das dívidas contraídas com os países ricos e, na esfera política, garantir a democratização do país, com a participação popular no encaminhamento das mudanças econômicas, serão também, os do Caio Prado Júnior enquanto intelectual independente.

Assim, faz-se necessário, neste instante, para se compreender as propostas de Caio Prado nos anos 50/60, voltar a discutir seus artigos editados na *Revista Brasiliense*, em especial aqueles referentes à temática do nacionalismo econômico, da

política brasileira e da questão agrária, bem como o livro *A Revolução brasileira*. O que se verificará nesses escritos é, na verdade, a ampliação do programa proposto no *Programa da Aliança Nacional Libertadora*.

Portanto, na consecução do projeto político de Caio Prado as propostas programáticas se circunscrevem em fortalecer o nacionalismo, os partidos políticos (e o Estado progressista e popular), ampliar a democracia e estender as leis trabalhistas aos assalariados do campo e garantir emprego e trabalho ao conjunto da população brasileira.¹⁰³ A efetivação do projeto econômico requer, em contraste com o programa político, uma quantidade consideravelmente maior de ações que, no entanto, estão sujeitas a duas diretrizes básicas, quais sejam, a intervenção do Estado na economia e a industrialização brasileira.

Antes de abordar os referidos programas político-econômicos são necessários alguns esclarecimentos quanto ao fato de haver ou não a possibilidade de se construir uma argumentação que encadeie as propostas econômicas e políticas e, ainda, ressaltar que embora estejam sendo abordadas separadamente as ações políticas das econômicas elas, contudo, formam um todo que representariam a consolidação da nação nos termos em que foi pensado o projeto político-econômico de Caio Prado.

Há sim, a meu ver, a possibilidade de encontrar um ordenamento, se não geral, pelo menos inicial - nas ações propostas pelo intelectual em questão. Salvo engano, a

¹⁰³ A extensão dos direitos trabalhistas já obtidos pelos trabalhadores urbanos aos assalariados rurais requer, necessariamente, uma intenção política. Entretanto, obtidos os direitos trabalhistas por parte da população rural, a incidência dos resultados recaíra quase que totalmente na economia (maior consumo dos que, naquele momento, representam maior parte da população brasileira) e, ainda, no campo sócio-político devido à melhora da condição de vida. Pode-se afirmar, também, que isso ocorre em relação ao nacionalismo. Ao se tornar uma corrente de opinião suficientemente influente, as reverberações serão sentidas nas atitudes do Estado em proveito do desenvolvimento de uma economia nacional.

proposta que julgo ser a desencadeadora das demais – não arbitrariamente, mas em acordo com a trajetória do seu pensamento – reside na ampliação do pensamento nacionalista na sociedade brasileira, ou seja, tornar o nacionalismo (econômico) como o norteador das demais ações políticas e econômicas.

Podem ser suficientes para demonstrar essa afirmação pelo menos três situações: a mudança de foco entre o primeiro e o segundo livros de Caio Prado; suas idéias constantes no *Programa da Aliança Nacional Libertadora*; e o *Manifesto de Fundação da Revista Brasiliense*.

Assim, resumidamente – porque se trata de recapitulação do que já se tratou neste trabalho – o Caio Prado que transparece em *EPB* é um intelectual preocupado com a revolução – em sentido tradicional – e o Prado Júnior visível em *FBC* já é alguém centrado em garantir a liberdade econômica do Brasil; Caio Prado perde sua crença na efetivação da revolução proletária após o fracasso da *Intentona* e passa a perseguir o propósito da libertação econômica nacional, expresso que estará no *Programa da ANL* e na definição do *sentido da colonização*; por último, o fato dele direcionar grande parte de seus artigos escritos na *RB* a debater sobre o desenvolvimento econômico brasileiro sobre bases nacionais e, esperando que isso ocorra, tratará da importância do pensamento nacionalista para a libertação nacional já em seu primeiro artigo, qual seja, *Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros* (1955, nº2, p.80-93). Portanto, o nacionalismo, “[...] como um setor ideológico bem claro, nítido, e com um programa se não perfeitamente delineado, pelo menos suficientemente definido [...]” (PRADO JÚNIOR, nº2, nov/dez 1955, p.80) deve ser encarado como o desencadeador das ações antiimperialistas.

Com efeito, a efetivação do nacionalismo como uma corrente de opinião pública de relevo exige a ampliação da participação política de parcela significativa da sociedade, garantindo, com isso, um maior controle sobre o Estado no direcionamento de suas políticas para o desenvolvimento nacional.

A integração da população na vida política brasileira deve, entretanto, ser subordinada aos *orientadores* inseridos - e isto é fundamental - nos partidos políticos, os quais precisam ter, dessa maneira, em seus quadros, intelectuais capazes de esclarecer a ação política conveniente à libertação nacional ¹⁰⁴. E tais premissas são, para ele, exatamente o oposto do que está ocorrendo no Brasil nos tempos de *JK* e Jânio Quadros¹⁰⁵, porque

o espetáculo que oferece a política brasileira no momento atual é lastimável. Atravessamos uma época difícil, tanto pelo aguçamento da crise econômico-financeira [...] quanto pela complexidade e variedade de problemas fundamentais que o país enfrenta [...]. O certo é que as instituições políticas brasileiras se acham desconjuntadas. A sua base social que são ou deveriam ser os partidos não passam de agrupamentos heterogêneos e fortuitos [...]. Para que os partidos brasileiros se tornem dignos [...] é preciso que afirmem sua personalidade independente dos indivíduos que o compõem e eventualmente os representam. [...] Um programa de partido ou uma plataforma de governo devem dar resposta cabal e tão explícita quanto possível àquelas questões econômicas e sociais que se propõem mais agudamente na consciência popular. A legitimidade dos partidos políticos e o valor de seus dirigentes se medem pela capacidade de apresentarem aquelas questões, darem-lhes forma expressiva e nítida, e lhes oferecerem soluções a serem submetidas à vontade e decisão popular [...]. O que está em jogo é saber qual o tipo de relações que mais nos convém com as grandes organizações financeiras internacionais, uma vez que relações havemos de ter [...] Em suma, todos estamos de acôrdo [...] em que devemos estruturar a nossa convivência financeira e econômica internacional da melhor maneira possível para os interesses brasileiros. É isso

¹⁰⁴ Isso está claro para Caio Prado desde sua inserção no *PCB* e, como adiantei anteriormente, a primeira discussão a esse respeito se encontra em *EPB*.

¹⁰⁵ É preciso apagar as dúvidas de que haja uma discrepância entre essas afirmações e as quais destaquei em seu escrito inédito de 1959. Sua visão da precariedade da vida político-partidária brasileira está expressa de maneira enfática em *A política brasileira* (nº8, nov/dez, 1956) e em *A lição das eleições de 3 de outubro* (nº20, nov/dez, 1958).

que constitui a essência do nacionalismo econômico [...] Cabe aos partidos transpor essas questões para o plano político, dar-lhes uma elaboração teórica adequada e submetê-las assim ao debate público e à opinião do país. É somente assim que irá se formando um pensamento coletivo e uma cultura popular capazes de orientar uma vida política do país [...] (PRADO JÚNIOR, nº8, nov/dez, 1956, p.7-11).

O outro elemento do programa político de Prado Júnior, qual seja, estender a democracia à maior parcela possível da população brasileira, completa, na verdade, os dois outros elementos discutidos nas linhas anteriores. Assim, Caio Prado está convencido da necessidade que há de se conseguir seu objetivo dentro das instituições democráticas, a partir dos partidos políticos. Para ele

[...] Democracia é antes e acima de tudo o conjunto de práticas através das quais se torne possível ao povo em geral adquirir consciência de seus problemas e necessidades, formar opinião sobre a maneira mais conveniente de resolver aqueles problemas e dar satisfação às necessidades; e finalmente fazer com que essa opinião seja levada em conta na administração pública do país [...] Essa construção de uma verdadeira democracia no Brasil é condição essencial, e certamente a mais importante [...] para o funcionamento regular das nossas instituições políticas e da própria administração pública [...] Em consequência disso [falta de democracia e de uma ideologia amparada por grande parte da população] a grande maioria do povo assiste com absoluta indiferença àquilo que se passa na esfera política [...] Aliás, politicamente desorganizado como se encontra, e mal esclarecidos por aqueles que deveriam ser seus orientadores, o povo não está nem mesmo em condições de saber ao certo o que se deve ou (sic) pode esperar. Falta-lhes para isso suficiente coesão ideológica; e em matéria de pensamento e ação política não vai além do imediato [...] (PRADO JÚNIOR, nº8, p.11-14).

Concluindo o debate em torno de suas propostas políticas está a questão agrária brasileira, como ele costuma designar. Assim, retomando seu programa político apresentado no *Programa da ANL*, é importante resgatar que entre os dois principais

pontos do programa está a entrega das terras aos camponeses, dissolvendo, com isso, os latifúndios. Entretanto, há uma significativa mudança nas propostas a respeito da questão agrária, quando se compara não o *Programa* com a *RB*, e sim entre aquele e o contido no livro *ARB*.

O que se vê, assim, é que na série de artigos escritos na *RB* sobre a questão agrária, entre os anos de 1960 e 1964, a reforma agrária ainda apresenta *status* de programa, isto é, “[...] são assim, em suma, duas a frentes de ataque da reforma agrária: a extensão da proteção legal ao trabalhador rural, e o favorecimento de seu acesso à propriedade e utilização da terra” (PRADO JÚNIOR, nº43, set/out, 1962, p.15). No livro *ARB*, embora Caio Prado não descarte a reforma agrária como solução em algumas regiões do país, ela passa a ser uma proposta política secundária, se assim é possível classificá-la. A posse da terra não garantiria, segundo o autor, a modificação substancial esperada na questão agrária brasileira e em seus reflexos na construção de uma totalidade econômica que comporte produção e consumo, ou seja,

nada indica, antes muito pelo contrário, que a pequena produção camponesa seja capaz de substituir, em igual e até mesmo aproximado nível de produtividade, a grande exploração. Na maior e melhor parte das situações presentes na agropecuária brasileira, representaria por certo um retrocesso [...] em suma, não é a destruição da grande exploração e sua substituição por uma economia camponesa cujo progresso dependeria daquela destruição; e sim a transformação da grande exploração com a eliminação de seus aspectos negativos que consistem essencialmente nos baixos padrões tecnológicos, que são a regra, bem como do tipo de relações de trabalho predominantes e que reduzem o trabalhador às miseráveis condições materiais, culturais e sociais que são as suas [...], concluindo a nossa análise relativamente à natureza e direção em que evolui o processo histórico-social atualmente em curso na economia agrária brasileira, o que nele se observa e se propõe, não é essencialmente a questão da terra. O que avulta naquele processo e constituiu o seu motor e dinamismo básicas são as contradições nela presentes ligadas a relações e situações de emprego. É pois nesse sentido que há de se dirigir a ação revolucionária [...] Em face do que se viu acima, um tal programa se

desdobra naturalmente em duas tarefas essenciais [...]: de um lado, assegurar a efetiva aplicação e promover a ampliação e extensão da legislação rural trabalhista destinada a conceder ao trabalhador empregado um estatuto material e social adequado. De outro lado, trata-se de ampliar os horizontes de trabalho e emprego oferecidos pelas atividades econômicas do país, de maneira a assegurar ao conjunto da população trabalhadora, ocupação e meios regulares de subsistência [...].No que se refere ao primeiro ponto, a tarefa consiste sobretudo na mobilização e organização da massa trabalhadora do campo, a fim de ela se pôr em condições de efetivamente lutar pela conquista de seus direitos e reivindicações. É a maneira, única aliás, dela assegurar sua ascensão econômica e social, sair da marginalidade em que se encontra e integrar-se na vida geral do país. Essa é sem dúvida a grande tarefa e meta revolucionária do momento [...] De outro lado, o encaminhamento da massa trabalhadora rural no sentido da elevação de seus padrões materiais e culturais [...], através de sua organização, mobilização e luta reivindicatória [...] significará também a iniciação e participação da massa trabalhadora rural na vida política brasileira de que sempre ela esteve ausente (PRADO JÚNIOR, 1987, p.142-153).

As mudanças no programa econômico de Caio Prado, esquematizadas em seus artigos na *RB* e no livro *ARB*, isto é, entre 1955 e 1966, estão circunscritas, mais uma vez, à questão da reforma agrária e derivam diretamente das propostas políticas para a questão agrária analisadas anteriormente. Ocorre, ainda, a ampliação das sugestões econômicas feitas pelo autor, em especial as que tangem a industrialização e o papel do Estado nesse processo.

Assim, ao passo que na *RB* (e também em 1935) uma das propostas políticas é a entrega das terras aos camponeses – e ele abandonará ainda a constatação anterior sobre a existência de pequena parcela de camponeses no mundo rural brasileiro em proveito da caracterização do trabalhador rural como assalariado¹⁰⁶ –, em meados da década de 50/60 o que ele proporá será a inserção dos trabalhadores rurais em relações de emprego (e trabalho) que lhe garantam uma substancial melhora de vida,

¹⁰⁶ “[...] A maior parte da população trabalhadora rural não se constitui, nem jamais se constituiu de ‘camponeses’ na acepção própria e usual do termo, isto é de trabalhadores e produtores autônomos que exploram por sua conta e riscos exclusivos a terra que ocupam” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.139-140).

em termos econômicos, sociais e culturais. Quer dizer, suas propostas políticas – porque exigem intervenção do poder público - nesse terreno se modificaram e, em decorrência disso, as propostas e os resultados econômicos esperados também.

Isso porque Caio Prado vai estar preocupado – é preciso lembrar que isso se refere mais especificamente às suas propostas contidas no livro de 1966 – é em garantir “[...] os dois elementos que fundamentalmente compõem o ciclo econômico – *produção* e *consumo*, ou seja, organização produtiva e mercado consumidor se acham desarticulados entre si e não se integram num conjunto orgânico” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.154).

Assim, a grande exploração agrária não será um entrave à consolidação da economia nacional se garantir ocupação e emprego regulares, com condições salariais que permitam tornar os trabalhadores rurais consumidores, tanto quanto personagens ativos na política nacional. Em oposição, a economia camponesa não teria condições de garantir os objetivos esperados e por isso, afirma o autor, tais transformações devem ocorrer dentro do sistema de propriedade privada e trabalho assalariado.

Com efeito, o que ganha relevo em seu programa econômico, ao se buscar a sincronia entre produção e consumo, é, de um lado, o aumento da renda do trabalhador rural e, de outro a industrialização brasileira, assentada em bases nacionais, para suprir a demanda de consumo gerada com a inclusão sócio-econômica de parcela importante da população brasileira. O papel de articulador caberia ao Estado.

Tais expectativas, contudo, envolvem uma série de atitudes pertinentes não somente à economia como à política, intimamente interligadas. Dessa forma, ao se propor maior remuneração ao trabalhador do campo, o que se espera é a solução para

o problema do subconsumo no país e suas reverberações negativas no crescimento econômico nacional. Prado Júnior propõe duas frentes de ação: a ampliação dos direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho. Com a primeira ação se almeja, em última análise, melhorar o padrão de vida dos assalariados rurais, ou seja, possibilitar que os mesmos passem a ter maior renda e, em decorrência disso, maior consumo. Oferecendo melhores condições de trabalho, com o incremento de técnicas e novos instrumentos na produção, os resultados esperados seriam o aumento da produtividade e do emprego.

O outro lado da questão, qual seja, a produção para a demanda interna, pode seguir dois caminhos, distintos e inconciliáveis, isto é, “[...] ou realizamos a industrialização às custas de nossas próprias forças, ou confiamos a tarefa à iniciativa de empreendimentos imperialistas, e apelamos para os grandes trustes internacionais [...]” (PRADO JÚNIOR, nº23, maio/junho, 1959, p.4). Evidentemente que a sua proposta se encaixa no desenvolvimento industrial em bases nacionais, em detrimento das empresas multinacionais.

Essa opção exige, por isso, uma série de ações dependentes da orientação política do Estado – não obstante o aumento do consumo interno -, entre elas, a restrição da remessa de lucros, a proibição da entrada de capital estrangeiro que signifique sua aplicação na consolidação de trustes internacionais¹⁰⁷, a restrição da livre iniciativa privada, a iniciativa (econômica) estatal e a capitalização para a industrialização, via Estado, obtida com parte dos lucros das empresas.

¹⁰⁷ Caio Prado não descarta, porém, a entrada de capital estrangeiro no país se o mesmo for revertido na capitalização e compra de equipamentos para a indústria nacional.

Em resumo, esse conjunto de medidas político-econômicas se encaixa, todo ele, dentro da intenção de se garantir, como diversas vezes foi dito, um significativo aumento do padrão de vida da população brasileira, não somente em termos materiais, como culturais e políticos. Exige-se, contudo, uma articulação considerável entre elas. Em sua essência, portanto, os programas político-econômicos do autor em revista propõe as seguintes tarefas, complementares que são, com os seguintes resultados: promover a difusão do pensamento político-econômico nacionalista, para que se forme uma força política, com respaldo popular, que garanta a geração de um governo, de partidos, sindicatos entre outros, envolvidos, todos eles, em resolver os problemas nacionais; superar a deficiência organizativa e teórica da esquerda brasileira, evitando, com isso, que das interpretações equivocadas sobre a revolução brasileira e a falta de aproximação das lideranças com suas bases, abra-se espaço para que o grosso da população se iluda com partidos e líderes políticos interessados em resolver problemas que não são os essenciais para o Brasil; garantir a ampliação dos direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho aos assalariados da agroindústria, possibilitando, respectivamente, maior renda e aumento da produção e do emprego e, em decorrência, melhorar as condições de vida dessa população; intervir, através do poder público, nos componentes da economia brasileira que sejam necessários para que se garanta o funcionamento da mesma no favorecimento de parcela significativa da população; promover a industrialização e ampliar os serviços públicos essenciais visando a melhoria de vida dos brasileiros.

CAPÍTULO III

A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA: OS PAPÉIS POLÍTICO-ECONÔMICOS DAS CLASSES SOCIAIS BRASILEIRAS (E DO ESTADO)

3.1 Os atores da consolidação da nação: classes sociais e Estado e seus papéis

Embora o objetivo específico deste trabalho fosse debater os papéis político-econômicos apenas das classes sociais brasileiras, tornou-se inviável não incluir o Estado (e outras organizações político-administrativas) como atores ativos no processo de consolidação da nação pensada por Caio Prado. Nesta parte deste capítulo, portanto, dedicado que é a debater quem são efetivamente os agentes do encaminhamento das reformas necessárias à construção da economia nacional, integrada aos interesses nacionais, os figurantes devem ser apenas o proletariado urbano e rural e o Estado (e sindicatos, partidos políticos)¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Associei a intervenção governamental aos sindicatos, partidos políticos e outras organizações da sociedade civil pensando na noção de complementaridade elaborada por Gramsci, entre Estado e

Tal exclusividade dada por mim, na condução das referidas ações, ao proletariado e ao Estado e suas ramificações na sociedade civil, aparenta ser um contra-senso quando não se desprezam o *Esbôço* de 1959 e algumas passagens de alguns artigos da *RB* e até de *ARB*. Isso pelo fato de que nesses escritos - e em especial no *Esbôço para discussão* - Caio Prado não deixa de aventar a possibilidade de outras classes, como *setores da burguesia*, da *pequena burguesia*, da *classe média* e do *semi-proletariado*, em função de seus interesses de classe, agirem para a consecução de seu objetivo.

Essa exclusão se justifica, portanto, porque ele não afirma peremptoriamente que essas classes estejam engajadas nas modificações estruturais necessárias. Cada qual, a partir de sua posição social na estrutura econômica do país, têm movimentos pendulares em relação à revolução proposta por ele. Isto é, conforme seus interesses imediatos, seu posicionamento pode ser favorável ou contrário às mudanças. Podem ser rotuladas, portanto, muito mais de reformistas do que revolucionárias.

Entretanto, deixar de abordar enfaticamente esses grupos sociais não significa, evidentemente, que se esteja desprezando o seu possível papel na revolução. Papel, isto sim, secundário e condicionado aos interesses do proletariado. Basta lembrar que em *ARB* Caio afirma que os trabalhadores não deveriam prescindir, ou se isolar, de outras classes, grupos sociais e forças políticas, desde que estes estejam submetidos a um objetivo comum que deve ser traçado pela base, e não a partir de interesses pessoais ou de algum grupo específico.

sociedade civil, na construção de um pensamento hegemônico. Essa associação é bem distinta do pensamento de Marx, o qual compreende a sociedade civil como o *locus* das relações econômicas e o Estado e os partidos políticos, por exemplo, reflexo destas. Ver mais em Bobbio (2005).

Além disso, e mais significativo ainda, Caio Prado se contradiz quando se compara o que escreveu em 1959 e 1966 sobre a existência de uma *burguesia nacional* propensa a lutar pela libertação econômica brasileira. Quer dizer, em *Esbôço para discussão*, Caio Prado é enfático quando afirma haver uma distinção no seio da burguesia quanto ao seu posicionamento frente ao imperialismo. Para ele, nesse momento, existiria uma burguesia verdadeiramente nacional e outra ligada aos interesses internacionais¹⁰⁹. Em *ARB*, no entanto, a burguesia brasileira – urbana e rural – não se encontra cindida quanto ao seu posicionamento frente ao imperialismo. Toda ela, afirma o autor, é extremamente receptiva às atividades imperialistas no país, pois delas se beneficia.¹¹⁰

Assim, o que é recorrente em seus escritos, no que toca à responsabilidade das classes sociais em promover as mudanças estruturais na economia e sociedade brasileiras, é que elas somente serão obtidas se houver a ativa participação do proletariado rural – a classe, ou melhor, a fração do proletariado brasileiro, nos anos 60, mais importante para a revolução proposta pelo autor – e do proletariado urbano, bem como a intervenção direta do Estado (nacionalista, popular e democrático) na economia do país. Dessa maneira, é da articulação imprescindível entre proletariado e Estado - com as qualificações enumeradas acima -, e eventualmente de outros segmentos sociais, que se construirá a ação responsável pela libertação nacional.

¹⁰⁹ Pode-se verificar essa afirmação em sua totalidade ao se voltar para a parte do primeiro capítulo em que se analisou o escrito inédito de Caio Prado, em especial quando ele define a burguesia. Ver, então, as páginas 118 e 119.

¹¹⁰ Suas palavras quanto à homogeneidade de posição da burguesia frente ao imperialismo, proferidas em *ARB*, podem ser revisitadas neste trabalho nas páginas 93, 94 e 95.

Faz-se necessário, após esse parêntese, discutir separadamente o papel de primazia atribuído a cada um deles na condução das reformas estruturais propostas pelo autor. Essa separação, no entanto, procede apenas em termos de método, para garantir maior visibilidade a cada função que deverão exercer. Em verdade, a sincronia relacional entre essas práticas é condição primeira para a efetivação do que foi proposto, ou seja, são ações – políticas e/ou econômicas – que deverão se dar em caráter complementar, indissociável uma das outras.

Essa articulação, porém, parece exigir um certo sentido, isto é, quais condições devem pré-existir para que a movimentação dos agentes eleitos para promoverem o programa de Caio Prado gere resultados? Em outras palavras, será, por exemplo, de um proletariado rural organizado que se conseguirá garantir a existência de um governo interessado naquelas reformas? Ou somente após a construção de um governo nacionalista, popular e democrático que os interesses da classe trabalhadora poderão ser debatidos e atingidos? Ou ainda, será preciso primeiramente criar uma consciência nacionalista no proletariado urbano que se irradie para o campo e dessa união se consiga eleger um governo articulado com seus interesses, que não são, para Caio Prado, somente interesses dessa classe, mas, mesmo que não tenham consciência disso, de todos os que são atingidos em suas vidas pelo peso da dependência econômica? Tarefa difícil essa porque Caio Prado só nos dá pistas quanto a isso. E é, somente a partir delas, que se pode propor uma solução, necessária que é, ao entendimento dessa articulação entre governo e trabalhadores.

Tenho como hipótese, respaldada principalmente pelos artigos da *RB* e pelo livro *ARB*¹¹¹, de que cabe às organizações da sociedade civil, isto é, em especial aos partidos políticos, mas também aos sindicatos e outras organizações, o papel de possibilitar a orientação tanto do proletariado urbano e rural, quanto do Estado (governo).

Essa afirmação advém da constatação de que, ao longo do processo de desenvolvimento de seu pensamento – que para alguns se trata, em verdade, de uma estagnação¹¹² –, no que concerne ao seu programa político e econômico e sua percepção quanto à formação sócio-histórica e econômica do país, não é verificável uma ruptura analítica quanto ao papel necessário e imprescindível dos partidos políticos e sindicatos na construção e direcionamento da consciência política dos trabalhadores. Afirmei anteriormente que Caio Prado comungava da idéia – e toda sua vida político-intelectual posterior a 1931 vai demonstrar isso – da inviabilidade da formação de uma consciência política em quem estava diretamente ligado às atividades produtivas sem a tutela de uma organização política, capaz de, através de seus teóricos, pôr em ordem os rumos da práxis revolucionária.

Assim, não serão de ações espontâneas, das massas trabalhadoras, que surgirão as propostas político-econômicas destinadas a melhorar suas condições de trabalho, emprego e, conseqüentemente, de vida, material e cultural. As atitudes das classes populares frente a revolução se subordinará, principalmente, à teoria da

¹¹¹ Embora isso que afirmarei a seguir seja perfeitamente visível, também, em seu pensamento político dos anos 30, no livro *EPB*.

¹¹² Refiro-me, mais uma vez, às críticas recebidas por ele quanto à pouca importância dada, por exemplo, à industrialização – que já demonstrei tratar-se de um equívoco por parte de seus estudiosos –, e sua conseqüente fixação no que desenvolveu, sobre o Brasil, nos anos 30/40 .

revolução brasileira elaborada pelas organizações políticas. Não são sem sentido, portanto, as afirmações diversas vezes feitas por Prado Júnior de que o suporte dado pelas classes populares a governos descompromissados com a revolução tem a sua origem nos erros teóricos e programáticos de setores significativos da esquerda brasileira.

Vale lembrar, entretanto, que sindicatos e partidos políticos de esquerda receberam muito mais críticas do que elogios por parte de Caio Prado. Os partidos políticos foram alvos de críticas suas em quase todos os artigos editados na *RB* que discutiam a vida política brasileira dos anos 50/60. No livro *ARB* também não faltaram ataques. Suas principais queixas se referiam, especialmente – porque é desse equívoco que derivam os demais –, à primazia de teorias e programas revolucionários feitos para realidades que não a nossa, em detrimento de um *método interpretativo* que levasse em conta a conjuntura brasileira dos anos 50/60 - fruto, para ele, do processo histórico de nossa formação – na formulação de uma teoria adequada aos nossos problemas; os acordos e apoios espúrios feitos pela esquerda com governos como o de *JK* e Jango, por não representarem os interesses da população brasileira; o predomínio dos interesses de líderes em prejuízo dos anseios da população, entre outras.

Da mesma forma, as críticas aos sindicatos estavam centradas nas conseqüências negativas que o erro de interpretação sobre as reformas necessárias para o processamento da revolução causavam, bem como da falta de entrosamento entre os sindicatos e suas bases.

Sabe-se, entretanto, que Caio Prado não desprezava as dificuldades encontradas por essas associações em se estabelecerem enquanto forças legítimas na

vida política brasileira. O *PCB* volta e meia entrava na clandestinidade. Os sindicatos ficaram até o final dos anos 50 sob a tutela do que ele designou de capitalismo burocrático.¹¹³ Isso tudo, no entanto, não foi suficiente para que Prado Júnior não salientasse que seus erros interpretativos quanto à revolução brasileira foram demasiados prejudiciais à causa da sua revolução.

Creio que esse acerto de contas de Caio Prado com, principalmente, o *PBC*, se deve ao fato de que vem de longa data os seus alertas quanto à impossibilidade de importar modelos teóricos para uma realidade tão distinta como a nossa. Além do mais, sua posição dentro do *PCB* foi, desde a sua filiação em 1931, conflituosa e, quase sempre, com as perdas políticas recaindo para o seu lado. O que não quer dizer que isso represente simplesmente um ajuste de contas, uma questão pessoal, mesquinha. Tal insistência decorre da centralidade que ele dá, em especial, aos partidos políticos, e a real situação de miséria teórica e programática em que se encontram aqueles que têm o dever de orientar os agentes políticos por ele eleitos para levarem à frente o seu programa de reformas.

Assim, quando, por exemplo, Caio Prado questiona, no livro *ARB*, no capítulo *O Problema Político da Revolução*, se “[...] estarão esses interessados, a massa trabalhadora rural, à altura da tarefa, e capacitados e decididos a levá-la a diante com a energia, intensidade e demais condições que se fazem necessárias e o caso exige?” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.172), e sua resposta é negativa, o seu argumento é de que, embora nos dias em que ele escreveu a situação apresente melhora, “[...] não há de se subestimar a tradição de completo alheamento da vida institucional do país a que a

¹¹³ Ver mais sobre as fases do sindicalismo brasileiro em Rodrigues (1968) e sobre o *capitalismo politicamente orientado* em Faoro (2000).

massa trabalhadora rural, desde sempre, se viu relegada” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.172). A solução – já que para o programa político-econômico de Caio Prado os trabalhadores rurais têm significativa importância –,

esse impulso e essa orientação precisam vir de fora. E somente podem partir [...] do proletariado urbano cujo nível cultural e político, apurado pela vida da cidade, tão mais intensa e culturalmente mais elevada, o torna apto para aquela tarefa de direção da massa trabalhadora rural. Tarefa para a qual se acha naturalmente indicado por forças das ligações que o prendem àqueles trabalhadores rurais. Prende-se o proletariado urbano à massa rural, em primeiro lugar, pela origem comum, pois tanto quanto esta última, ele provém diretamente ou muito proximadamente do campo. [...] Mais que a origem comum, é a posição social que os solidariza um com o outro. A luta de ambos é análoga, as reivindicações são semelhantes, e a classe que enfrentam, a burguesia, é a mesma. [...] A chave da aliança do proletariado urbano e dos trabalhadores do campo, e o caminho para a sua efetivação, encontram-se na *organização*, seja sindical, seja de outra natureza, inclusive política. É somente através da organização que será possível não apenas articular as duas forças, como mobilizá-las, e sobretudo colocar a maior experiência, iniciativa e capacitação política do proletariado urbano, a serviço das lutas e reivindicações da massa trabalhadora do campo, que é do que mais necessita a revolução na atual conjuntura. [...] (Entretanto) o proletariado brasileiro, se bem que enquadrado por organizações amplas, apresenta-se nelas desagradado e sem nenhuma consistência interna. E é muito frouxamente que se liga às direções onde se concentra toda a vitalidade e quase toda a ação do movimento operário. (PRADO JÚNIOR, 1987, p.176, grifo do autor)

Se partidos políticos e sindicatos não foram poupados por Caio Prado, o Estado (governo) também não será. De fundamental importância como aqueles, o Estado nacional apresentava contradições internas que impediam a consolidação de uma política voltada para os interesses populares. Padecia em função de suas alianças contraditórias e dos interesses pessoais.

Assim, anterior à intervenção estatal na economia e na política econômica do país, proposta em seu programa, está a tarefa da constituição de um governo

compromissado com os interesses da maioria da população que, em verdade, para Caio, coadunaria com os interesses do país. O cimento para isso encontrar-se-ia na difusão do pensamento político nacionalista.

Vista a necessidade imperativa de mudanças tanto nas organizações político-sindicais, quanto no governo, para a orientação e desencadeamento da conscientização e ação dos trabalhadores em favor das reformas estruturais, cabe agora - antes de analisar o papel específico do Estado – concentra-se no proletariado urbano e rural.

Salientei anteriormente que o proletariado rural seria, conforme Caio Prado, herdeiro das relações de trabalho e emprego oriundas do escravismo, ou seja, trata-se de uma massa de trabalhadores, tal qual foram os escravos, que tem como função exclusiva ser força de trabalho no processo produtivo. Não obstante, formam ainda uma população alheia à vida política e econômica da nação, isto é, não houve, no período da escravidão, e não há, no momento em que ele escreve, a incorporação econômica desses trabalhadores, tornando-se consumidores, nem a incorporação política, tornando-os parte integrante das decisões políticas do país, em especial no que toca as suas condições de trabalho e emprego.

Assim, o papel econômico – que tem conotação política também - que cabe aos trabalhadores rurais está justamente em lutar pela melhoria do seu padrão material de vida que significa, em última análise, e no âmbito geral, contribuir para o entrosamento entre produção e consumo da economia nacional. Sem a alteração das condições degradantes de emprego e trabalho a que são submetidos não é possível concluir o processo de integração nacional de nossa economia.

Em suma, o proletariado rural precisa tomar consciência e agir no sentido de exigir o aprimoramento das relações de trabalho capitalistas em que estão inseridos e que predominam na agropecuária nacional. Devem atuar, portanto, enquanto proletários, enquanto vendedores de sua força de trabalho ao empresário, enquanto trabalhadores que têm a consciência da necessidade de se ampliar a legislação trabalhista aos trabalhadores do campo.

Politicamente, portanto, cabe ao proletariado rural lutar pelos seus interesses imediatos, descritos acima, e ainda participar da política nacional. Quer dizer, os trabalhadores rurais têm como missão a melhoria da qualidade de vida de sua classe social e, saindo do particular, e atuando no âmbito dos problemas nacionais, lutar pela constituição de um governo popular e democrático, bem como pela independência econômica da nação.

O proletariado urbano por sua vez tem, sob o ponto de vista de Caio Prado, obrigações muito mais ligadas ao campo político-ideológico do que propriamente econômicas. Isso se deve aos melhores padrões de vida dos trabalhadores urbanos, em função de uma legislação que lhes garante maiores direitos trabalhistas. Estariam, mesmo que com padrões modestos, inseridos no consumo. Assim, sua contribuição para a criação de uma economia nacional já estaria se realizando.

Desta maneira, como fica claro tanto no *Esbôço* quanto em *ARB*, não cabe ao proletariado urbano apenas aderir à causa da libertação econômica brasileira. Faz-se necessário que os trabalhadores das grandes indústrias dos maiores centros urbanos direcionem as ações políticas da massa dos trabalhadores rurais. Trata-se, portanto, de garantir uma aliança entre trabalhadores urbanos e rurais em oposição à burguesia e ao

governo que garante a sua dominação, isto é, “[...] é essa aliança que constitui o principal fator de incentivo à mobilização e luta dos trabalhadores rurais” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.175).

É indispensável, dessa maneira, retornar à questão que é central no que se refere ao papel revolucionário do proletariado brasileiro, a saber, a sua organização. Para que a aliança dê resultados esperados os trabalhadores devem se submeter a uma orientação política exterior a eles, isto é, de partidos políticos, sindicatos e outras associações. Trata-se, então, de uma participação tutelada por organizações que, no momento em que Caio Prado escreve, estão desprovidas de uma visão clara das necessidades nacionais, encontrando-se presas, portanto, a modelos e conceitos revolucionários que em nada servem para um país em que a formação histórica é bastante diversa da, por exemplo, europeia, asiática ou africana. Se não bastasse a inconsistência teórica da esquerda brasileira, os outros partidos, como UDN, PTB, PSD, segundo o autor, são os responsáveis pelo

Anacrônico dispositivo político em que se enquadra a vida pública brasileira, e que nada mais pode proporcionar que uma estéril rivalidade de facções e clãs políticos na qual se anulam os melhores esforços e intenções de nossos homens públicos [...]. Enquanto isso, as questões que realmente interessam o país e sua população, permanecem em segundo plano, e servem quando muito de pretexto para disfarçar mesquinhas ambições partidárias [...]. Ficar-se-á, no que se refere às reformas de base que o País está urgentemente a exigir, no plano de debates semi-acadêmicos em que até políticos de convicções íntimas mais retrógradas e reacionárias se podem dar ao luxo de demagógicamente apregoarem as mais avançadas idéias, porque sabem de antemão que tudo isso ficará apenas em teoria e gestos sensacionalistas [...] (PRADO JÚNIOR, nº 38, 1961, p.11-12).

O que se propõe, ou melhor, o que é proposto pelo autor nesse artigo editado na *RB*, em termos de organização política do proletariado, não é, assim, a sua submissão a partidos políticos e políticos demagógicos e oportunistas que se elegem com o apoio das forças populares e progressistas, que são, na verdade, nas mãos desses chefes políticos, “[...] simples joguetes envolvidos em lutas de facções [...]” (PRADO JÚNIOR, nº38, 1961, p.12).

Sòmente será possível sairmos dessa situação com a reestruturação da política brasileira na base de princípios e programas de ação nitidamente definidos e formulados em termos suscetiveis de imediata aplicao. Sao esses principios e programas que devem enquadrar a atividade politica do pas. Separar-se- entao o joio do trigo, e as foras populares e progressistas [...] tomando impulso la onde se devem inspirar e fundamentar, a saber, na mobilizao das massas populares no somente realizada na base daqueles principios, mas que seja a matriz de onde sairao os quadros destinados a por em pratica os mesmos principios. Os dirigentes e lideres politicos devem sair dos movimentos populares, ser expresso deles (PRADO JNIOR, N38, 1961, p.12).

O outro importante agente das mudanas propostas por Caio Prado, qual seja, a administrao pblica (Estado e governo), so adquire esse papel se ele estiver imbudo do pensamento politico nacionalista, popular e democrtico. Assim, no qualquer governo que desempenhar o papel de condutor das reformas politico-econmicas. Para se constituir um governo com as referidas premissas necessrio o fortalecimento dos partidos politicos responsveis pela adeso da populao aos programas de reformas contra a dominao imperialista.

O que Caio Prado sugere, portanto, no a tomada do poder e a derrubada das instituies vigentes. O que ele pretende que a ao se d dentro do sistema

representativo, efetivamente democrático. Não é preciso eliminar o Estado representativo. Deve-se modificar o sentido da atuação da administração pública (federal em especial), direcioná-la para a construção do futuro brasileiro em que o setor inorgânico – a grande massa de trabalhadores rurais e os que não encontram emprego devido à precariedade econômica do país – reverta-se em orgânico, isto é, em que parcela significativa da população brasileira passe a fazer parte da engrenagem produção/consumo, de um lado e, de outro, tenha efetiva participação política.

Consolidado o governo de aspirações nacionalistas e populares, o caminho para a efetiva atuação do Estado em favor das reformas propostas está aberto. As tarefas, como foi visto no programa econômico de Caio Prado, são várias. Se vai à sua essência, a ação do poder público nesse programa “[...] se orientará no sentido, em primeiro lugar, de promover, tanto quanto possível, uma distribuição mais eqüitativa de recursos financeiros e dos proventos e benefícios derivados das atividades econômicas [...]” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.168). Quer dizer, a política governamental deve estar orientada no sentido de transferir renda e direcionar a produção garantindo “[...] a solução dos problemas de vida da população rural, a começar pela sua própria subsistência em níveis compatíveis com a condição humana [...]” (PRADO JÚNIOR, 1987, p.169). Efetivamente, portanto,

O poder público, levado por aquele imperativo (distribuir de maneira mais igualitária os “lucros” da atividade econômica) e pressionado pelo novo equilíbrio de forças resultante da ascensão política do trabalhador rural, se orientará então no sentido de promover e dirigir as atividades produtivas, e pois de forçar as inversões e o encaminhamento dos recursos relativamente limitados de que o país dispõe [...] de acordo com uma escala de prioridade em que não se tratará mais, em primeiro e principal [...] de promover simples

“negócios” e proporcionar “lucro”, e sim se cuidará [...] de estruturar a economia em função do atendimento das necessidades mais prementes da massa da população. Em outras palavras [...] objetivar-se-á a organização das atividades produtivas de maneira que a produção para o mercado interno, no nível do consumo final, passe em primeiro lugar e seja prioritariamente de bens e serviços básicos e essenciais, assim com acessíveis à massa da população [...] Resta, contudo, a questão da solvabilidade dessa demanda e da capacidade financeira de suportar o seu custo, pois disso depende naturalmente a possibilidade de produção. Mas essa solvabilidade e capacidade serão asseguradas pela própria ampliação progressiva das novas e crescentes oportunidades de trabalho e ocupação, e portanto de renda e de poder aquisitivo, que a ampliação das atividades produtivas irá determinando. Ambos os fatos podem e, se bem articulados e concatenados, devem desenvolver-se paralela e simultaneamente, pois eles reciprocamente se estimulam. É esse aliás o mecanismo fundamental do desenvolvimento econômico.. A condição necessária para o desencadeamento do processo [...] consiste na articulação adequada dos dois elementos do ciclo da produção: *atividade produtiva e mercado consumidor*. [...] Uma vez orientado o sistema produtivo para o atendimento das necessidades potenciais da massa da população brasileira, isto é, produzindo-se essencialmente e de preferência aqueles bens e serviços de que ela sobretudo necessita, e isso no nível do seu poder aquisitivo [...] a própria produção criará o seu mercado. E produção e consumo se engrenarão um no outro em sistema de conjunto capaz de se auto-propulsionar pelo estímulo recíproco de ambos os elementos do ciclo produtivo. Haverá então condições no Brasil para o estabelecimento de um sistema econômico englobando num todo coeso e orgânico o conjunto de sua população, e que se desenvolverá por isso sobre a base e em função dele próprio. Romper-se-á com isso o círculo vicioso [...] que tão gravemente tem embaraçado e comprometido o nosso desenvolvimento. E aos sucessivos ciclos, que sempre caracterizaram a evolução histórica brasileira, se poderá afinal substituir um progresso sustentado e seguro. O Brasil terá finalmente superado em definitivo o seu passado e sua herança colonial (PRADO JÚNIOR, 1987, p.169-170).

Nesse processo de articulação entre produção e consumo internos, através da ingerência do Estado na iniciativa privada, entram evidentemente outras funções complementares do Estado no desenvolvimento da economia nacional, encontrando-se listados mais detidamente na *RB*. Assim, o papel interventor do Estado estende-se para a política de câmbio, para o problema da capitalização para a industrialização e produção, para o controle da remessa de lucros das empresas estrangeiras, entre outras. Todas essas ações em conjunto, na visão de Caio Prado, servem de inibidoras da ação das empresas estrangeiras no país, possibilitando o alargamento do raio de

ação da indústria brasileira no atendimento do mercado interno, isto é, “[...] nos dias de hoje, um alto nível de vida para o conjunto do povo brasileiro (não é possível) sem um largo progresso tecnológico que somente a industrialização intensiva pode proporcionar” (PRADO JÚNIOR, nº23, 1959, p.4). Assim, sem a intervenção estatal, a industrialização brasileira permaneceria voltada para o atendimento de pequena parcela de brasileiros e seria realizada por empresas multinacionais interessadas especificamente na reprodução do capital, sem levar em consideração as reais necessidades de grande parcela da população do país.

Entretanto, enganam-se os que vêem nessas ações propostas por Caio Prado uma estatização generalizada da produção, em detrimento da iniciativa privada. Caio tem a clareza de que as mudanças por ele aventadas deverão ocorrer sem a eliminação da propriedade privada e da iniciativa privada. Aliás, Caio Prado compreende a importância que a iniciativa privada pode desempenhar no processo de industrialização do país. Trata-se de uma colaboração no sentido de desenvolver a indústria em bases nacionais, sedenta não apenas pelo lucro, mas que levem em consideração, realmente, as possibilidades e necessidades das classes populares. O que precisa ser eliminada, através da coordenação estatal é

[...] unicamente a *livre* iniciativa privada que, esta sim, não se harmoniza com os interesses gerais e fundamentais do país e de grande maioria de sua população, por não lhe assegurar suficiente perspectiva de progresso e melhoria e melhoria de condições de vida [...] A eliminação da iniciativa privada somente é possível com a implantação do socialismo, o que na situação presente é desde logo irrealizável no Brasil por faltarem, se outros motivos não houvesse, condições mínimas de consistência e estruturação econômica, social e política e mesmo simplesmente administrativa, suficientes para a transformação daquele vulto e alcance (PRADO JÚNIOR, 1987, p.165, grifo do autor).

Concluindo o debate sobre os atores e papéis político-econômicos das classes sociais e do Estado (e partidos políticos) na efetiva dominação do passado (economia colonial e seus reflexos negativos para o país) e na consolidação do futuro (economia nacional e melhora das condições de vida da população), o que salta aos olhos, então, é a enormidade, qualitativamente e quantitativamente, das funções atribuídas aos trabalhadores rurais e urbanos e ao Estado. Trata-se, dessa maneira, de um emaranhado de ações interdependentes e indissociáveis que requerem uma orientação vinda de organizações altamente preparadas para a tarefa. O quadro pintado por Caio Prado mostra, ao contrário, uma rusticidade organizativa e teórico-prática que me obrigam a finalizar esta parte afirmando que o fracasso da implementação de seu projeto político advém, em parte, disso. Em parte também - e em decorrência daquilo - da própria restrição encontrada pelas suas idéias dentro do partido mais importante da esquerda brasileira, o *PCB* e posterior Partido Comunista do Brasil (*Pcdo B*). Sua teoria da revolução brasileira se tornou muito mais objeto de análise de estudiosos que faziam parte de seu grupo (de intelectuais), congregados em torno de si e dos ideais nacionalistas, de intelectuais de dentro das universidades, do que propriamente das organizações políticas que poderiam levar adiante suas propostas. Não foi suficiente para sua vitória política, em termos de adesão e conseqüente prática por parte do proletariado –ou de seus líderes – e do governo e forças políticas, portanto, a realização de uma bem estruturada e consistente teoria da revolução brasileira.

3.2 Os atores da obstaculização da consolidação da nação: classes sociais e o Estado e suas ações

A classe social entendida como óbice à efetivação de seu projeto político-econômico é, essencialmente, a burguesia, a urbana e a rural. As outras classes, com exceção do proletariado, como se viu no item anterior, têm uma posição dúbia frente à revolução.

Entretanto - e a observação a seguir é de suma importância, embora subentendida desde o item anterior -, mesmo que Caio Prado tenha conferido ao Estado e às organizações da sociedade civil papéis importantes na consecução de seu projeto, elas, contudo, se vamos à essência, são, até a escrita de *ARB*, os grandes empecilhos a ele. As razões foram apontadas ao longo do trabalho. Retomando somente o essencial, está a falta de capacidade teórica e organizativa da esquerda e os governos serem comprometidos com alianças conflituosas que deixam para segundo plano os interesses nacionais, restringindo-se à disputa pelo poder, mas que, entretanto, conseguem o apoio de grande parte da população, inibindo, com isso, o apoio às verdadeiras reformas necessárias ao país. Assim, Caio Prado as têm como aliadas num futuro próximo. Trata-se, portanto, de uma expectativa, de uma crença em mudanças que as habilitem para levar adiante a revolução.

No que toca a classe que obsta a revolução, deve-se atentar, em primeiro lugar, que a burguesia nacional está impedida de agir em favor da revolução em virtude, essencialmente, do nosso específico processo de formação histórica. Em outras palavras, sendo a nossa origem, para o autor em revista, vinculada à gênese do capitalismo - em cujo seio se dará a constituição do imperialismo - de maneira subordinada, com objetivos que não a formação de uma sociedade voltada para si mesma, seu papel político e econômico restringiu-se a ficar à sombra das grandes nações européias, colhendo os frutos que lhe cabiam – ou restavam.

Não se trata, portanto, da burguesia européia que teve em sua ascensão político-econômica, em detrimento do modo de produção feudal, um papel revolucionário e central nesse processo. Por estas paragens, tanto o latifundiário (burguesia rural), a classe mais antiga e influente do país até pelo menos a Revolução de 30, que remonta aos primórdios da colonização, quanto a burguesia urbana, filha do século XX brasileiro, promoveram suas revoluções não para alterar o estado das coisas, incluindo a independência econômica do país¹¹⁴. As fizeram pensando na manutenção de seu domínio, precário que é, para quem está subordinado a interesses que não são os nacionais. Os seus interesses, são, pois, interesses seus, não nacionais, como ocorreu na Europa em que burguesia e Estado lutavam por seus propósitos em consonância com os da nação¹¹⁵.

¹¹⁴ Isso não significa, entretanto, que os pensamentos nacionalista e protecionista não tenham entrado em confronto com os *entreguistas* antes do período abordado neste trabalho (1933-1966). Ao contrário, desde o fim do século XIX e início do XX existem partidários da proteção à economia nacional, em especial, à nossa incipiente indústria nacional. Entretanto, o que se concretizou, nos período em questão foi a derrota dos nacionalistas/progressistas. Ver mais sobre os pensamentos nacionalista e protecionista na República Velha em Faoro (2000).

¹¹⁵ Ver mais sobre isso em Arrighi (1996).

Isso está bastante claro, para quem quiser ver, no pensamento histórico-político de Caio Prado, quando de suas análises de momentos cruciais da história do país e o posicionamento dessa classe: no rompimento dos laços de subordinação a Portugal: manteve-se no poder a classe que lutou pela independência, pela liberdade econômica, pela liberdade de gerir os seus negócios, muito mais ligados ao exterior que ao mercado interno, mantendo-se as estruturas sócio-econômicas e políticas praticamente intactas; na Proclamação da República: os interesses da aristocracia rural agro-exportadora permaneceram sendo atendidos em detrimento da industrialização do país; na Revolução de 30: incapazes de assumir a direção do país, a burguesia urbana e a rural submeteram-se ao Estado somente quando lhe era útil. No entanto, a tentativa, por parte do Estado, de contrariar os interesses internacionais no país, com sua progressiva intervenção na economia, levou significativos setores da burguesia a fustigar o governo; após o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954: poucos se apresentaram contrários à industrialização baseada em empresas estrangeiras; no Golpe de 1964: mantiveram-se ao lado dos interesses internacionais em detrimento dos nacionais.

No *Esbôço para discussão*, entretanto, ele não coloca latifundiários e burguesia urbana como uma única classe. Cada qual forma um grupo social com interesses na maioria das vezes antagônicos, inclusive em relação à revolução.

Como se viu anteriormente, os latifundiários compoem a classe mais reacionária do país. Seus interesses se coadunam muito mais com os da grande burguesia comercial, exportadora e bancária do que com os anseios da burguesia industrial. Isso se deve evidentemente ao fato de que suas atividades econômicas estão

direcionadas quase que exclusivamente para o mercado externo, exigindo, por isso, maior e melhor relacionamento com aquela parcela da burguesia e com o imperialismo. Seriam, também, em sua maioria – porque uma pequena parcela estaria se aburguesando - os representantes das relações de produção mais atrasadas, isto é, pré-capitalistas.

O outro segmento da burguesia, qual seja, o industrial, por sua vez, ao disputar o mercado interno com as empresas estrangeiras, estaria em oposição à penetração imperialista no país. Quer dizer, a burguesia industrial brasileira seria, ao mesmo tempo, uma força revolucionária e, por sua condição de classe exploradora, conservadora, vacilante. Seu aspecto progressista tem, então, um limite, qual seja, erigir um Estado nacional em que ela fosse a força política na condução do progresso econômico nacional. Não se trata, portanto, de organizar um governo popular, democrático. Quer-se um governo guardião dos seus interesses de classe.

Com efeito, os latifundiários estariam, em seu conjunto, no lado oposto da burguesia industrial na luta pela efetivação dos interesses econômicos nacionais. Mesmo ambas sendo classes exploradoras, seus interesses entram em conflito quando o assunto é a penetração estrangeira no país.

No entanto, quando se leva em consideração somente *ARB* – e foi isto que ocorreu no início deste capítulo -, latifundiários, agora denominados empresários do campo, e os industriais, formariam uma única classe: a burguesia nacional – aqueles com atividades rurais e estes com atividades urbanas. Não se trata apenas de unir os dois grupos em uma só classe pelo fato de serem, ambos, proprietários dos meios de produção. Caio os coloca agora no mesmo campo político frente às suas mudanças

propostas: ambos seriam contrários à revolução brasileira e favoráveis à industrialização do país - e outras atividades econômicas – pelo grande capital estrangeiro. Passam a ter, assim, na visão de Caio Prado, um papel de impedimento na revolução. Os que eventualmente se colocam contrários ao imperialismo – e, portanto, favoráveis à consolidação da economia nacional – assim o fazem não por uma questão de classe. Tratar-se-ia antes de posições pessoais.

E de fato o que se viu – e Caio Prado mostrará isso no texto que ele anexou ao livro *ARB*, em 1977, intitulado *Perspectivas em 1977* –, após o golpe de abril de 1964, foi a efetivação dos interesses estrangeiros com o aval de largos setores burguesia brasileira¹¹⁶, de significativos grupos da classe média, exceto os mais intelectualizados, e parte da Igreja católica, com o suporte do capitalismo *burocrático*, como denominou Caio Prado a crescente estatização de setores da economia¹¹⁷.

CONCLUSÃO

¹¹⁶ Essa convivência pacífica entre burguesia nacional e Estado, isto é, o Estado garantindo mecanismos de acumulação de capital à iniciativa privada, adverte-nos Caio Prado, durará somente até o esgotamento do milagre econômico, em meados da década de 70.

¹¹⁷ O conceito de capitalismo burocrático utilizado por Caio Prado está muito próximo do que Max Weber denominou de *capitalismo politicamente orientado*. Raymundo Faoro, buscando a formação do patronato político brasileiro, se valerá desse conceito weberiano para indicar a interferência do estamento na condução da economia, em detrimento da liberdade de mercado. Ver mais em Faoro (2000).

Cada um dos capítulos desta *Tese* representa um passo em direção ao entendimento dos papéis político-econômicos atribuídos por Caio Prado Júnior às classes sociais brasileiras – e ao Estado – na construção de uma economia nacional voltada para os interesses de expressiva parcela da população, em detrimento de uma economia colonial, suficiente, apenas, para satisfazer as necessidades de uma fração da população brasileira porque seu foco é o exterior.

Entretanto, por serem partes separadas, com propósitos diversos – porém entrelaçados pelo objetivo comum expresso nas linhas acima - levam, muitas vezes, o leitor, a uma visão fragmentada do conjunto. Mostra-se imperativo, entendo assim, fazer deste espaço conclusivo um lugar para se juntar os fragmentos das principais conclusões a que cheguei ao findar a pesquisa e a escrita do presente texto, permeadoras que são de todo este trabalho: o marxismo de Caio Prado é, de fato, estranho, ou, ao contrário, trata-se de um marxismo estritamente marxiano?; Caio Prado considera as classes sociais como grupos acabados, cuja determinante é o critério lugar ocupado no modo de produção capitalista, ou as entende como uma construção individual conseqüente que levará à formação de uma classe com objetivos comuns?; é possível, afinal, adjetivar os seus programas e projeto como socialistas, capitalistas ou reformadores ou, afinal, Caio Prado estava certo ao afirmar que somente após a consolidação das mudanças sugeridas é que se pode classificá-las?; entretanto, sendo que parte significativa de suas propostas e o essencial de seu projeto não se efetivaram, não se pode, uma vez que temos como material seus escritos e não a realidade propriamente dita, classificá-los? ; a conclusão de que somente cabe ao proletariado o papel revolucionário das classes sociais brasileiras - tendo como

timoneiros os proletários urbanos das grandes indústrias – está de fato calcada na análise da realidade brasileira ou se trata, antes, de uma leitura vulgar de Marx e dos marxistas?; e setores da burguesia, do semi-proletariado e da classe média, embora vacilantes quanto à revolução, não seriam atores dessa revolução?; seria possível, de fato, transformar o Estado brasileiro, com seu *capitalismo politicamente orientado*, em um Estado democrático e popular?

Quanto ao marxismo de Caio Prado, concluí, não se deve considerá-lo estranho. Evidente que essa afirmação tão peremptória refere-se aos aspectos do pensamento marxista de Caio abordados neste trabalho, isto é, método, conceitos e teorias utilizados por ele para a compreensão da formação brasileira.

O ponto de contato mais expressivo entre o pensamento dele e o do marxismo – por suas conseqüências em seu *método interpretativo* -está, concludo, na concepção da História como teleológica. Valendo-me do que Caio Prado disse em relação à idéia de História presente no marxismo, pelo menos no marxismo do próprio Marx, a saber, que ele é essencialmente uma previsão, a do socialismo, fica evidente que ambos compartilham de que o percurso inevitável da História da Humanidade – que não precisa ser sincrônica - desembocará no comunismo. Não restava dúvidas a Marx de que o capitalismo engendraria as suas próprias contradições e os agentes de sua superação por um outro modo de produção, o comunista. Afastam-se, no entanto, quanto aos caminhos desse percurso, o que não significa um desvio de Caio Prado dos ensinamentos de Marx.

Divergem, assim, somente pelo fato de que o que Marx está analisando é o processo de formação do capitalismo europeu – e em especial o inglês -, originado da

superação do feudalismo. Caio Prado, ao contrário, verificará que a nossa constituição econômico-social se dará, desde logo, a partir de dentro desse mesmo capitalismo. Entretanto, numa condição e função diversas, porém indissociáveis, do sistema europeu. Tais realidades exigem, portanto, etapas distintas. Suas condicionantes, entretanto, ambos vão buscar no passado que as constituíram. E no futuro, as diversas realidades se encontrarão no socialismo. Passado e presente podem - e são – diversos. O futuro, no entanto, é único.

Desta maneira, Caio Prado, tal qual Marx, parte de uma realidade específica e concreta para tecer suas conclusões sobre a evolução e o funcionamento do capitalismo, isto é, se a realidade inglesa foi a matéria-prima para Marx entender os mecanismos do capitalismo, Caio Prado, evitando conceitos forjados para outras realidades, recorre ao estudo histórico para compreender as especificidades da formação capitalista no Brasil. Não se deve esquecer, pois, que para Marx, a colonização foi uma das maneiras de se concretizar a acumulação primitiva de capital, que para Caio se materializava através do *sentido da colonização*.

Outra aproximação possível entre ambos é quando se pensa, por exemplo, no papel do Estado após a efetivação da revolução, seja no sentido tradicional de tomada de poder ou no de Caio Prado como transformações significativas num curto espaço de tempo. Nos dois o Estado tem papel primordial. Para Marx e para Caio Prado não se trata – como para Lênin – de se destruir o Estado burguês imediatamente. Suas estruturas servem de ponte para mudanças mais profundas.

Pode-se lembrar ainda, e aí talvez ser acusado de vulgar, a visível subordinação, que há em Caio Prado, das esferas política, ideológica, social à econômica. Basta

recordar que o *sentido da colonização* será o responsável pela ocupação do território e a distribuição da população e pela organização da política e da sociedade¹¹⁸, por exemplo.

Portanto, inúmeros podem ser os pontos de contato entre Marx e Caio Prado. Entretanto, não se pode afirmar que, de fato, Caio Prado trabalhe com um arsenal conceitual marxista de grande importância. Tampouco se pode afirmar que Caio Prado tenha conseguido, como, por exemplo, Gramsci na Itália, a produção de novos conceitos que se tornaram parte do pensamento marxista mundial a partir do próprio estoque marxista. Quando Bernardo Ricupero (2000) os compara, o ponto em comum deve ser apenas o fato de ambos construírem suas interpretações sobre as respectivas realidades nacionais sem submetê-las aos dogmatismos. Nacionalizar o marxismo seria, assim, somente ter como ponto de partida a própria história de formação do país, não se valendo, com isso, de conceitos, interpretações e teorias destinadas a compreender outras realidades.

Sobre a definição de classe social em Caio Prado – bem como o papel que delas se espera frente às mudanças estruturais por ele sugeridas – ela está determinada, em sua obra, exclusivamente pelo critério da relação entre capital e trabalho, ou seja, refere-se ao papel de cada uma nas relações de produção capitalista e, em menor medida, na sua posição frente ao imperialismo. Trata-se, assim, de subordinar a consciência política - que para muitos marxistas advém de práticas específicas e individuais imprescindíveis – ao lugar ocupado na produção.

¹¹⁸ Pode-se citar, ainda como exemplo, o que Caio Prado afirma em *EPB* sobre a independência: “[...] é a superestrutura política do Brasil-Colônia que, já não correspondendo ao estado das forças produtivas e à infra-estrutura do país, se rompe, para dar lugar a outras formas mais adequadas, a novas condições econômicas e capazes de conter a sua evolução” (p.47).

Com essa visão sobre as classes sociais, Caio Prado, em verdade, está se mostrando um intelectual preso a pressupostos que tanto condenou, isto é, o proletariado seria, por excelência, a classe revolucionária. É evidente que se faz necessário, sustenta o autor desde a década de 1930, a intervenção de partidos políticos no direcionamento das lutas proletárias. Entretanto, ao Caio Prado empreender sua análise sobre os papéis político-econômicos das classes sociais brasileiras, vê-se que sua argumentação não ultrapassa a do desígnio marxista de que os vendedores de sua própria força de trabalho são os comandantes da revolução. Falta-lhe apresentar argumentos mais sólidos que justifiquem suas afirmações, se não bastasse o fato de que escreve em meados do século XX, momento em que já se tornou praticamente consenso da dificuldade de tornar o proletariado efetivamente revolucionário. Concordo, assim, neste ponto, que Caio Prado se projeta no campo da utopia e mesmo no do determinismo.

Questão controversa é a possibilidade ou não de qualificar os programas e o projeto de Caio Prado. Pelo que foi apresentado ao longo das páginas deste trabalho, a afirmação - que adquire a fisionomia de sentença - parece ser que é, sim, possível classificá-los. Assim, o adjetivo mais coerente para eles é o de nacionalistas. Tratam, antes de tudo, de garantir a auto-suficiência econômica, possibilitar que ao lado da exportação de matérias-primas, e mais importante do que exportar, desenvolva-se no país uma totalidade que abranja produção/consumo internos, destinada a atender à maior parte possível da população brasileira. Trata-se, com efeito, de uma proposta de desenvolvimento nacional, de uma transformação quantitativa e qualitativa nos padrões de vida dos brasileiros.

O que se quer, assim, é que o setor inorgânico da população, que é onde se situa a maioria do povo brasileiro, torne-se o setor orgânico, isto é, que se garanta emprego, renda, saúde, educação e consumo, restritos que estão a uma parcela insignificante da população brasileira, à sua maioria. Nacionalismo, neste caso, não é xenofobia. Mas é, entretanto, resistência às imposições imperialistas de uma sociedade que, segundo o autor, realizou sua independência política e não conseguiu ainda sua independência econômica.

Estendendo essa discussão é necessário recordar, ainda, que Caio acreditava na consecução das transformações por ele propostas pela via política, dentro do sistema democrático. Inserido, então, no pressuposto de que a participação política das classes populares deveria ocorrer atrelada aos partidos políticos, dentro do governo representativo. Portanto, essa faceta de Caio Prado garante aos seus críticos a chance de enquadrá-lo como reformista. Ainda mais se se leva em conta que o universo político de Caio Prado até os anos 80 pautava-se pela polarização comunistas/capitalistas e revolucionários/reformistas.

Dá margem, ainda, para classificarem suas propostas, agora não de nacionalistas, mas de capitalistas, quando se leva em conta a sua intenção de incluir grande parcela da população no consumo, isto é, garantir maior bem-estar para a população através, também, da aquisição de bens materiais. Esse ponto é ambíguo, entretanto. Ao mesmo tempo em que em algumas de suas afirmações pareça que Caio Prado espera apenas garantir o necessário para uma vida digna, em outros momentos, no entanto, suas propostas de industrialização e criação de um mercado interno pressupõem a existência de um nível de consumo elevado, e também, variado, e,

especialmente, a existência de mão-de-obra assalariada. Não se tocaria, portanto, em um dos pilares do capitalismo, qual seja, a propriedade privada dos meios de produção e a conseqüente exigência de trabalhadores assalariados.

Portanto, como a essência de seu projeto político não se realizou, porque a criação de um mercado interno – se bem que em bases diferentes das que ele propôs, isto é, com forte intervenção do Estado e por uma industrialização com empresas e capitais nacionais – não garantiu a independência econômica nacional, o que se pode afirmar é que suas propostas são, antes de tudo, nacionalistas e estão, muitas delas, circunscritas a mudanças muito mais dentro dos paradigmas econômicos e políticos criados pelo liberalismo do que pelos modelos do socialismo.

Por que, por exemplo, ao se pensar na própria intervenção estatal na economia o que se verifica é que ela não está pressuposta apenas no pensamento marxista. Quando se vai à essência da formação do capitalismo norte-americano¹¹⁹, o que se encontra é a mão forte do Estado garantindo a criação do mercado interno com a produção local, ou seja, um protecionismo, o mesmo proposto por Caio Prado. Assim, a hipótese que sustento é que de fato Caio Prado se vale do instrumental teórico-metodológico oriundo de Marx e do marxismo, bem como de uma visão política orientada pela convicção de que as ações devem ser direcionadas para a, usando um jargão atual, inclusão social.

No entanto, tais ações políticas e econômicas estão muito mais próximas, em seus efeitos imediatos, da manutenção do capitalismo como modo de produção e do sistema representativo burguês, do que de uma revolução em que se derrubaria o

¹¹⁹ Ver mais em Arrighi (1996).

Estado, abandonaria a propriedade privada e a representatividade política, como forma de instalar o socialismo. E isto Caio Prado não escondeu de ninguém. Ele, por diversas vezes, afirmou que a conjuntura em que escrevia (anos60) suas propostas estava propícia a uma revolução dentro dos parâmetros capitalistas: o socialismo seria uma decorrência futura.

Finalizando esta conclusão, retomo que o projeto e os programas político-econômicos de Caio Prado, destinados à consolidação da nação, tendo como principais promotores o proletariado – e até outras classes, embora isso seja incerto – e o Estado nacionalista, democrático e popular (e partidos políticos capacitados teoricamente, com suas lideranças vindo das bases), e como entraves, a burguesia e o Estado, este atolado em disputas pessoais, interesses restritos aos de seus ocupantes e dos mais próximos à sua órbita de influência, e também o partido de esquerda mais abrangente, qual seja, o *PCB*, com sua insuficiência teórica sobre a revolução brasileira, seus apoios a governos anti-populares e comprometidos com o capital internacional, não se efetivaram. Os motivos envolvem desde questões ligadas ao próprio Caio Prado até as ressonâncias do nosso passado em seu presente. O fato que se impõe, no entanto, é que seu pensamento continua vivo e incomodando a todos, os que com ele concordam ou os que dele discordam.

FONTES

Livros de Caio Prado Júnior¹²⁰

¹²⁰ Constam nesta listagem não apenas as fontes da pesquisa como toda a bibliografia de Caio Prado Júnior.

Evolução Política do Brasil. Ensaio de Interpretação materialista da história brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933.

U.R.S.S., um mundo novo. São Paulo: Nacional, 1934.

Formação do Brasil contemporâneo – colônia. São Paulo: Martins, 1942.

História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1945.

Dialética do conhecimento (2vol.). São Paulo: Brasiliense, 1952.

Evolução política do Brasil e outros estudos. São Paulo: Brasiliense, 1953.

Diretrizes para uma política econômica brasileira. São Paulo: Urupês, 1954.

Esboço dos fundamentos da teoria econômica. São Paulo: Brasiliense, 1957.

Notas introdutórias à lógica dialética. São Paulo: Brasiliense, 1959.

O mundo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1962.

A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966.

História e desenvolvimento. A contribuição historiográfica para a teoria e a prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1968.

O Estruturalismo de Lévi-Strauss – O marxismo de Louis Althusser. São Paulo: Brasiliense 1971.

A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

O que é liberdade, Capitalismo X Socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1980.

O que é filosofia. São Paulo: Brasiliense, 1981.

A cidade de São Paulo: Geografia e História. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Artigos na Revista Brasiliense

Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº2, nov.-dez. 1955, p.80-93.

A dialética materialista. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº3, jan.-fev. 1956, p.38-48.

O sentido da anistia ampla. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº 4, mar.-abr. 1956, p.1-11.

A crise em marcha. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº6, jul.-ago. 1956, p.3-45.

A nova teoria econômica ortodoxa e a crise do capitalismo. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº7, set.-out. 1956, p.37-57.

A política brasileira. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº 8, nov.-dez. 1956, p.1-15.

Livre iniciativa econômica e iniciativa estatal. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº 9, jan.-fev 1957, p.1-19.

Capitais estrangeiros. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº 11, maio-jun. 1957, p.14-24.

As eleições argentinas. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº16, mar.-abr. 1958, p.1-7.

Capitais estrangeiros e capitais nacionais. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº 18, jul.-ago. 1958, p.33-42.

A lição das eleições de 3 de outubro. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº 20, nov.-dez. 1958, p.1-17.

Os empreendimentos estrangeiros e o desenvolvimento nacional. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº23, maio-jun, 1959, p.1-10.

Nacionalismo e desenvolvimento. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº24, jul.-ago. 1959, p.7-15.

A economia marxista. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº26, nov-dez. 1959, p.76-93.

Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº 28, mar.-abr. 1960, p.163-238.

A reforma agrária e o momento nacional. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº 29, mai.-jun. 1960, p.1-16.

As eleições de 3 de outubro. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº32, nov.-dez. 1960, p.1-18.

Convivência pacífica. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº33, jan.-fev. 1961, p.1-9.

Desenvolvimento econômico e o problema da capitalização. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº 34, mar.-abr. 1961, p.46-56.

A Instrução 204 e a política econômica brasileira. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº35, maio-jun. 1961, p.1-12.

A Conferência de Punta Del Este. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº37, set.-out 1961, p.9-17.

Panorama da política brasileira. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº38, nov.-dez. 1961, p.1-15.

A remessa de lucros e a libertação econômica do Brasil. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº39, jan.-fev. 1962, 35-36.

Balço das operações financeiras do imperialismo no Brasil. *Revista Brasiliense.* São Paulo, nº 40, mar.-abr. 1962, p.11.

O projeto de lei de remessa de lucros. *Revista Brasiliense*. São Paulo, nº 41, maio-jun. 1962, p.1-11.

A crise em marcha. *Revista Brasiliense*. São Paulo, nº42, jul-ago. 1962, p.161-198.

Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. *Revista Brasiliense*. São Paulo, nº43, set.-out. 1962, p.11-52.

Perspectivas da política progressista e popular brasileira. *Revista Brasiliense*. São Paulo, nº44, nov.-dez. 1962, p.1-8.

Um discurso marca época. *Revista Brasiliense*. São Paulo, nº46, mar.-abr. 1963, p.1-9.

O estatuto do trabalhador rural. *Revista Brasiliense*. São Paulo, nº47, maio-jun. 1963, p.1-13.

Marcha da questão agrária no Brasil. *Revista Brasiliense*. São Paulo, nº51, jan.-fev. 1964, p.1-9.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Trad, de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BARREIRO, José Carlos. A memória do trabalho. In:____. D'INCAO, Maria Ângela. **História e Ideal**: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense/Unesp, 1989.

BEIGUELMAN, P. Revista Brasiliense e a expressão teórica do nacionalismo econômico brasileiro. . In:_____. D'INCAO, Maria Ângela. **História e Ideal**: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense/Unesp, 1989.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 12.ed. Trad. Carmem C. Varriale et al. Brasília: UNB, 1999.

_____. **Estado, sociedade e política**.12.ed. Trad. de Marco Aurélio Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

BOTTOMORE, Tom. (Ed.) **Dicionário do Pensamento Marxista**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, s/d.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **A esquerda positiva**.As duas almas do partido comunista – 1920/1964. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 2.ed. Trad. de J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mata. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. Trad. de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil (prefácio) In:_____. HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. (prefácio) In: MICELI, S. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979.

CARNEIRO LEÃO, Igor Z. **A matriz teórica de Caio Prado Júnior**: a nação inconclusa. Campinas, 1994. 120p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

CARONE, Edgard.**O PCB**. 2vol. São Paulo, 1982.

CARVALHO, M. I.V, CASTRO, M. F. de. Globalização e transformações recentes no Brasil: os anos 1990. In:_____. **Revista de Sociologia Política**, nº 18, junho de 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHAVES NETO, Elias. **Minha Vida e as Lutas do meu Tempo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro**. Conflito e integração-1922/1972. Trad. de Celso Mauro Parcionik Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

COGGIOLA, Osvaldo (org.) **História e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998.

COLISTETE, Renato Perim. Caio Prado Júnior e a análise do capital estrangeiro nos anos 50. In:_____. **Estudos Econômicos**. São Paulo, nº2, vol.24, maio-agosto 1994, p.347-368.

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via 'não-clássica' para o capitalismo. In:_____. **História e Ideal**: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DECCA, Edgard de. **O silêncio dos vencidos**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

DEL ROIO, Marcos Tadeu. Ideologias da Revolução Burguesa no Brasil. In:_____. **Presença**, nº 16, p.54-63, 1991.

_____. Impasses do inorgânico. In:_____. **História e Ideal**: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense, 1989.

D'INCAO, Maria Â. (Org.). **História e Ideal**: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DIEHL, Astor A. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 30**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 2vol. 10.ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro)

FERNANDES, Florestan. Sobre a “Revolução Brasileira”, In: _____. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições e invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Unesp, 2002.

FERREIRA, Pedro Roberto. **O conceito de Revolução da esquerda Brasileira (1920-1946)**. Londrina: UEL, 1999.

FIGUEIRA, Pedro. A. **Historiografia Brasileira – 1900-1930: análise crítica**. Assis, 1973, 222p. Dissertação. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

FRAGOSO, João Luis. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 31ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1998.

HANNA, Fábio T. V. **A modernização do Brasil em Caio Prado Júnior e Oliveira Vianna: uma discussão sobre os vínculos entre suas Interpretações do Brasil e seus projetos**

políticos nacionalistas. Assis, 2003 (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis.

_____. Continuidades e rupturas na crítica historiográfica sobre Caio Prado Júnior (1930-1990). In: **Revista Estudos Universitários**, vol.31, nº1. Sorocaba: Uniso, p.33-50, 2005.

HOBBSBAWN, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780**. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

_____. **Sobre História**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). 2.ed. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

IGLÉSIAS, Francisco. (Org.). **Caio Prado Júnior: história**, São Paulo: Ática, 1982.

IUMATTI, Paulo. T. **Diários Políticos de Caio Prado Júnior: 1945**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. Os diários políticos de Caio Prado Jr. **D. O. Leitura**, São Paulo, p.44-51, jan-fev, 2004.

JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1958.

KAREPOUS, Dainis. **Caio Prado Júnior: Parlamentar paulista**. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 2003.

KONDER, Leandro. A façanha de uma estréia. In: _____ **História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

LIMONGI, Fernando Papaterra. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense. In: _____. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº5, vol.2, outubro de 1987.

MADEIRA, Angela; VELOZO, Mariza. **Leituras Brasileiras: Itinerários no pensamento social e na literatura.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MARTINS, L. A. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920-1945. In: _____. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.2, n.4, 1987, p.65-87.

MARTINEZ, Paulo. H. **A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Júnior (1928-1935).** São Paulo, 1998, 295p. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte e Cartas a Kugelmann.** 6.ed. Trad. de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Teorias da mais-valia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. A luta de classes na França de 1848 a 1850. In: _____. **Obras escolhidas.** vol.1 São Paulo: Omega, 1980.

_____. A guerra civil na França. In: _____. **Obras escolhidas.** vol.1 São Paulo: Omega, 1980.

MEDEIROS, S. E.; SILVA, F. C. T. et al (Orgs.) **Dicionário Crítico do pensamento da Direita.** Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000.

MELO, Jairo. G. A questão da ruptura na historiografia brasileira. In: _____. **História e Ideal**: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MENDES, Claudinei. M. M. **Construindo um mundo novo**: Os escritos coloniais do Brasil nos séculos XVI e XVII. São Paulo, 1996, 606p. Dissertação. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo.

_____. Caio Prado Júnior e a História do Brasil. A colonização como produção para o mercado externo. In: _____. **Ensaio Historiográficos**. Assis: Autores Associados, 1997.

_____.(Resenha) BERNARDO, Ricupero. Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo. São Paulo: Editora 34, 2000. In:_____ **Pós-História**. Unesp, nº 9, 2001.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MOREIRA LEITE, Dante. **O caráter nacional brasileiro**. 2ed. São Paulo: Pioneira, 1969.

MOREIRA, Vilma. M. L. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. In:_____. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.18, nº 35, p.329-360, 1998.

MOTA, Carlos. G. **Ideologia da cultura brasileira**: pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ática, 1977.

NOVAIS, Fernando A. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In: _____. **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

PINTO, João Alberto da C. **Caio Prado Júnior**: uma interpretação do seu pensamento. São Paulo, 1993, 228p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PIVA, Luiz G. **Ladrilheiros e Semeadores**. A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940). São Paulo: Editora 34: Departamento de Ciência Política da USP, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Trad. de Antônio Roberto Neiva Blundi. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

RÊGO, Rubens Murilo Leão. **Sentimento do Brasil**: Caio Prado Júnior – continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira. Campinas: Unicamp, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: _____. REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do marxismo no Brasil**. Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60. volume V. Campinas:Unicamp, 2002.

REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. **A História**. Entre a filosofia e a ciência. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34: FAPESP, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representação**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção questões de nossa época, v.31)

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

RODRIGUES, José Honório. **Notícia de vária história**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

SANTOS, Raimundo. **Caio Prado Júnior na cultura política brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.

SANTOS, Wanderley G. dos. **Ordem Burguesa e Liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SILVEIRA, Paulo. **Poulantzas: sociologia**. São Paulo: Ática, 1984. (Grandes cientistas sociais, 47).

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)** 12ed. Trad. de Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

TAVARES, A. Caio Prado e a Teoria da Revolução Brasileira, In:_____. **Revista Civilização Brasileira**, n. 11-12, 1966-7.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Os revolucionários de 35**. Sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VICTORIANO, Márcia. R. **A questão nacional no pensamento de Caio Prado Jr.** São Paulo, 1992, 193p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ZAIDAN, M. (Org.) **Construindo o PCB: 1922-1924**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980.